

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Nº 0006/AM/19, de 13/09/2019**

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Manuel Sobreiro Ferreira, Maria Adelaide Pereira da Conceição, Felismino da Conceição Neves Carreira, José Gomes Fernandes, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Edite Maria Pascoal da Silva, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Manuel António Rodrigues dos Santos, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Edgar Jacinto Domingues, Nicolle Lourenço, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Aires da Conceição da Ponte, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Manuel Simões Rodrigues Marques, Manuel Freire Barros, Elisabete Maria dos Santos Alves, Joel Bouça Gomes, Carlos António Gameiro Lopes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Liliana Adelina Gonçalves Silva, Pedro Miguel Silva Pinto, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Humberto Margarido Lopes, Sílvio Mota Santos, Pedro Manuel Neves da Silva, Gonçalo José Simões Ramos, José Manuel Pedrosa Marques, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, Nelson da Silva Pereira, Pedro Alexandre Faustino Pimpão dos Santos, Paulo Manuel Lucas Duarte, Carlos José Mendes Santos, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves,, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28/06/2019;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apresentação e discussão da proposta da Câmara sobre os Encargos com a Educação – Ano letivo 2019/2020 – Para conhecimento;

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização para reforço de dotações no PPI para os anos de 2020 e 2021 e criação de novo projecto;

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Alteração de natureza regulamentar à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal;

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parte da Rua dos Estudantes – Guia;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Pedido de declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a execução do Projeto de requalificação e ampliação do Centro de Meios Aéreos/ Centro Municipal de Proteção Civil, localizado em Casalinho, freguesia de Pombal;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios;

Ponto 2.8. Apreciação da informação do Auditor Externo, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (1.º semestre de 2019);

Ponto 2.9 Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 2.º Trimestre de 2019 - Para conhecimento;

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Aquisição de Combustíveis a Granel para o ano 2020 – Pedido Autorização de Despesa e Assunção de Compromissos Plurianuais para Exercícios Seguintes;

Ponto 2.11. Apresentação da proposta da Câmara sobre a nomeação de novo representante do Município na CPCJ de Pombal, ao abrigo dos artigos 17.º (Composição da Comissão Alargada) e 20.º (Composição da Comissão Restrita) da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – Para conhecimento;

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os municípios – Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro (domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado);

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os municípios – Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro (domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo);

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro (domínio das vias de comunicação);

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro (domínio da justiça);

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro (domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários, da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários);

Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as autarquias locais (municípios e freguesias) – Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro (domínio da instalação e gestão das Lojas de Cidadão, Espaços Cidadão e Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes);

Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os municípios – Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro (domínio da habitação);

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro (domínio da gestão do património imobiliário público);



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.20. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro (domínio do estacionamento público);

Ponto 2.21. Apresentação e discussão da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro (domínio da proteção e saúde animale de segurança dos alimentos) - Para Conhecimento;

Ponto 2.22. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (domínio da educação);

Ponto 2.23. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro (domínio da cultura);

Ponto 2.24. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (domínio da saúde);

Ponto 2.25. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril (nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e do serviço público de transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores);

Ponto 2.26. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio (nos domínios da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários, e da gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária);

Ponto 2.27. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto (no domínio da cogestão das áreas protegidas);

Ponto 2.28. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

Ponto 2.29. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

Ponto 2.30. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus e os Senhores Vereadores, Dra. Ana Cabral, Dr^a Ana Gonçalves, Eng.º Pedro Murinho, Dr. Pedro Brillante, Eng.º Narciso Mota, Dr. Michael António, Dra. Anabela Neves e Dra Odete Alves.

Presidiu à sessão Maria Fernanda Lopes Guardado Marques como Presidente e foram secretários Manuel Sobreiro Ferreira, como 1.º Secretário, e Maria Adelaide Pereira da Conceição, como 2.ª Secretária.

Posteriormente, procedeu-se à chamada, sendo que a **Senhora Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social Democrata:

De João Coucelo, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, João Pedro Abegão Matias, que acabou por ser substituído por Felismino Carreira;

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Nuno Carrasqueira, que acabou por ser substituído por Maria da Conceição de Freitas Anastácio;

De João Antnes dos Santos, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, António Pedro Batista Pedrosa, que faltou;

De Cláudia Sofia da Costa Duarte tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, Edite Maria Pascoal da Silva

Da Bancada do Partido Socialista:

De Patrícia Inês dos Santos Carvalho, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, Elisabete Maria dos Santos Alves;

De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo Joel Bouça Gomes.

Da Bancada do CDS:

De Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Liliana Adelina Gonçalves Silva;

De Ricardo Jorge Rodrigues Ferreira, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Pedro Miguel Silva Pinto;

Do Movimento NMPH:

Renúncias:

De António José Cardoso Pires da Silva, tendo sido devidamente convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Vera Mónica Jesus Fernandes, que acabou por também renunciar expressamente ao mandato, tendo sido devidamente convocada a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Tânia Milene Carvalho Freire, que acabou por também por renunciar expressamente ao mandato para que foi eleita. Foi então devidamente convocado o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Sílvio Pedrosa Ramos, que não compareceu;

De Maria Virgínia Pinto Bonifácio Magalhães Leitão, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Aires da Conceição da Ponte;

Recebeu ainda o pedido de justificação da Presidente da Junta de Freguesia de Abiul, Sandra Barros e do Presidente da União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, Manuel Nogueira de Matos.

A Presidente da Assembleia tomou a palavra como se transcreve:

“Boa Tarde a todos. Antes de iniciarmos a nossa sessão, queria dar-vos conta do seguinte: houve neste período de tempo quatro pedido de renúncia aos mandatos para que foram eleitos – do Sr.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Deputado António Pires, da Sra. Deputada Virgínia Leitão, da Sra. Deputada Vera Fernandes, e da Sra. Deputada Tânia Freire – pelo que foram já devidamente convocados os seus substitutos.”

Antes de continuarmos com a reunião, e ainda neste ponto de antes da ordem do dia, queria questionar os presentes se alguém se opõe à celebração desta sessão da Assembleia Municipal, dado que a convocatória foi remetida no sétimo dia anterior ao dia desta sessão, em vez do oitavo, para assim cumprirmos o art.º 51.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Alguém se opõe à realização desta reunião? Então, a reunião vai realizar-se.

Ainda outro pedido: a pedido do Sr. Presidente da Câmara, solicito também autorização ao plenário para integrar um novo ponto na nossa agenda, com o título “Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o fornecimento contínuo de inertes para o Concelho de Pombal – pedido de autorização à Assembleia Municipal para despesas plurianuais”. Se ninguém se opuser, sugiro que lhe seja atribuído o último ponto da agenda, Ponto n.º 2.31. O documento foi distribuído pelos Srs. Deputados em suporte de papel.

Alguém se opõe à inclusão deste ponto? Então, este ponto passa a constar da nossa ordem de trabalhos, com o n.º 2.31.

Queria dar-vos conta de que há aqui uma senhora, a Sra. Patrícia Silva Lopes, de Vila Cã, que quer intervir na nossa Assembleia. Chegado o momento, portanto, dar-lhe-ei a palavra – que não é ainda, mas depois eu digo-lhe.”

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28/06/2019.

A Presidente da Assembleia tomou a palavra como se transcreve:

“Vamos, então, passar ao Ponto n.º 1.1, Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 28 de junho de 2019.

Inscrições neste ponto? Então, quem vota contra a aprovação da ata? Quem se abstém? Esta ata foi aprovada por maioria, com quatro (4) abstenções, por não terem estado presentes nessa reunião. Muito obrigada, Srs. Deputados.”

Colocada a ata da sessão ordinária de 28 de junho de 2019 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com quatro abstenções, por ausência da respetiva sessão.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

A Presidente da Assembleia passou a dar conhecimento do expediente recebido na Mesa, o qual se encontra disponível para consulta, fazendo a seguinte intervenção:

“Em relação ao Ponto n.º 1.2, Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais, queria informar os Srs. Deputados que recebemos um ofício do Tribunal de Contas relativo à auditoria dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que se encontra junto à Mesa, para quem quiser consultar; assim como também um ofício do Sr. Presidente da Câmara, com a remessa do relatório anual sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, na sua revisão



MUNICÍPIO DE POMBAL

dois, que também se encontra junto à Mesa, para quem quiser consultar. Estes dois documentos estão aqui disponíveis para quem quiser consultá-los.”

Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade.

A Presidente da Assembleia tomou a palavra como se transcreve:

“Quem se inscreve no Ponto n.º 1.3, Intervenções na generalidade? Eu vou recapitular, para ver se coincide com os braços que eu vi levantados: José Gomes Fernandes, Pedro Pinto, Carlos Lopes, Ofélia Moleiro, Joel Gomes, Manuel da Mariana, Liliana Silva, Conceição Anastácio, Nicolle Lourenço, Célia Cavalheiro, Gonçalo Ramos e Humberto Lopes. Mais alguém que se tenha inscrito? Sr. Presidente José Manuel Marques, do Louriçal, que chegou, entretanto, também está inscrito.

Agora, aguardamos um bocadinho que os tempos sejam distribuídos. Então, vamos dar-vos conta das pessoas inscritas e dos tempos que cada um tem: do PSD, inscreveram-se cinco deputados, cada um tem cinco minutos e trinta e seis segundos; do PS, inscreveram-se três deputados, três minutos cada um; do Movimento Pombal Humano, duas inscrições, cinco minutos e trinta cada um; do CDS-PP, duas inscrições, três minutos cada um; Bloco de Esquerda, uma inscrição, quatro minutos.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José Gomes Fernandes.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo, e a todos os colegas deputados aqui presentes. Passados dezoito anos sobre os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, pretendo deixar aqui a minha homenagem a todas as vítimas daqueles ataques, e dos vários outros atentados terroristas. Recordo os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 como um ataque aos fundamentos das democracias ocidentais, à liberdade, à igualdade e ao pluralismo político e religioso. Bem sabemos e acreditamos que em democracia devemos respeitar culturas e ideologias diferentes das nossas. Porém, também sabemos que não podemos, nem devemos tolerar ideologias e práticas que visam destruir pessoas, a sua liberdade e a sua organização social.

Sendo as mulheres as principais vítimas da violência e da crueldade dos radicais religiosos islâmicos, deixo aqui também a minha homenagem a todas as mulheres que têm a coragem de lutar pela sua liberdade e pela sua igualdade face aos homens.

Hoje, no Parlamento Português, foi, ou está a ser entregue o Prémio “Norte-Sul” à cidadã Gambiana Jaha Dukureh, ativista dos direitos das mulheres, e ela própria vítima de mutilação genital.

Enquanto todas, ou quase todas as mulheres de países e culturas islâmicos, muitas residentes em países ocidentais, são vítimas da desigualdade face aos homens, da reclusão doméstica, da proibição de deslocação, da agressão, da humilhação, da excisão, da lapidação ou da decapitação, e enquanto muitas delas arriscam a vida para lutar pela liberdade pela igualdade, temos assistido à atuação incoerente e hipócrita das mulheres dirigentes de Partidos de esquerda da Europa, que, exibindo grande coragem e sanha no combate pessoal a políticos conservadores eleitos em países com regimes democráticos, acusando-os de misoginia, aparentam grande cumplicidade ou cobardia perante as referidas ideologias e atos generalizados de ataque contra a vida e a integridade das mulheres, chegando mesmo a justificar tais ideologias e atos com a invocação do dever de se respeitarem culturas diferentes. O respeito por culturas diferentes tem de ser feito nos diversos sentidos, ou seja, tem de ser entendido e praticado em reciprocidade; de



MUNICÍPIO DE POMBAL

outra forma, será um ato de capitulação e de submissão do mundo livre perante a barbárie. Disse.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Na sua pessoa, e na pessoa do Sr. Presidente do Município, aproveito para cumprimentar todos os presentes.

Hoje, a minha intervenção vai ser rápida, tenho apenas três questões para colocar ao Sr. Presidente.

E começando pela primeira, Sr. Presidente, numa lógica inserida num programa de Município amigo das famílias e amigo do ambiente, bem como numa necessária evolução dos tempos, modernização e consciencialização para a mobilidade urbana, o Município de Pombal lançou dois concursos para a implementação de infraestruturas e aquisição de bicicletas, com o objetivo de utilização em regime de uso partilhado. Findo o prazo dos concursos, e conhecidos os problemas com a empresa vencedora do concurso, devidamente alertados em tempo útil pelo CDS, aqui neste fórum, urge saber qual o ponto de situação em relação ao projeto idealizado, quando é que o uso partilhado dos equipamentos referidos será uma realidade em Pombal e disponíveis para os Pombalenses.

Segunda questão: Sr. Presidente, como sabe, o Governo impôs aos Municípios a obrigatoriedade de garantir a limpeza das faixas de gestão de combustíveis junto às edificações, numa faixa não inferior a cinquenta metros de largura, como muito bem publicitado no site da Câmara Municipal, para os particulares ou pessoas coletivas que por iniciativa própria não o fizessem até 31 de maio. Neste sentido, o CDS pergunta ao Sr. Presidente em quantos casos o Município se viu obrigado a substituir-se aos proprietários, e quais as ações levadas a cabo no pós-intervenção. Conseguiu fazer-se ressarcir das despesas com as limpezas? Contactou os proprietários para garantir a devolução dessas despesas? No fundo, quantifique quantos casos houve, que despesas tiveram, e quanto conseguiu o Município recuperar.

Por último, Sr. Presidente, reuniu-se com os Presidentes de Junta das Meirinhas, Vermoil e Pombal, no que toca à requalificação do IC2 no troço que compreende entre o limite do concelho, a sul de Leiria, até Pombal. Gostaríamos de recordar ao Sr. Presidente que o concelho também tem extensão para norte, e que o troço entre Pombal e Redinha há anos que não é merecedor de nenhum tipo de intervenção. Se as teve, foram pontuais, e a situação atinge por ora um ponto de saturação pouco admissível para um país dito desenvolvido. Como sei que estamos de acordo sobre esta matéria, proponho que olhe com uma visão concreta para a resolução deste problema, que se agrava diariamente. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Ofélia Moleiro.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento a Sra. Presidente, os Srs. Secretários da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, os meus colegas deputados desta Assembleia Municipal, o público presente e técnicos da Câmara presentes.

Eu queria começar por referir dois factos tristes passados no nosso concelho, e que nos tocaram profundamente. E refiro-me à morte recente do Sr. Artur Pinto, um cidadão Pombalense do Carriço, muito ligado ao associativismo e às atividades coletivas e dos jovens da sua terra, foi chefe dos escuteiros, era um grande amigo dos jovens, pai de uma funcionária desta Câmara Municipal. E pela doença que, segundo dizem as estatísticas, nos vai atingir praticamente a todos, foi-se embora mais cedo do que seria previsível, porque ele tinha muito para dar. E ele



MUNICÍPIO DE POMBAL

disponibilizou-se, na última campanha eleitoral autárquica, para ser candidato à Junta de Freguesia do Carriço pelo Movimento Narciso Mota Pombal Humano, e devemos-lhe esta homenagem aqui, e os sentimentos à sua família, em particular à sua filha, funcionária desta Câmara.

Mas, também fomos informados, até através de toda a comunicação social nacional, de mais perdas humanas de Pombalenses, que tendo saído em grande número deste concelho para outros países, por questões económicas, para resolverem melhor a sua vida, o seu nível de vida, regressam sempre a Pombal todos os anos, e que depois, ou para cá, ou para lá, quando regressam aos países onde estão a trabalhar, são ceifados na estrada, e perdem-se vidas humanas. E nós lamentamos imenso, foi um casal muito jovem, dos Pousios, e foi tão recente, e foi tão bárbaro, tão violento o acidente, que lamentamos e endereçamos também desta Bancada os nossos sentimentos e a nossa solidariedade à sua família. E desejamos que na próxima época de regresso dos nossos emigrantes, não sejamos outra vez surpreendidos com mais mortes e acidentes tão graves.

Mas, nem tudo são mortes, nem fins de ciclo, nem coisas tristes. Li na comunicação social que um médico de Pombal, concretamente o Dr. Valter Santos, esteve em Moçambique, numa missão humanitária, como médico, pela sua profissão salvou muitas vidas, sobreviventes e que poderiam depois não resistir, sobreviventes do ciclone Idai em Moçambique, e isso orgulha-me. Todos sabem que eu não nasci em Pombal, e nem sequer agora resido em permanência, mas também todos sabem que eu me sinto Pombalense, e sou Pombalense, por toda a minha atividade. E portanto, fiquei muito orgulhosa e muito contente, e muito emocionada por saber que mais um de nós fez bem a outros e salvou vidas. E neste caso, foi o Dr. Valter Santos, a quem eu dirijo a minha homenagem.

Agora, Sra. Presidente, gostaria de dirigir algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara. Tem a ver com alguns assuntos que nos surgiram, e que vou concretizar.

Em relação ao setor da educação, sobre o qual foi realizado o Dia da Educação – aliás, como é tradicional neste nosso concelho, já há muitos anos – fazia parte de um programa extenso, fazia parte uma palestra, ou um ponto sobre o EPIS, o programa da Câmara com empresários para a potenciação do sucesso escolar em Pombal entre 2014 e 2019. Eu não pude estar presente, não sei se esclareceram aquilo que vou perguntar, já procurei aqui neste livro que está nas nossas mesas, mas não encontro. Então, o que eu queria pedir ao Sr. Presidente era um balanço em termos estatísticos, de efeito direto no sucesso escolar dos nossos jovens deste programa – que nós, até por argumentação do Sr. Presidente, e do Sr. Presidente da República, na altura que o lançou, temos tomado como bom, mas que, na realidade, não conhecemos dados ou resultados concretos, medidos, para sabermos do resultado deste esforço.

Depois, em relação a outra questão, em relação ao pelouro do turismo, eu gostava de colocar a seguinte questão: nós sabemos que uma parte importante em Portugal de turismo é também a vertente religiosa do turismo. Temos como exemplo Fátima, que depois potencia o turismo em todos os concelhos limítrofes, até de certo modo também no nosso concelho. E o que eu pergunto é o seguinte: sabendo nós que está para breve a beatificação de Maria do Lado, do Louriçal, o que queríamos perguntar era se há já uma estratégia por parte do pelouro do turismo no sentido de potenciar este facto, e de planificar a rota de turismo religioso em Portugal, visto que se prevê que o número de peregrinos aumente, em relação à beatificação.

Depois, soube também – até porque foi anunciado nas redes sociais pela própria Câmara – que reuniu a Comissão de Proteção Civil. O que eu queria perguntar em relação à Proteção Civil, e uma vez que parece que entrámos agora verdadeiramente no verão e estamos em alerta vermelho, e isso vai prolongar-se, se calhar, durante mais tempo, quase até ao natal, o que eu queria perguntar era se o desejado reordenamento florestal já teve início, se as limpezas exigidas



MUNICÍPIO DE POMBAL

foram feitas, e se o dispositivo está todo em funcionamento, ou se há novidades no aspeto da Proteção Civil de que devamos saber aqui, na Assembleia Municipal, para descanso de todos os Pombalenses.

Por fim, mais duas questões muito rápidas, que têm a ver com uma queixa recorrente dos jovens pais de Pombal, é o estado em que se encontram os parques infantis na nossa cidade e arredores. Os parques estão degradados, estão sujos, estão perigosos para os miúdos, e apesar de vir muitas vezes a público esta situação dos parques infantis, eles continuam na mesma. Eu queria perguntar ao Sr. Presidente se já tem no plano da Câmara, imediato, a sua reparação e conservação.

Por fim, a última questão: soube que se demitiu o responsável do Gabinete de Apoio ao Investidor; e eu gostaria de saber quais são os projetos e que trabalho é que foi desenvolvido até aqui pelo Gabinete de Apoio ao Investidor, no sentido de potenciar os investimentos no Concelho de Pombal. Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito boa tarde. Boa tarde, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas.

A minha intervenção tem a ver com a questão da natalidade. Sr. Presidente, nós temos assistido a um fenómeno que tem sido amplamente divulgado na comunicação social, que é, de facto, estarmos a perder população. O Concelho de Pombal não está imune a esta situação, como é evidente. Consultámos os dados do INE referentes a 2019 e verificámos que, tomando como referência o ano de 2000, Pombal perdeu oito por cento (8%) da sua população – apenas, e em termos comparativos, ficou à frente dos concelhos que fazem parte do Pinhal Interior e de Soure. Curiosamente, o concelho que apresenta uma evolução maior é Marinha Grande, que possui mais oito por cento (8%) de população relativamente a 2000. E o gráfico que temos, de facto, é este, que infelizmente é uma realidade que temos que agarrar com muita força.

O que é certo, Sr. Presidente, é que o Partido Socialista, pelo menos desde 2010, se tem preocupado com esta questão, e recorro que já numa reunião de Câmara que teve lugar no dia 13 de abril de 2010, os vereadores de então apresentaram uma proposta de incentivo à natalidade, proposta essa que foi devidamente acompanhada do respetivo regulamento. À data, V. Exa. era vereador nesta Câmara; hoje é Presidente de Câmara. E na altura, na discussão, proferiu estas duas frases, que eu gostaria de citar: “Gostaria de ver o tipo de pessoas que iriam aderir a esta medida, porque só um néscio é que poderia ter um filho para receber quatrocentos euros (400€).” Terminou dizendo que, tal como refere a canção vencedora de um festival da canção, “quem faz um filho, fá-lo por gosto”, não para receber quatrocentos euros (400€).

Bom, Sr. Presidente, estas foram as suas afirmações, e o resultado é que nós temos, de facto, este quadro que nos preocupa. E eu gostaria de saber, efetivamente, que medidas é que este Município e este Executivo estão a tomar para que esta situação se inverta, porque ela, de facto, é preocupante, e nós não podemos olhar para ela de forma negligente, não podemos olhar para ela dando-lhe somenos importância. Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos de saber, então, o que é que o Município pretende fazer, se é que está a fazer alguma coisa para, de facto, inverter esta situação. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal :

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Liliana Silva, se faz favor.”

Liliana Silva (CDS-PP):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente, Sr. Presidente, estimados vereadores, deputados, comunicação social, funcionários da Câmara. Mas, aproveito também para cumprimentar a minha conterrânea, que me parece que é o público aqui presente. Portanto, não sei quais serão as suas intervenções, deduzo que sejam as mesmas preocupações que eu tenho trazido relativamente à minha freguesia.

No contexto geral, o Pedro Pinto já abordou as questões que preocupam o CDS-PP de Pombal de forma mais profunda. Eu aproveito para continuar a manifestar a minha insistência e a minha preocupação com a Escola Básica de Vila Cã. Sr. Presidente, as intervenções que têm sido feitas, têm sido feitas muito devagarinho, vemos outras escolas com outro tipo de intervenção, diferente da nossa. Hoje, com alegria verifiquei que temos mesas e cadeiras diferentes das que tínhamos, sei que são reutilizadas da Escola das Meirinhas – são novas, então? Muito obrigada. A ideia que me tinham transmitido seria outra. Portanto, as mesas e as cadeiras, muito obrigado por esse investimento. Agora faltam outros, que nós sabemos que nos preocupam. Portanto, não deixo de alertar o Sr. Presidente para a necessidade de reabilitação do espaço exterior, drenagem do solo, resolução dos problemas com os esgotos, que nos dizem que são pontuais, mas não são. Infelizmente, mais uma vez, não tendo resposta na minha freguesia, tenho que vir a esta Assembleia pedir que se lembrem da nossa freguesia, das crianças que nós temos.

A minha intervenção, gostaria de a estender também noutro sentido: tudo aquilo que nos é transmitido é que é da competência do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Câmara é que tem responsabilidades nas escolas, na confeção das refeições, e eu deixo um alerta e um pedido que já fiz de outra forma, por escrito, mas volto a pedi-lo aqui: que as refeições na Escola Básica de Vila Cã e no Jardim de Infância de Vila Cã sejam devidamente acompanhadas por este Município. Preocupa-me a falta de competência das pessoas que poderão estar envolvidas neste processo. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Joel Gomes.”

Joel Gomes (PS):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Queria inicialmente começar pelos cumprimentos habituais, cumprimentar os meus colegas, cumprimentar a comunicação social e cumprimentar os demais presentes.

Sr. Presidente, fará brevemente um ano que temos em Pombal um Gabinete de Apoio ao Investidor, um ano de trabalho, um ano de resultados. E por isso, gostaria de saber inicialmente que iniciativas foram realizadas por esse gabinete para captar investidores. Gostaria de saber concretamente quantos investidores é que foram apoiados, quantos investidores é que verdadeiramente investiram em Pombal, gostaria igualmente de perceber que tipo de iniciativas é que foram realizadas para apoiar os nossos empreendedores, para apoiar as nossas empresas – no fundo, quantas iniciativas é que foram realizadas para apoiar o nosso tecido empresarial.

Já agora, gostaria de perceber quem é o novo responsável pelo gabinete, se tem, ou não, experiência para captar investidores, qual foi o critério que o escolheu. E nesse sentido, gostaria de sair daqui hoje com o sentimento de que temos hoje um gabinete com ambição, com objetivos, com vontade de captar investidores, apoiar o nosso tecido empresarial – Pombal bem precisa de apoio ao desenvolvimento económico. E não gostaria, de todo, de sair hoje com um sentimento de que temos um gabinete que, no fundo, só serve para inglês ver.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Conceição Anastácio.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Maria da Conceição Anastácio (PPD/PSD):

“Cumprimento a Mesa, na pessoa da Sra. Presidente, cumprimento o Executivo na pessoa do Sr. Presidente, caros colegas deputados, cumprimento também a comunicação social presente, o público e demais presentes.

Estamos no início do ano letivo. Vou começar por fazer um lamento, que provém do facto de ainda haver professores que não foram colocados, o atraso que isso traz para as famílias e para as escolas. Em segundo lugar, a falta de pessoal auxiliar, que também inviabiliza muito cuidado e muita presença junto dos alunos. E o facto de os alunos que vão receber o voucher para os manuais escolares ainda não o terem, e prevê-se que as aulas já estejam em andamento quando vão receber e vão poder adquirir os manuais, o que isso traz de atraso numa turma e na escola para o programa que os professores têm de cumprir.

Vou falar também, e continuando sobre a educação, gostava de felicitar o Executivo porque há boas notícias neste campo, e eu vou apenas enumerar algumas decisões que considere boas e adequadas à nossa necessidade e à ambição que temos na qualidade da educação no Município de Pombal: a aprovação do montante previsto para os apoios na área da educação para o ano escolar de 2019/20, que teve um total de um milhão, cento e cinquenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco euros (1.153.875€). Este montante foi dividido por várias áreas: para a ação social, vinte e sete mil, trezentos e setenta (27.370€), e inclui os escalões A e B; nas atividades de enriquecimento curricular, cento e noventa e um mil, e cinquenta euros (191.050€), beneficia mil, quatrocentos e setenta e um alunos; nas atividades de animação e de apoio à família, quatrocentos e trinta e sete mil euros (437.000€), beneficia oitocentos e vinte alunos, incluindo a distribuição de pequenos almoços; as refeições, que pela primeira vez (e é novidade neste concelho), não só os alunos do escalão A, mas também os do escalão B, terão direito a refeições grátis. Para além do que legalmente o Estado prevê, o Município investe mais cento e trinta e dois mil euros (132.000€). Nesta área serão abrangidos mil, quinhentos e oitenta e nove alunos. Relativamente à aquisição de material escolar, vinte e um mil, duzentos e noventa euros (21.290€) a mais do que aquilo que é previsto pelo Estado.

Felicito o Município ainda pela realização do Dia da Educação e do 3.º Conselho de Pais e Educadores, com o tema “Encontrar caminhos para o futuro”, e queria realçar o tema de uma das conferências, que é, afinal de contas, aquilo que todos nós queremos, e que é “Aprender – Um amável compromisso”. Seria tão bom se isto acontecesse.

Por fim, dado o sucesso do Programa EPIS já noutros ciclos, foi feita a assinatura de protocolo que visa a implementação em Pombal, no ano letivo 2019/20, do projeto-piloto para o pré-escolar, dos três aos cinco anos, denominado “EPIS 2040 – Sucesso para Todos”. Irá ser desenvolvido pelo Município, em parceria com a EPIS, e envolverá duzentas crianças. Serão realizadas também ações de formação de educadores de infância e de famílias, que acompanharão o programa de promoção focado na criança.

Em resumo, acho que estamos a caminhar bem, e espero que outras boas ideias se vão juntando a estas. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Boa tarde a todos e a todas.

Trago três assuntos para este período de antes da ordem do dia.

Começo pelos assuntos mais simples. Importa referir – estamos em início de ano letivo – que o Centro Escolar inaugurado há dois anos já está em obras. Era previsível, até porque depressa e



MUNICÍPIO DE POMBAL

bem, não faz ninguém. Houve uma necessidade urgente de inaugurar tudo antes do tempo, e já estamos a pagar as consequências.

Acontecimentos na última Festa do Bodo: a Câmara Municipal de Pombal mandou fechar uma esplanada no segundo dia do Bodo. O ato configurou-se maquiavélico ou vingativo, pois podiam tê-lo feito na semana anterior às festas, ou na semana posterior, e evitavam assim um grande prejuízo para os donos, uma vez que encomendaram uma série de produtos que esperavam escoar nessa festa, e no segundo dia foi-lhes fechada a esplanada. Penso que isso podia ter sido evitado. Independentemente dos contornos legais que possa ter, o timing foi péssimo.

Último assunto, que tem a ver com os recentes acontecimentos na reunião de Câmara, que envolveram a PMUGest. Eu quero perguntar ao Presidente da Câmara o que é que mudou tanto na referida empresa desde 6 de março de 2018, data em que o administrador executivo tomou posse no Conselho de Administração. Sabemos que a PMU existe desde 2001; em 2009, ficou com uma única acionista, Câmara Municipal de Pombal. O técnico que foi publicamente chacinado – e se calhar desnecessariamente – há poucos dias exerce funções desde o início da formação da empresa, de administrador executivo, foi nomeado várias vezes pelo Eng.º Narciso Mota, agora vereador, sendo a última vez a 14 de janeiro de 2010, conjuntamente com a vereadora Ana Gonçalves e com o Manuel Carreira. A 18 de maio de 2014, já no seu mandato, o Presidente Diogo Mateus nomeou Jorge Silva, Elisabete Madama e o Eng.º Carreira, e renomeou os mesmos elementos a 6 de março de 2018. Falou-se muito da alegada competência desse administrador, do Eng.º Carreira. Agora, ele foi nomeado pelo Presidente da Câmara; portanto, se houve uma falha da parte desse profissional, também houve uma falha na nomeação e na renomeação, a não ser que o Eng.º Carreira se tenha transformado em um ano, passou de bestial a besta. Portanto, é importante saber que, por muito largas que sejam as costas do Eng.º Carreira, há aqui também falha da nomeação, deviam ter reparado que ele era incompetente. O Eng.º Narciso até falou de assédio moral, e eu confirmo, fui falar com trabalhadores, e de facto, o Eng.º Carreira sempre fez grande assédio moral aos trabalhadores. Agora, não foi desde 2018; pelo menos desde 2004 – que foi as pessoas que me disseram, que ele destratava publicamente todos os funcionários, que foi agora o que lhe aconteceu também.

Acabo só com um dilema, para tentar resolver este imbróglio: o Sr. Presidente da Câmara tem a hipótese A, dissolução da empresa PMU, com integração dos trabalhadores na Câmara Municipal de Pombal, que é muito boa empregadora; hipótese B, esta Assembleia dar ao Presidente da Câmara duas semanas de férias, uma vez que disse despachar o volume anual de trabalhos da PMU em uma semana e dois dias. Ficam ainda três dias para gozar como lhe aprouver.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado Manuel da Mariana, se faz favor.”

Manuel Lopes da Mariana (PS):

“Boa tarde, Sra. Presidente, Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, público em geral.

A minha intervenção prende-se com questões simples, mas que são também preocupantes, ou pelo menos geram alguma preocupação.

Com mais um ano letivo a iniciar-se, e com as responsabilidades que o Município tem nesta área da educação, já foram anunciados alguns dos investimentos, que se saúdam, para este ano letivo de 2019/20, quer na construção de novos edifícios escolares, quer no apoio à ação social escolar, quer de novos projetos de intervenção em vários domínios do desenvolvimento das nossas crianças e jovens, que desejamos profundamente que consigam os objetivos a que se propõem, porque cremos que na educação nada é neutro.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, era importante perceber também se o Município pode anunciar que tenciona reequipar, ou equipar as escolas do 1.º ciclo com os materiais didáticos de desgaste necessários ao desenvolvimento das atividades letivas, nomeadamente a atividade de educação física e motora, como tem feito nos anos anteriores.

É também importante entender algumas das intervenções já realizadas, e os resultados efetivamente obtidos, nomeadamente o Programa Municipal de Potenciação do Sucesso Escolar, que se iniciou em 2014/15, e que se completa no final deste ano letivo, marcado essencialmente pelo projeto EPIS, com os alunos do 1.º ciclo. Da divulgação dos resultados obtidos, feita pelos seus mentores e produtores no Dia da Educação, ficou a sensação de dever cumprido, mas muito curtinho – curtinho porque Pombal, sendo pioneiro neste projeto, serviu muito mais de espaço de experimentação, contribuindo imenso para a validação teórica e académica desta intervenção junto dos seus investidores, do que de espaço de fruição e de potenciação do sucesso. Curtinho porque o processo de rastreio e acompanhamento das situações de risco de insucesso nasceu torto, contemplando apenas uma amostragem de alunos, deixando assim de fora, nas mesmas turmas e nas mesmas escolas, casos de necessidades muito mais prementes. Curtinho porque muitos dos parceiros que conhecem, lidam e que têm identificadas estas realidades tiveram sempre um papel muito secundário. Curtinho porque com os recursos humanos envolvidos, e com as competências inequívocas dos mesmos, poderiam ter-se obtido resultados muito mais abrangentes.

Percebeu-se também que este projeto é para continuar, e agora alargado ao pré-escolar e ao 2.º ciclo. E a pergunta é simples: esta continuidade do projeto vai ser desenvolvida nos termos e moldes anteriores, ou se mediante a avaliação feita, não valerá a pena reformar processos e procurar diagnosticar e acompanhar os alunos e os seus contextos familiares e sociais que efetivamente correm riscos de insucesso pessoal e social.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Nicolle Lourenço.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente, Sr. Presidente de Câmara, restante Executivo e colegas deputados. Queria destacar a entrada em funcionamento da Loja do Cidadão em Pombal, na Praça Marquês de Pombal, e que representa um investimento de setecentos e quarenta e nove mil euros (749.000€), uma intervenção que se insere no PEDU de Pombal, e que contou com o financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que permite agora aos cidadãos encontrar centralizados no mesmo local os serviços da Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Gabinete de Inserção Profissional, o Espaço do Cidadão, disponibilizado pela Agência para a Modernização Administrativa, o Fórum Muncipe, e ainda os serviços de turismo e cultura do Município, e desta forma, então, proporcionar uma resposta mais próxima, cómoda e eficaz a todos os cidadãos, bem como a promoção da zona histórica da cidade, com maior número de pessoas a afluir à Praça Marquês de Pombal.

Agora, e numa outra área, gostaria de realçar também a realização do “Manobras”, o Festival Internacional de Marionetas e Formas Animadas, numa edição que aposta na diversidade de propostas, e que vai ainda mais além na criação de pontes entre os diferentes géneros artísticos e os diferentes públicos deste vasto território da Artemrede, cuja mais valia é Pombal ser parte integrante deste projeto – já tive oportunidade de aqui referir – e que se traduz precisamente neste tipo de eventos, cuja abertura desta edição acontece hoje em Pombal, às vinte e uma e



MUNICÍPIO DE POMBAL

trinta (21h30), na Várzea, com um espetáculo de artes de rua “Das Cinzas”, da Companhia FIAR. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente de Junta, Gonçalo Ramos.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, público e comunicação social.”

Sr. Presidente, tenho aqui uma pergunta para lhe colocar, que é uma questão que a nós nos parece de pertinência alta, embora compreendamos que possamos estar aqui também a falar, de certa forma, de um precedente, ou de uma impossibilidade regulamentar, que tem a ver com a consulta pública a que esteve sujeito o Plano Diretor Municipal, que findou, julgo, no passado dia 19, é uma questão que surge na sequência também de algumas solicitações por parte de alguns donos de terrenos da nossa zona, e surge também na sequência da abordagem ao ponto ontem, em sede de Assembleia de Freguesia, onde fiquei com esta missão, e parece-me que bem. Com um dos argumentos fixando-se no facto de a consulta pública ser no mês de agosto, que é um mês em que tradicionalmente as pessoas estão de férias, ou estão com outro tipo de ocupações que não lhes permitem dar atenção a este tipo de assuntos, e tendo em conta também, de certa forma, a importância que tem para algumas famílias a classificação dos seus territórios, e portanto, a possibilidade de abordarem as suas questões pessoais no que ao Plano Diretor Municipal diz respeito, questiono se existe a possibilidade de ser estendido este prazo de consulta, por forma a que seja dada oportunidade a quem, em tempo útil, não a teve, pelos motivos atrás elencados. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou passar a palavra ao Sr. Presidente Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, comunicação social, e todos os que nos estão a ver também pelas redes sociais.

Eu venho aqui, mais uma vez, com muita tristeza, falar sobre a saúde nas nossas freguesias. E pelo que eu estive a ver, acho que é um assunto que eu já trouxe em todas as Assembleias, porque é um assunto que urge resolver – não falo só em Almagreira, mas falo também, e infelizmente, o problema mantém-se, se não é por ausência de médica, ou por ausência de enfermeira, é por ausência de administrativa. Ao dia de hoje, dia 13 de setembro, o caricato da situação: a nossa Unidade de Saúde está encerrada, a médica e a enfermeira estão ao serviço na Redinha. Por quê? Porque não temos administrativa. Chegamos à Redinha, temos duas médicas, duas enfermeiras, mas também não temos administrativa, porque a Sra. Administrativa está de férias – e com toda a legitimidade, que tem direito a férias. A seguir, vamos à Pelariga, que faz parte da mesma unidade, da mesma UCSP – depois até vos posso ler aqui a visão, e os valores que estão aqui inscritos na página do Ministério da Saúde – e também temos o mesmo problema, ou seja, não temos administrativa, temos uma médica e uma enfermeira, que por sua auto e livre recreação e vontade permanecem lá a dar consultas. Isto é surreal. Depois, temos o Louriçal, que faz parte da mesma unidade, e pelo que nos dizem, a situação está mais ou menos resolvida, com o caricato de os profissionais que estão na Unidade de Saúde do Louriçal não ajudarem as outras três freguesias, porque são médicos e enfermeiros que têm os seus códigos deontológicos, têm a sua profissão, que nós respeitamos, e que, no fundo, gerem a seu bel-prazer aquelas quatro unidades de saúde, que é aquilo de que eu estou aqui a falar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Deixa-me muito triste, sinceramente, voltar aqui a falar neste assunto, porque não faz sentido, depois de dois anos, voltarmos ao mesmo. Na última Assembleia foi-me dito que o problema da médica, naquele caso, iria ser resolvido – e foi, a nossa médica que estava em Almagreira, a médica cubana foi destacada, foi para a Sicó, julgo eu que estará em Abiul a dar consultas, e veio uma médica nova para Almagreira; ficámos sem administrativa passados poucos dias, e portanto, o problema manteve-se exatamente igual.

O que eu pergunto é que futuro é que temos para as nossas freguesias. Ou seja, quando já se falou aqui em demografia, em querer que as pessoas não abandonem os territórios, e que as famílias tenham os filhos nas nossas aldeias, se eu fecho os serviços, se fecho os Centros de Saúde, como é que eu depois digo às famílias para se fixarem lá? Não tenho lá os serviços, “venham para Pombal, porque em Almagreira, na Pelariga e na Redinha não temos médico”. E uma coisa surreal é a informação, essa informação é colocada nas portas, com avisos que, segundo a médica – porque depois eu tive o cuidado, desde que esta médica nova tomou posse, de lhe pedir uma reunião, como fizemos com a outra médica, e faremos sempre que chegue alguém a Almagreira, para saber quem é a pessoa, acolhê-la, no fundo aquela receção normal. E fui ter a reunião à Redinha, porque não ia esperar mais tempo, não ia esperar que ela viesse para Almagreira, senão só daqui a alguns meses, um ano, dois anos, é que ela chegará a Almagreira. E tive a reunião, e qual não é o meu espanto quando ela me diz que o grande dilema que tem é que muita gente chega lá, fica lá horas, e como não sabe ler, não consegue perceber que não vai ter consulta, e que aquela Extensão está fechada – dito por uma médica esta semana. Portanto, pergunto: ao fechar estas Extensões, quais são os transportes – porque é só ver os ficheiros e perceber, que já foi dito aqui pelo meu colega da Redinha noutra Assembleia, que outra surrealidade que fizeram foi pegar em trezentos utentes da Redinha, dividiram famílias, e os casos mais críticos daquela família colocaram no ficheiro de Almagreira – deve ser um critério altamente médico, para nós percebermos, mas foi isso que aconteceu, e é essa a realidade. Ou seja, as pessoas com mais dificuldade de movimentação e locomoção não conseguem deslocar-se. Quem tem carro, facilmente chega; agora, quem vai ao Centro de Saúde – se tiverem alguma dúvida, eu convido-vos a ir à segunda-feira a Almagreira, e perceber o caos, que é o único dia, pelo que me dizem, que dão consulta, e perceber o caos que é à segunda-feira em Almagreira. Quem tiver alguma dúvida sobre saúde, venha segunda-feira a Almagreira, que eu mostro cá fora – não vamos entrar, porque depois tem outras questões, mas cá fora percebemos logo o que é que está a acontecer.

Portanto, é um lamento muito grande que tenho que dizer aqui, e não percebo, sinceramente, que futuro. Fartei-me e voltei a pedir formalmente ao Dr. Pedro Sigalho, porque depois temos esta questão: os utentes ligam para Leiria a pedir informações, e de Leiria mandam-nos falar com o Presidente de Junta. E o Presidente de Junta, como é óbvio, se calhar vai ter que resolver mais um problema, não sei bem como. A seguir faço o quê? Faço uma comunicação ao Dr. Pedro Sigalho, pedindo uma vez mais e encarecidamente uma reunião para perceber qual é a estratégia, o que é que vamos fazer para o futuro, porque é óbvio, esta solução, mesmo com a construção do Centro de Saúde, do edifício no Lourçal, foi dito pelos médicos que não vai resolver o nosso problema – quando eu falo “nosso”, falo destas freguesias todas, e pelo que sei, a Sicó tem o mesmo problema, todas aquelas unidades, se não é pelo médico, é pela administrativa.

Portanto, eu acho que é tempo – e eu estou aqui há dois anos – é tempo de resolver este problema. E é esse pedido que eu faço à Câmara, e ao Sr. Presidente de Câmara, que é sensível, com todos os vereadores, a esta questão, porque, no fundo, nós somos sempre o elo mais fraco. E temos a porta aberta, e continuamos a ouvir as pessoas, mas o que é facto é que não temos resposta nenhuma para lhes dar. É esse apelo que eu faço aqui hoje. Obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dar conta aos Srs. Deputados do seguinte: o Sr. Presidente do Louriçal tinha-se inscrito, efetivamente, para intervir. Acontece que chegou aqui à Mesa a informação de que há um incêndio a decorrer no Concelho da Figueira da Foz, e já atingiu, efetivamente, o Concelho de Pombal. O Sr. Presidente teve que se ausentar, daí que a Mesa atribui agora a intervenção seguinte ao Sr. Deputado Manuel António, que não se pôde inscrever, uma vez que ainda não estava quando esta Assembleia se iniciou. Faça favor.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Boa tarde, Sra. Presidente, e aos demais presentes.

Fazer aqui umas referências a alguns eventos que tiveram a sua importância em Pombal, e que dão destaque ao concelho, a passar, antes de mais, pela prova de atletismo – em que eu tenho alguma saudade de participar – que é a Prova do Bodo – mas, no próximo ano, se tudo correr bem, volto a essa prova. Foi um grande sucesso, que traz o desporto a Pombal no atletismo a grande nível, e numa prova já de referência.

Destacar ainda a ANTRAM, que na sua Direção, na organização, no seu último ano de mandato organizativo, trouxe uma vez mais à ExpoCentro, aqui ao nosso parque de exposições, um evento de importância nacional, mais de cem expositores, um evento com grande relevância para o setor, um setor empresarial muito importante no Concelho de Pombal, que são os transportes rodoviários, com uma importância muito significativa. Um bem haja a essa Direção e à Câmara Municipal, por se ter associado e por ter dado oportunidade a que a ANTRAM trouxesse este evento. E seria importante que no próximo ano, apesar de esta Direção terminar as suas funções, tentar se assegurar que um evento destes possa voltar a repetir-se – eu sei que isso não depende da Câmara, vai depender dessa Direção, mas penso que é um evento que leva longe o bom nome de Pombal.

E um outro destaque que, infelizmente, é demasiado oportuno – porque logo que ouvi a sirene, fui verificar onde é que era o incêndio, aqui nas plataformas online – que é todo este trabalho dos bombeiros. E mais um evento de caráter desportivo, mas motorizado, que foi o Rally de Alitém, cujo proveito financeiro foi entregue aos bombeiros. Nunca são demais esses apoios aos bombeiros, e já percebemos que cada vez mais esta responsabilidade da Proteção Civil está atribuída, porque, infelizmente, este Governo, e toda esta forma de governar, tem andado a retirar responsabilidade ao Estado, e a transferi-la para os Municípios. E não tenho dúvidas nenhuma de que em 2021 os Municípios vão ficar com um encargo de responsabilidades, que eu não sei como é que estas trezentas e oito Câmaras do país vão dar conta do recado. Mas, a esse ponto, ainda voltaremos. Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Inscreveu-se depois o Sr. Deputado Pedro Ferraz. Faça favor.”

Pedro Ferraz (PPD/PSD):

“Muito boa tarde. Venho intervir para dar facto de uma coisa, que eu acho que é bastante positiva para a Freguesia do Carriço. Tem a ver com a inauguração da nova valência que o Centro Social do Carriço fez, no dia 31 de agosto. Era um projeto importantíssimo, que fazia falta àquela freguesia, na qual o Centro Social do Carriço ainda só podia ter, durante o seu funcionamento, idosos durante o dia. A partir do dia 31 de agosto, passou a poder dotar de trinta e sete camas, nas quais poderá acomodar trinta e sete pessoas. Isso é uma coisa muito importante, representou um investimento de um milhão e meio de euros (1.500.000€), dos quais o próprio Centro conseguiu, através das suas populações, seiscentos e cinquenta mil euros



MUNICÍPIO DE POMBAL

(650.000€), a Câmara participou com perto também de seiscentos mil euros (600.000€), e a REN com cento e sete mil euros (107.000€). Isto é claramente um exemplo de como a sociedade como um todo, as populações, as entidades privadas e o Município podem melhorar a vida das pessoas numa freguesia, que é o Carriço. Venho aqui deixar esta nota, e agradecer a todos – à Câmara, à população do Carriço e à REN – o facto de termos esta nova valência no Centro Social do Carriço. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado.

Então, findas as intervenções, dou agora a palavra ao Sr. Presidente, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Boa tarde a todos, à Mesa, aos Srs. Vereadores, aos membros da Assembleia, ao público também que nos segue online e aqueles que aqui estão na sala.

Queria começar também por saudar todos os Srs. Deputados que aqui estão pela primeira vez a assegurar a substituição de outros Srs. Deputados.

Dar a nota, de facto, de que este fogo do Louriçal já está ali na zona do Valarinho, e portanto, o Sr. Presidente de Junta tem esta preocupação, até porque também ali reside, e calculo que também tenha isso em linha de conta, para além do bem-estar da nossa população.

E fazer, evidentemente, aqui um cumprimento especial aos três candidatos à Assembleia da República que aqui estão na sala, os Srs. Deputados Joel Gomes, do Partido Socialista, Célia Cavalheiro, do Bloco de Esquerda, e Liliana Santos, do CDS, que, evidentemente, ao integrarem as respetivas listas ao Parlamento, também para esta nossa Assembleia, para este nosso pequeno Parlamento, o seu contributo e a representação democrática que este órgão deve assegurar. E portanto, desejar-vos também que tudo corra na normalidade democrática, e com a forma tranquila com que todos estes nossos processos, nos últimos quarenta anos, têm decorrido.

Começava por agradecer a intervenção do Dr. José Gomes Fernandes, dizendo-lhe que subscrevo integralmente todas as ideias que aqui apresentou, e a posição política que subscreve, relativamente não só à atribuição do prémio, mas também essa diferença cultural que parece ser apenas unívoca, e não biunívoca, em que há uma parte da cultura mundial que procura, de forma se calhar pouco democrática, impor-se a outra. E portanto, quero acompanhá-lo nesse seu pensamento e nessa sua preocupação.

Ao Sr. Deputado Pedro Pinto, que aqui apresentou o problema das bicicletas de uso partilhado, de facto, o ponto de situação nesta fase – eu vou apenas, talvez, para não estar a fazer a leitura detalhada desde 4 de fevereiro, que no fundo é o impulso de todo este processo, quando o Município oficia a Órbita relativamente à ausência de resposta e incumprimento do contrato, que depois de iniciarmos o processo jurídico em maio de 2019, tivemos em julho uma reunião e apresentação do sistema de bike sharing por um outro concorrente, isto no dia 12; no dia 18, foi a Órbita, que era a contratante, notificada da intenção do Município de proceder à aplicação de sanções contratuais, não tendo a mesma empresa oferecido qualquer pronúncia em sede de audiência prévia; em 24 de julho, foram encetadas diligências para notificar a sociedade, para que nos termos do Código dos Contratos Públicos, em quinze dias, e sob pena da resolução sancionatória dar integral e pontual cumprimento a um conjunto de obrigações contratuais; em 8 de agosto, recebemos uma proposta, na sequência do procedimento que se abriu, da empresa Soltráfego, a empresa foi contactada para nos prestar outros esclarecimentos, e está agendada uma deslocação dos técnicos da empresa para analisarem o caso; e no dia 12, uma outra empresa também concorrente reuniu com os representantes da Câmara, para apresentação de sistema de bike sharing. E, entretanto, houve período de férias, e é um processo que, entretanto, teremos aqui condição de retomar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, fica com esta ideia, sob o ponto de vista daquilo que é o mecanismo de que se lançou mão para cumprir o contrato, até porque como todos sabem, trata-se de uma matéria que faz parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o que significa que tem também, sob o ponto de vista financeiro, timings ou tempos para serem respeitados, de maneira a também não haver um prejuízo para o Município.

Quanto à questão que apresentou sobre as limpezas florestais, atendendo também à tecnicidade das perguntas, quem se substitui aos proprietários, onde, áreas, custos, ressarcimentos, fica aqui o Sr. Vereador do pelouro responsável por lhe preparar uma minuta para se darem as respostas relativamente às questões que aqui apresentou, porque calculo que queira uma resposta bastante mais formal e detalhada do que aquela que eu agora lhe poderia dar, provavelmente mais geral do que aquela que procura.

Relativamente à terceira questão que apresentou, e muito bem, sobre a ligação do IC2 Pombal – Redinha, eu fazia-lhe aqui a leitura rápida da comunicação que em 19 de agosto – há cerca de um mês – remeti precisamente ao Sr. Presidente da Infraestruturas de Portugal, dando nota dessa circunstância, isto é, em função do nível de evolução do projeto do troço Meirinhas – Pombal, que urgia rapidamente abirmos o processo de Pombal até à Redinha, de maneira a ultrapassarmos essa situação.

“Exmo. Sr. António Laranjo,

Considerando a existência do acordo de colaboração celebrado entre a Infraestruturas de Portugal e o Município de Pombal, relativo ao projeto de requalificação da Nacional 1 e IC2, entre Meirinhas e Pombal, e que se encontra em execução, e o estado de degradação da via entre Pombal (cidade) e Redinha, surge a necessidade de se avançar para uma segunda fase das obras entre os quilómetros 148-500 e 163-600...” – que é o marco do distrito. “... Neste sentido, solicito a V. Exa. que se digne encetar as diligências necessárias para iniciar o respetivo projeto, sendo que o Município de Pombal se encontra disponível para avaliar a possível celebração de um novo acordo entre as partes, no sentido de fazermos para a parte norte do concelho aquilo que fizemos na parte sul.” E portanto, trata-se de rapidamente darmos esta diligência.

Deixe-me, aliás, acrescentar que noutro ofício, nesta mesma data, se solicitou também à Infraestruturas de Portugal que acautelasse, sob o ponto de vista orçamental e as respetivas origens dos fundos, e no respetivo calendário, a forma com que pretende executar o projeto que venha a ser aprovado – espero que muito rapidamente – para procedermos já à realização das obras de requalificação e de melhoria, desde as Meirinhas até à cidade de Pombal. E portanto, é um processo que tem sido seguido, e muito obrigado pela oportunidade que me dá de aqui também poder fazer este esclarecimento público.

Sobre a intervenção da Dra. Ofélia Moleiro, o Município, de facto, acompanhou logo desde domingo, por volta das dez da manhã (10h00), quando me ligou o Sr. Secretário de Estado a dar nota da tragédia que tinha acontecido ali na zona de Tours, no norte de França, e quer com o Sr. Diretor Geral dos Assuntos Consulares, quer com o Cônsul Adjunto em Paris, o nosso conterrâneo João Alvim, quer com a família, eu e a Dra. Ana Cabral tivemos, ao longo do fim de semana, vários contatos, até para se identificar, entre outras coisas, um dos pais – no caso, a mãe do Carlos – porque não havia uma grande indicação, e demos esse contributo. E portanto, acompanhámos o processo dessa maneira. E a Câmara teve também ocasião de apresentar, pessoal e formalmente à família – até porque também é uma relação que aqui tem, como bem referiu, com o Artur Pinto, chefe dos escuteiros, e cidadão bastante ativo, também agora a exercer funções na Assembleia de Freguesia – as nossas condolências pela circunstância. Portanto, acompanho-a nessa memória e nessa recordação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente à pergunta que apresentou sobre o Projeto EPIS, foi publicamente apresentado um conjunto de dados relevantes pela EPIS, a nossa intenção é editar uma brochura que seja publicamente divulgadora destes resultados, e também daquilo que é a respetiva metodologia de abordagem. Dizer que, eventualmente – até porque daqui a pouco voltarei a falar deste assunto – a metodologia utilizada no 1.º ciclo não é igual à metodologia do 2.º ciclo, e por razão, também não é a mesma que é utilizada no pré-escolar. E portanto, teremos muito em breve essas estatísticas e esses resultados publicados. Se a Sra. Deputada pretender que lhe façamos chegar os slides de acetatos que foram tornados públicos, não há dificuldade nenhuma, a Dra. Ana Cabral tem-nos aqui, é uma questão de se imprimirem, e no final da reunião poder levar.

Quanto às questões da vertente religiosa do turismo, não sei até que ponto é que a forma como classificou a rapidez da beatificação da Madre Maria do Lado, se tem alguma informação adicional, para dizer que será em breve – eu não sei o que é que quer dizer “breve” num caso destes. O que lhe posso assegurar é que tenho acompanhado com o postulador da causa, sempre que vem a Pombal, o sacerdote franciscano que está a acompanhar em Roma o processo, todas as deslocações, disponibilizando todos os meios e acompanhando também junto da Diocese de Coimbra todas as diligências, para que, de facto, o processo possa avançar da forma mais adequada. O que temos feito tem sido um trabalho, e que, entretanto, terá expressão física através da própria recuperação do teto da Igreja do Convento, que como sabe, está classificada, tem uma candidatura aprovada, e que será desenvolvido. Este é um propósito que, apesar de ainda não ter essa consumação da beatificação, na última cerimónia, nomeadamente na última ocasião em que houve a entrega de hábito a nova irmã reclusa nas Clarissas, onde eu estive, já tivemos talvez mais de cem pessoas que vieram de vários pontos do país, que acompanharam não só a cerimónia, mas também a evolução que tem tido o processo de beatificação. E portanto, é um caminho que eu acho que é incontornável, que a Junta de Freguesia tem procurado também acautelar da melhor forma possível, e terá, com certeza, muito em breve boas novidades, porque não vamos perder, não só esta oportunidade, como será uma perda grande não deixar, não só todas as notas históricas à volta deste processo, mas acima de tudo aquilo que possa significar também para o desenvolvimento económico do nosso concelho. Deixe-me, aliás, acrescentar-lhe que no IC8 já estão afixadas as placas, que durante muitos anos foram reivindicadas, de indicação do Convento das Clarissas, e julgo que muito em breve estará o processo resolvido na A8 – na A17, no nosso caso – para termos a mesma coisa nas autoestradas. E portanto, é um trabalho que nós queremos desenvolver e dar-lhe a devida importância.

A terceira questão, sobre a Comissão de Proteção Civil: de facto, nós, na semana passada, há oito dias, e porque não é frequente, tivemos um alerta vermelho, entendi convocar, por proposta do Serviço de Proteção Civil, a Comissão Restrita para fazermos um ponto de situação. Mas, as perguntas que me coloca são mais da índole da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Da mesma forma com que há pouco respondi aqui ao Sr. Deputado sobre o nível de execução dos trabalhos da limpeza florestal, eu aproveitava e remetia também os meios que estão disponíveis – até porque os meios que estão disponíveis são os que estão editados no POM – Plano Operacional Municipal, que é o segundo caderno do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Eles estão online, e estão todos a funcionar, quer sob o ponto de vista da localização estratégica, quer sob o ponto de vista dos meios de combate, quer sob o ponto de vista da operacionalidade dos meios que apoiam, nomeadamente os meios aéreos, quer toda a logística que está associada. Este ano, o Município tem – com a colaboração, aliás, das Juntas de Freguesia – cento e quarenta voluntários das Brigadas de Proteção Civil, algumas delas já constituídas em Unidades Locais de Proteção Civil – aliás, o Concelho de Pombal é dos



MUNICÍPIO DE POMBAL

pioneiros nestas unidades, e já há várias freguesias que também têm intenção de constituir as suas equipas, de maneira a termos esta extensão bastante mais ampla.

Quanto aos parques infantis na cidade, posso adiantar-lhe que, tal como respondi na reunião de Câmara, quando fizeram essa questão, esse concurso já estava aberto, estavam identificados, os trabalhos começaram esta semana, estão já na zona aqui de cima do Jardim do Vale, e portanto, seguir-se-ão todos os parques que estão envolvidos, e que na cidade serão cinco.

Relativamente à pergunta da saída do membro, do técnico superior que integrava o Gabinete de Apoio ao Investidor, aquilo que tem de ser feito é a sua substituição. E portanto, é um procedimento concursal para fazermos a sua substituição, será feita uma ponderação se será um contrato sem termo ou um contrato a termo indeterminado. E portanto, é o procedimento que se segue, sendo que isso poderá levar a que durante esse período possamos ter alguém contratado para o fazer, porque dificilmente antes de seis meses teremos uma pessoa neste lugar.

Deixem-me, aliás, dizer-vos que eu saúdo particularmente estas preocupações com o Gabinete de Apoio ao Investidor, porque, de facto, foi um projeto que nós apresentámos, criámos o lugar e provemo-lo, demos-lhe atividade substancial – que já vou falar daqui a pouco, respondendo ao Sr. Deputado Joel Gomes – mas saúdo porque, de facto, verifica-se que era uma decisão importante para o desenvolvimento do nosso concelho.

O Sr. Deputado Carlos Lopes está preocupado com a questão da natalidade. Bem, para não ser assim tudo muito sério, eu desde 2000 já tive quatro filhos, não sei se alguém aqui dentro fez mais esforço do que eu para inverter. Mas, deixe-me dizer-lhe, talvez agora em sentido contrário – até porque acompanhando algumas das declarações que os Srs. Presidentes de Junta aqui deixaram – que quando se fazem os cortes cegos, acompanhados, aliás, praticamente por unanimidade nesta casa, às turmas que garantem a continuidade do acesso ao ensino obrigatório nas nossas freguesias, isso não ajuda à confiança dos pais; quando a Caixa Geral de Depósitos abandona instalações, sendo um banco público, isso não ajuda à confiança dos pais; quando os serviços de saúde funcionam com a debilidade que é conhecida, e pior do que isso é não termos noção de qual é a solução que o Estado preconiza para resolver os problemas, pior do que isso, porque vivermos um ou dois dias em que as coisas estão menos organizadas, nós percebemos que faz parte da vida; perceber que não há estratégia, que não há caminho, que não há solução, e só há remendos, isso é que eu acho que nos deixa preocupados, e as famílias também não ficam nada tranquilas com isso. Quando percebemos que os horários escolares, que hoje foram publicados, e que não podem resultar mais do que aquilo que é a realização do impossível pelas escolas – escolas públicas, no caso – que têm muito mais alunos do que aqueles que deviam ter, e há alunos que ficam nove horas na escola, porque não conseguem cumprir o horário escolar de outra forma, porque é preciso ocupar todas as salas, nós percebemos que, de facto, isso destabiliza qualquer organização familiar. E estes são os dados hoje, e com os dados de hoje – porque nós não podemos fazer apelos aos pais para terem filhos ontem, é só daqui para a frente – nós percebemos que, de facto, a forma como isto está organizado não é para jovens; não é para jovens.

E nós podemos dizer: “Bem, mas o senhor está a falar daquilo que são políticas nacionais.” Então, vamos às políticas locais. A Dra. Conceição Anastácio fez aqui uma referência sobre a equiparação do escalão B ao escalão A, para efeitos da ação social escolar nas refeições, ajuda as famílias; a redução do IMI ajuda as famílias; a beneficiação do número de filhos, reduzindo mais o IMI, ajuda as famílias; os transportes gratuitos até ao décimo segundo ano, aprovados por esta Câmara por unanimidade, ajuda as famílias; o incremento da ação social escolar, em que nós temos três vezes e meia mais apoio em materiais didáticos, desportivos, mochilas e equipamento desportivo para o 1.º ciclo, do que o resto do país, ajuda as famílias. Mas, termos



MUNICÍPIO DE POMBAL

alunos na Escola Gualdim Pais, que depende do Estado, com temperaturas de nove graus, a terem aulas às oito e vinte da manhã (08h20), não incentiva as famílias, e terem manhãs inteiras em que a temperatura não chega aos onze ou doze graus. Temos uma rede de creches espalhada com as nossas IPSS's, ter uma capacidade de apoiar todas as crianças no pré-escolar, em que o Concelho de Pombal hoje garante cem por cento (100%) de resposta para três anos de pré-escolar, ajuda as famílias; o desenvolvimento de projetos especiais para acompanhar as famílias que têm uma desestruturação e um ambiente que não propicia o sucesso escolar – e aí estarão aqueles alunos de Pombal que fazem parte daquele número de quinze mil que chumba na segunda classe no nosso país – essas partes ajudam a família. Ainda ontem, na abertura do ano escolar na Gualdim Pais, tínhamos esta noção: a saída e o sucesso escolar dos alunos do 1.º ciclo é de noventa e nove por cento (99%), no 2.º ciclo passa logo para setenta e cinco (75%) – passa logo para setenta e cinco (75%). E nós temos que perceber isto. Mas, eu não estranho, se obrigarmos as crianças a sair de casa às seis da manhã (06h00) para terem aulas em Pombal às oito e vinte (08h20), vindas de Albergaria dos Doze, ou de outro lado qualquer, que, de facto, esse miúdo tenha um estímulo e possa olhar as coisas de outra maneira, até porque os pais já tiveram condições completamente melhoradas quando, passado uns anos, veem os seus filhos nestas condições. Isso não ajuda as famílias, isso não dá nenhum tipo de apoio. Quando nós percebemos, por exemplo, nos apoios que são despendidos com os nossos clubes, para que as crianças tenham atividade desportiva no seu território, e percebemos que eles, a seguir, a partir dos dez anos, têm que vir estudar para Pombal porque o Estado segregou a capacidade de estarem os irmãos uns ao pé dos outros, porque é mais importante cortar as turmas do que dar esta eficiência – e eu percebo essa medida, na justa forma em que as escolas públicas pudessem suportar; mas, aquilo que nós vemos são horários horríveis nas escolas públicas, por acolherem um número de alunos que não têm capacidade, e qualquer dia vamos estar a discutir se vamos ter aulas aos sábados. Eu tive aulas aos sábados; eu tive aulas aos sábados. E portanto, pelos vistos, esses sinais são sinais em que o tempo nos mostra que vamos andar para trás, e esses são os sinais feitos num tempo em que a economia portuguesa alegadamente nunca esteve tão boa, em que o excedente público afinal nunca foi tão bom, onde o pagamento das dívidas do Estado nunca foi tão bom, onde o país parece que vive num mar de rosas. Mas, esta é a dura realidade que os portugueses têm. E eu aí acredito, de facto, que tenhamos que ter muita coragem e confiança.

E por isso, quando a Dra. Conceição Anastácio aqui nos recordou um ponto quinze milhões de euros (1.150.000€) que são apoiados nas Componentes de Apoio às Famílias, nas refeições e nos apoios à ação social escolar, mostra o empenho municipal de afetar uma parte significativa do seu Orçamento para as apoiar. Portanto, não é seguramente uma matéria, nem só do Estado, nem só do Município, mas deixe-me dizer-lhe que não tenho dúvida nenhuma de que o esforço que é feito no Município é muitíssimo superior àquele que o Estado faz para com as nossas crianças. Isso eu não tenho dúvida nenhuma, e podemos discuti-lo sempre que entender.

E por isso, quando passamos para a intervenção da Sra. Deputada Liliana Silva, sobre a questão do funcionamento da Escola de Vila Cã, deixe-me dizer-lhe que as condições que existem para a Escola de Vila Cã são exatamente as mesmas que existem para todas as escolas do Concelho de Pombal. O contrato interadministrativo que é celebrado entre o Município e as Juntas de Freguesia sobre as componentes que aqui identificou é exatamente igual para qualquer freguesia. É evidente que a circunstância de ser igual não significa que o resultado seja igual, porque a forma com que as coisas são feitas pode determinar o seu sucesso ou insucesso. Eu acho que o modelo que temos seguido é um bom modelo, mas também deixe-me dizer-lhe que apesar de saber que este ano será lançada a obra do centro escolar, que tem um orçamento de um ponto três milhões de euros (1.300.000€), nós nos últimos dois anos investimos trinta mil euros



MUNICÍPIO DE POMBAL

(30.000€) na Escola de Vila Cã – nos recreios, nas pinturas, na substituição de vãos e na substituição integral do telhado. Haverá outras coisas para fazer? Há, mas nós agora temos que ser proporcionais; isto é, se nós daqui a dezoito meses tivermos condições de ter a escola aberta, nós temos que pensar, de facto, o que é que vamos fazer, e qual é a utilidade das coisas. E portanto, acompanho a sua preocupação, mas não estamos distraídos, nem deixamos ninguém para trás.

Quanto à questão das refeições, que aqui apresentou: bem, deixe-me dizer-lhe que da mesma maneira que isso acontece em Vila Cã, acontece em todos os lados – em alguns casos, aliás, com a participação ativa dos pais. Confesso-lhe que os melhores avaliadores que podemos ter da qualidade dos serviços das refeições são os alunos, que as comem, e os pais. E essa participação dos pais é decisiva. Mas, deixe-me dizer-lhe que sob o ponto de vista técnico, a existência de uma nutricionista do Concelho de Pombal, que acompanha, recomenda e propõe, faz com que, de facto, todas as cantinas que existam – e nós temos várias origens das refeições – são tidas em linha de conta com estas recomendações que nós acompanhamos reiteradamente. E portanto, é um assunto que não creio que seja extensível à maior parte dos nossos estabelecimentos, passamos semanas, meses, em que eu não tenho observações nesse caso, e portanto, espero que não haja aqui mais uma questão política nas refeições, do que uma questão efetivamente da qualidade, do rigor. E eu não estou à vontade, como aqui nos mostrou, para dizer que as pessoas que estão a tratar desse assunto são incompetentes, porque eu não consigo chegar a essa conclusão, nem quero.

O Sr. Deputado Joel Gomes fez observações sobre a questão do Gabinete de Apoio ao Investidor, iniciativas, o que é que foi, que contas foram, quantos foram apoiados, os que investiram, quanto é que investiram, por aí fora. Eu tenho aqui uma síntese, que é uma síntese geral, não muito detalhada, que lhe posso fazer chegar também, que diz respeito àquilo que são os trinta e oito assuntos que nos últimos tempos foram acompanhados, e que vão desde a preparação de apresentação de projetos que nós temos, ou na Casa da Guarda Norte, ou todo o processo que diz respeito à Quinta de Santana, ou a ampliação dos parques industriais, até ao acolhimento e o tratamento das respostas, da articulação que fazemos com o AICEP, de contatos com investidores através de outras portas e a respetiva articulação para visitarem os locais, receberem os regulamentos, conhecerem as condições, informações sob o ponto de vista dos licenciamentos, preparação de operações – por exemplo, aquela que há bem pouco tempo fizemos com a MTX, que foi aquela empresa que apresentou a proposta de criação do parque fotovoltaico na Quinta da Gramela, que já esta semana recebemos a informação de que, de facto, no leilão, a MTX tinha sido apoiada, e portanto, haverá condições para se desenvolver. Tudo isto são matérias que passaram a ter, desde o minuto em que o GAI foi instituído, um tratamento bastante mais acompanhado, de maneira a que esse trabalho a tempo inteiro possa surtir da melhor forma resultados junto dos investidores. E portanto, são muitos, desde a preparação de feiras, ao acolhimento de comunicações de entidades públicas, da Associação Nacional de Municípios – portanto, passou a ser um local privilegiado para receber informação, para dar informação, e para articular internamente, seja com o planeamento, seja com o património, seja com as obras particulares ou o ordenamento do território, todas as informações disponíveis para os nossos investidores. Essa é a matéria, um balcão bastante simplificado para responder.

É evidente que nós não podemos fazer apenas a leitura do resultado do gabinete por aquilo que são os investimentos que nós conhecemos, porque os investidores, na maior parte dos casos, fazem os seus investimentos, e não têm que os andar a propalar aos sete ventos. Há alguns que sabemos, outros não sabemos – aliás, sempre que tem a ver com património municipal, não podem ser mais públicas essas diligências, porque elas nomeadamente têm que ser precedidas de



MUNICÍPIO DE POMBAL

autorização municipal, aprovada em Câmara, e portanto, ganha imediatamente esse carácter público.

Deixe-me dizer-lhe que não concordo, nem sei – talvez será por pouca informação da sua parte – o que é que lhe permite dizer que não é para inglês ver. Eu vou dizer-lhe o que é que tem sido para inglês ver: para inglês ver tem sido é que a escola começou hoje, e os mil auxiliares de ação educativa que eram precisos para Portugal não chegaram às escolas. Isso é que é para inglês ver. E que ainda hoje, no início do ano letivo, o Agrupamento de Escolas de Pombal pediu ao Município de Pombal que substituísse as duas auxiliares da Escola Primária de Pombal, porque não há resposta. E a Escola da Guia, o Agrupamento, voltou a reiterar-nos recursos para podermos corresponder. Este é o nosso problema, e este é o que o país vive, esse é que é o país para inglês ver. Por quê? Porque uma coisa é aquilo que se diz, outra coisa é aquilo que é a dureza da realidade. E a dureza da realidade é esta. E quem é que tem que vir atrás resolver o problema? É o Município que vai ter que auxiliar. E esta tem sido, infelizmente, a verdade, mas o senhor, até candidato a deputado, com certeza que terá essa visão, e será, com certeza, um bom arauto, um bom veículo de comunicação para ajudar aqueles que, às vezes, estão tanto na estratosfera que não percebem como é que o mundo pode ser tão simples, com a resolução imediata de uma série de dificuldades que dizem respeito às famílias. E depois, isso responde também àquilo que o seu colega do lado perguntou, porque isso depois não dá confiança às famílias, e as pessoas deixam de acreditar.

Dra. Conceição Anastácio, reiterou a sua preocupação sobre a falta de pessoal nas escolas, e agradeço toda esta sua leitura e acompanhamento que faz das matérias educativas, porque é uma pessoa conhecedora e avalizada. E portanto, temos aqui uma espetadora muito atenta, e agradeço muito as suas observações.

Eng.^a Célia Cavalheiro, sobre a questão do Centro Escolar de Pombal: fez aí uma observação que me deixou um bocado intrigado, porque disse que foi inaugurado antes do tempo. Bem, deixe-me dizer-lhe que ele nunca foi inaugurado, se calhar o seu equívoco é esse. E portanto, não havia aqui pressa nenhuma – aliás, o Partido que a senhora aqui representa estava fortemente empenhado para que isso não acontecesse. E portanto, as coisas aconteceram como tinham que acontecer, e a escola abriu. Agora, é evidente – até porque é engenheira e sabe isso muito bem – que também na engenharia as coisas podem ser bem feitas, ou podem ser mal feitas. E há coisas que, sendo mal feitas, não se percebe logo que estão mal feitas. É por essa razão que existem garantias nas obras durante cinco anos, e é por essa razão que existem mecanismos jurídicos para suprir tudo, sejam falhas, omissões, erros da arte, e por aí fora, que sejam feitos, e infelizmente às vezes também nos acontece. Ninguém deseja que isso aconteça, julgo que nem os projetistas, nem as pessoas que estão a fazer os trabalhos, nem os empreiteiros gerais, nem a Câmara, que é dona de obra, nem os professores, nem os pais; as coisas acontecem. Há formas de ultrapassar, e é isso que nós temos que fazer, percebendo, se calhar, desde o princípio que não há obras perfeitas, nem há trabalhos que são irrepreensíveis, nem há nada que nós possamos dizer que nada disto merece a nossa atenção. Há sempre, e ainda bem que existe, até porque também somos exigentes. Ficamos tristes quando aquilo que seria expectável não acontece, mas o primeiro a ficar triste sou eu, não preciso que ninguém venha aqui lembrar sobre o assunto.

Sobre o período da decisão do exercício dos poderes da autoridade que a Câmara tem, eu calculo que, estranhamente, veja aqui – deixe-me dizer que eu acho estranho que aqui entre a ponderação do interesse público e a ponderação do interesse do particular, a Sra. Deputada opte pelo interesse do particular, porque está a dizer que isto trouxe muitos prejuízos ao particular. E portanto, parece ser inequívoco que entre a autoridade e o interesse do particular, dizer assim: “Bem, mal por mal, era preferível que isso não acontecesse.” Sabe por que é que aconteceu? Eu



MUNICÍPIO DE POMBAL

vou dizer-lhe por que é que aconteceu: porque precisamente na semana anterior tinham sido publicadas pela própria empresa fotografias que manifestavam que as pessoas já estavam a ocupar o espaço fora da esplanada para fazerem as suas atividades noturnas, e isso constituía, de facto, uma preocupação sob o ponto de vista da segurança, e que nós percebemos desde o princípio que com as Festas do Bodo, isso podia ser agravado, porque era inequívoco que havia uma forma pouco controlada de reter as pessoas no espaço a que estavam dedicados. E a Câmara, quando estabeleceu que aquele polígono de implantação da esplanada tinha aquela implantação, teve isso em linha de conta. E esse é um valor, como calcula, de que eu não vou prescindir, não posso prescindir dele, os senhores não querem que eu prescinda dele, nem há sequer suporte legal para prescindir dele. Por quê? Porque aquilo tem um cálculo para poder trabalhar, e nós não podemos exagerar nas coisas. E portanto, essa foi a razão que levou, mas deixe-me dizer-lhe que houve outra que também ponderou; a outra que ponderou foi que um ano antes de isto ter acontecido, tinha dito aos empresários para o poderem resolver, e um ano antes a empresa trabalhou nas Festas do Bodo, e passou um ano, e não resolveu o problema. E eu acho que isso é tempo suficiente para qualquer problema poder ser resolvido, nomeadamente com a facilidade com que em pouco mais de duas horas se resolveu.

Sobre a questão da PMU, e aquilo que aqui nos apresentou, o que mudou: bem, o que mudou é uma coisa simples, é o que é mensurável – resultados, eficiência e eficácia. Isso é que muda. E portanto, em qualquer circunstância, se as coisas mudam, têm que ser acompanhadas. E portanto, se são acompanhadas, não estranhará – como julgo que ninguém pode estranhar – que o sítio certo para se fazer essas discussões seja precisamente o órgão que eu represento em Assembleia Geral, mas que é o órgão que tem um representante, e que acompanhou a proposta do Presidente da Câmara na gestão da casa. Aliás, o país hoje assiste a uma discussão muito curiosa, que ninguém quis levar para esse campo – e portanto, eu percebo aqui esta dualidade. Eu faço esta pergunta: o Governo que nomeia o Presidente da Caixa Geral de Depósitos está envolvido na cartelização da banca? Ou terá sido uma opção da sua administração? A administração, como aqui se fala, e bem, tem uma responsabilidade, tem poderes para atuar, e eu acho que a coisa mais democrática que deve existir é prestar as contas ao órgão – além de o fazer ao Presidente da Câmara, sempre que ele o peça – ao órgão, para explicar os seus fundamentos, o seu pensamento, a forma como olha para o negócio que tem que gerir, prestando contas nos sítios certos. Se calhar, o insólito é este, sabe? Se calhar o insólito é nós termos aqui um critério de responsabilização. Mas, eu acho que isto é uma coisa muito positiva, acho que faz bem à democracia, e tem que se começar a habituar, porque quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele, e eu também não estou aqui a desculpar-me com a ação dos outros. Nas matérias que dizem respeito à minha atividade, eu dou conta delas. Mas, já lá vamos, até porque fez aqui outras observações que merecem essa opção.

Bem, desde logo as hipóteses que apresentou. Agradeço as suas hipóteses, mas o mundo não tem só hipóteses A e B, tem muito mais do que essas. E portanto, eu fico aqui retido com estas que aqui apresentou, e se precisar delas, irei utilizá-las.

Sr. Deputado Manuel da Mariana, parte daquilo que disse, acabei por já responder à Dra. Ofélia Moleiro sobre a questão da EPIS, mas deixe-me dizer-lhe que para quem não conhece os resultados, as suas conclusões são muito conclusivas, porque não conhecendo os resultados, e conseguir fazer já esse conjunto de apreciações críticas, creio que estará longe de uma honestidade intelectual que lhe permita tirar essa conclusão, porque tem um relatório que lhe permite chegar a estas conclusões. Não sei se tem algum relatório que nós desconhecamos, não sei se tem alguma informação privilegiada para concluir aquilo que disse que é um dever cumprido e muito curtinho, que os técnicos deviam dar mais, ou que podiam dar mais, e que não



MUNICÍPIO DE POMBAL

podem, que é uma questão metodológica. Agora, há uma coisa que eu não lhe escondo, porque nunca se escondeu desde o princípio – e o princípio é quando lançámos isto, em 2014 – é um projeto-piloto. Projeto-piloto. E ainda bem que este concelho teve essa coragem de o fazer, e ainda bem que alguém teve que fazer esse caminho, porque se ninguém o tivesse feito, eu lhe garanto que hoje, se calhar, eramos todos bastante mais desconhecedores daquilo que enforma esse insucesso escolar que nós vamos conhecendo, nomeadamente no 1.º ciclo, e as características que ele tem, e a hereditariedade que ele tem, e as consequências que ele traz para todos nós. Portanto, é preciso fazer esse trabalho, e como aqui vê, ao contrário do que às vezes se diz das questões políticas, a Câmara e o Presidente da Câmara não estiveram aqui com pressas de faturação eleitoral dos projetos; as coisas têm o seu tempo, têm a sua metodologia, eu julgo que sob o ponto de vista académico, quer a Universidade de Aveiro, quer o King's Schoolage, que faz a avaliação deste projeto, com técnicos portugueses autonomamente às próprias equipas, quer a participação de várias equipas – ainda estivemos na apresentação da Prof.ª Luísa Barros, da Universidade Católica Portuguesa, a falar no pré-escolar; é outra realidade, é outra metodologia, o 1.º ciclo nada tem a ver com a metodologia do pré-escolar, nem nada tem a ver com o 2.º ciclo, são coisas diferentes. Admito, e aí reconheço-lhe razão, que se calhar a nossa falha tem sido não termos uma comunicação que pudesse ajudar. Vamos fazer essa brochura, julgo que vai ajudar, até porque eu julgo que isso, até sob o ponto de vista da compreensão do processo, ele será bastante mais positivo do que negativo. E portanto, agradeço-lhe também a sua observação.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, já ultrapassou em dez minutos, ainda tem cinco deputados a quem responder, faça favor de abreviar. Obrigada.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Nicolle Lourenço, muito obrigado pelas observações.

Ao Sr. Presidente da Junta, Gonçalo Ramos, sobre consulta pública: bem, não é o Presidente da Câmara que decide os prazos de consulta pública; é uma proposta que vem à Câmara, há um prazo para as pessoas responderem, e nós ficamos sempre com este dilema: em agosto não é bom para as pessoas que estão de férias, mas é ótimo para os nossos emigrantes. E nós temos que ter aqui prazos que possam corresponder. E portanto, não creio que hajam assim razões objetivas para adiarmos ou estendermos o prazo de consulta.

Sr. Presidente de Junta, Humberto Lopes, acompanho as suas preocupações, e aquilo que nos falta perceber é o que é que o Estado Português quer fazer, porque aquilo que nós temos, nós já todos percebemos, como é que atabalhoadamente se vai substituindo um e outro, também já percebemos, que isto não é vida para ninguém também já percebemos. E portanto, se forem ver aquilo que eu escrevi no programa eleitoral que quero cumprir, o que lá está escrito na matéria da saúde, o primeiro ponto é definir a metodologia de organização, de participação e de funcionamento. É fundamental. Algum de nós conhece? Nós temos uma proposta que foi apresentada, e muitos dos Srs. Presidentes de Junta estavam lá, ou quase todos, na ARS em Coimbra, tirada a saca-rolhas, e que eu acho que deve ser discutida, que assumi que depois das eleições e de sabermos quem são os novos titulares das pastas, fazermos essa discussão, para percebermos que caminho é que vamos ter. Mas, também disse outra coisa: que se esta matéria é uma matéria para dividir, porque se vai haver aproveitamentos, dizendo que este território fica sem os serviços assim e assado, como fizeram no Carriço e fizeram na zona oeste, se não houver um consenso dentro deste território, eu não me sinto responsável por fazer coisa nenhuma. Devemos encontrar uma solução, uma solução que pode demorar cinco, seis, dez anos a cumprir, mas deve ser um compromisso de todos, para não ser aqui utilizado como arma de arremesso,



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque partidária ou politicamente pode dar jeito a uns ou a outros. Coloquemos o interesse de todos acima das opiniões de cada um, construindo soluções que são comprometedoras, independentemente do nome do Presidente da Câmara, ou da constituição da Câmara, seja o objetivo que o concelho quer perseguir, porque vai fazer bem aos nossos cidadãos e vai resolver imensas dificuldades aos nossos cidadãos, nomeadamente aos que mais precisam.

Terminando, o Sr. Deputado Manuel António fez a observação sobre o processo da ANTRAM; deixe-me dizer-lhe só, Sr. Deputado, que o protocolo com a ANTRAM é até 2021. Portanto, não é o final do mandato, é 2021 – só se for o mandato da Câmara, não é o mandato da ANTRAM. Se for assim, está bem.

E ao deputado Pedro Ferraz: de facto, a solução encontrada para a estrutura residencial para idosos, acho uma solução equilibrada. Falta, evidentemente, a participação do Estado, mas isso também faz parte dos tais sinais, que a família – que não acaba no pai e no filho, também tem os avós – acaba por ter, infelizmente, este nível de acompanhamento por parte do Governo. Mas, pronto, cá está mais um prego para o caixão da falta de natalidade que há pouco o Dr. Carlos Lopes aqui fazia referência.

Muito obrigado, e desculpem pelo tempo.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Chegou agora o momento de a Sra. Patrícia Silva Lopes do público fazer a sua intervenção. Faça favor de dispor desse microfone do fundo, e diga ao que veio. Tem cinco minutos. Obrigada.”

Patrícia Lopes (Município):

“Exma. Sra. Presidente da Assembleia, aproveito a oportunidade para cumprimentar na sua pessoa todos os presentes, e obrigada pela oportunidade de fazer uso da palavra.

Aquilo que me trouxe cá, para além de cidadã, sou membro da Assembleia de Freguesia de Vila Cã, e lamento, e tenho sentido que nos últimos meses e anos tem sido utilizada uma desculpa de forma sistemática, resguardando-se e escudando-se nas competências que, no fundo, são intituladas como sendo do Município, para nos serem dados, enquanto elementos da Assembleia, e enquanto cidadãos daquela freguesia, muitas das respostas que todos ansiamos já há alguns anos.

No fundo, aquilo que quero é tentar alertar para a situação que se vivencia naquela freguesia. Lamento que a Sra. Presidente de Junta não esteja aqui presente neste momento; no entanto, nada daquilo que vai ser aqui dito é de todo segredo para ela, uma vez que tem sido recorrente a interpelação à mesma.

Aquilo que gostaria de colocar prende-se, por exemplo, com a construção do novo cemitério, Sr. Presidente da Câmara. É-nos dito várias vezes que o mesmo não pode avançar, a construção do mesmo cemitério não pode avançar porque, como é do seu conhecimento, aquela Junta de Freguesia, ou aquele Executivo, não viu o seu Orçamento aprovado para o ano de 2019. No entanto, chamar-vos à atenção do seguinte: continuam a ser destruídos passeios, continuam a ser utilizados esses espaços para a colocação de sepulturas, continuam a ser usadas meias campas e meias sepulturas para colocar sepulturas entre campas mais antigas, continuam a ser usadas todas as estratégias impensáveis para que continuem a poder ser sepultadas pessoas naquele cemitério, que está lotado há meses, há anos. Bem sabemos que o problema não é de agora, mas continua cada vez mais presente.

Falar aqui de um assunto que também já foi trazido pelo membro desta Assembleia Municipal, Liliana Silva, no que se prende à questão da educação, à questão da escola primária, à questão do polo escolar. É do conhecimento de todos os Vilacanenses que já foram adquiridos dois terrenos para a construção de um polo escolar. Tal como já foi dito aqui hoje, o Sr. Presidente



MUNICÍPIO DE POMBAL

falou num investimento na escola atual, na Escola Primária de Vila Cã, que ronda os trinta mil euros (30.000€), a intervenção deste verão com a troca do telhado e pintura. A minha questão é: vamos ter polo escolar em Vila Cã, ou não vamos ter polo escolar?

Outra questão que também se fala, que o terreno comprado recentemente, no ano passado, por este Município não tem as dimensões que foram aparentemente compradas. Queira esclarecer-nos sobre esta questão, porque a Sra. Presidente de Junta continua a dizer que não foi ela que adquiriu o terreno, e que, portanto, não é ela que tem que dar essa justificação.

Falando em escolas, a Escola do Carvalhal é propriedade do Município, e a minha questão muito objetiva é: teve conhecimento de que a escola foi ocupada recentemente, cerca de quinze dias, por uma equipa de trabalhadores afetos a um contrato com a Junta de Freguesia? Relativamente a esses mesmos trabalhadores, a minha questão é: o Município fez com a Junta de Freguesia – e com todas, penso – um contrato interadministrativo associado à limpeza da faixa de gestão de combustíveis, dos dez metros. Faz sentido que essa limpeza esteja a ser feita em pleno alerta vermelho de incêndios no nosso país?

Outra questão em que também quero deixar um alerta, que se prende com a problemática da freguesia, tem a ver com o contrato de exploração da pedreira. Como todos sabem, em Vila Cã existe uma pedreira, fonte de rendimento para diversas pessoas. Esse contrato foi alterado recentemente, já no mandato da Sra. Presidente. Sistemáticamente são levadas à Assembleia de Freguesia questões sobre o facto de já ter sido ultrapassada a área concessionada de exploração. Tratando-se de um problema ambiental que pode trazer algum impacto a este concelho, a minha questão é: está o Município atento a estas questões, e em termos do cumprimento da área de exploração daquela pedreira?

Por fim, e não querendo também aborrecer-vos com as nossas questões, dar-vos conta da instabilidade governativa – se é que assim se pode chamar – que se vive naquela freguesia, que não viu as suas contas de 2018 aprovadas, não viu o Orçamento de 2019 aprovado, tem o secretário demissionário desde março, e a minha questão é: como é que se pode continuar a desenvolver trabalho se aos membros da Assembleia é vedada toda e qualquer informação, e a mesma é escudada com a justificação de que muitas das competências são do âmbito do Município?

Por fim, quero louvar a atitude do Sr. Presidente de Junta do Louriçal, que na iminência de um incêndio na sua freguesia, se ausentou para junto dos seus, e lamentar que a Sra. Presidente de Junta Ana Tenente não o tenha feito nos passados dias 16 e 23 de agosto, em relação à população da Fontinha, Pipa e Viuveiro.

Obrigada por esta oportunidade.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Patrícia. O Sr. Presidente, se quiser, responde, mas ele não é obrigado a responder a estas questões.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente, e muito obrigado à Sra. Membro da Assembleia de Freguesia de Vila Cã.

Deixe-me fazer-lhe talvez aqui um enquadramento prévio muito rápido sobre a primeira questão a abordar: eu percebo que haja alguma expectativa de que a Assembleia Municipal e que a Câmara que aqui está a prestar contas possa auxiliar em grande parte das suas questões. Mas, o regime legal português separa claramente – porque são autarquias locais distintas, com órgãos distintos – grande parte das questões que aqui apresentou. E portanto, isso seria a mesma coisa que esse assunto, sobre o funcionamento, ou da minha prestação de informações à Assembleia Municipal, fosse discutido no Parlamento. Portanto, há canais próprios para isso ser resolvido, e



MUNICÍPIO DE POMBAL

os senhores têm de ter condições de o poder fazer, que em última instância, serão sempre judiciais. Mas, vamos tentar separar as coisas, porque o Município e a Assembleia Municipal, enquanto órgão, é um órgão, e portanto, toma as suas decisões, tem representantes eleitos, mas é um órgão. E portanto, não tem que ter aqui posicionamentos, como alguns que aqui apresentou, que se percebe sob o ponto de vista da posição de um membro da Assembleia de Freguesia, mas que aqui o órgão não pode responder.

Vamos às questões que me parece que são direcionadas para o Município, para tentar ser contido, e também tentar responder da melhor forma àquilo que apresentou.

As competências dos cemitérios das freguesias são exclusivamente das freguesias. Não há dúvida nenhuma, aliás, eu julgo que é a única norma do velho Código Administrativo que se mantém válida, é precisamente aquela que diz que os cemitérios das sedes dos concelhos são dos Municípios – eu julgo até que é uma norma para resolver o problema em Lisboa, porque seria uma freguesia riquíssima aquela que gerisse os maiores cemitérios de Lisboa, e no resto do país não. Tudo o resto são cemitérios que são das freguesias. Respeito absoluto sobre essa obrigação, mas evidentemente colaboração, e é isso que nós temos feito – em Abiul, com a ampliação, tivemos há bem pouco tempo na Guia, Ilha e Mata Mourisca, na ampliação do Cemitério da Guia, estamos a trabalhar no Carriço, em S. Simão houve intervenções de fundo, tem havido essa colaboração.

O que é que se fez em Vila Cã? No outro mandato, financiou-se a compra dos terrenos, concluiu-se o projeto do cemitério – julgo que já neste mandato, ou ali em meados deste mandato – a Câmara já deliberou, em função de uma consulta prévia que nos foi apresentada pela Junta, a atribuição desses valores, e portanto, a Junta tem que ter esse impulso. É o que lhe posso dizer. E portanto, da nossa parte, respeitámos exatamente os critérios que existiram com todas as outras freguesias – aliás, foi aprovado por unanimidade na Câmara, é uma matéria que me parece que está especialmente explicada.

Sobre o polo escolar em Vila Cã, ouviu-me há bocado, vamos lançar, está previsto em Orçamento, o projeto está concluído, e portanto, é matéria que para mim não me oferece dúvidas.

Sobre a questão que aqui falou, da dimensão dos terrenos, já mandei averiguar, porque quem me apresentou aquele artigo, com aquela dimensão, foi a Sra. Presidente da Junta. E eu, deixe-me dizer-lhe que não tenho razão nenhuma para desconfiar de nenhum dos Srs. Presidentes de Junta relativamente à forma como exercem as suas funções, nenhuma. Já mandei fazer essa medição.

Havia uma controvérsia com um particular relativamente a uma extrema, não é novidade – não é novidade. Agora, o Município de Pombal tem uma área, eu pedi à nossa unidade jurídica que chamasse cá os vendedores para saber se existia alguma ação pendente, que não existe. E portanto, hoje, a forma com que o Município vai entrar naquela obra é da titularidade dos metros que estão identificados. É isso que nós vamos fazer. Se houver alguma controvérsia, cá estaremos para a ultrapassar, mas isso é só quando chegarmos a esse ponto.

Sobre a Escola de Carvalhal, mandei a fiscalização e a GNR, a informação que recebi foi que tinha sido feita uma autorização – que para mim não é legítima – por parte da freguesia. E portanto, espero que não se volte a repetir a circunstância, mas acompanhámos essa matéria.

Contratos de pedra: estamos absolutamente longe disso, é um assunto do foro interno da freguesia. Já não é o mesmo verdade relativamente àquilo que são, quer as autorizações de exploração, quer as áreas de exploração. Aquilo que esta Assembleia tem subscrito nos últimos anos é que os polígonos, as áreas que estão identificadas em sede de Carta de Ordenamento para extração mineira devem ser respeitadas, e que a Assembleia não tem vontade de alterar o PDM por essa razão, na justa medida em que há áreas suficientemente largas para poderem ser exploradas, atendendo à economia, à procura, à oferta, todas essas matérias. E portanto, o



MUNICÍPIO DE POMBAL

espaço que está identificado em PDM parece ser suficiente para aquilo que nos próximos anos venha a ser demandado. Essa competência, em primeira linha, compete à Direção Geral de Energia e Geologia, que faz verificações periódicas; sempre que haja uma observação de que possa existir uma colisão com a área de implantação, há mecanismos próprios para o fazermos. E portanto, se tiver essa informação, poderemos ir ao local verificar.

Faixas de dez metros: eu julgo que não é preciso dizer aquilo que todos os dias na televisão, nas rádios e nos jornais se diz há meses, sobre a interdição de determinado tipo de usos durante os períodos, não é de alerta vermelho, mas sempre que exista na Autoridade Nacional de Proteção Civil e Emergência observações nesse sentido. Portanto, a recomendação que eu faço é: vão ao site antes de iniciarem os trabalhos; se não há condições, não se fazem os trabalhos. E portanto, se há aqui trabalhos que são realizados nesta altura, eu quero aqui dizer-vos que há responsabilidade civil e criminal – e criminal – de quem determina esses trabalhos, de quem os está a fazer; e das consequências que possam advir. E portanto, não era bom que isso acontecesse, porque o propósito com que o fazemos é um propósito de as coisas correrem bem, dentro do tempo, e o próprio Município, se tiver que alterar os trabalhos dos empreiteiros para respeitar essas determinações e esse nível de segurança, não há nada a dizer, isso é imperativo, é para ser cumprido, e mais nada.

E portanto, julgo que assim, de um modo geral, abordei os temas que dizem respeito à Câmara Municipal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. A Sra. Presidente de Junta de Vila Cã, que está presente nesta sala, pediu-me para intervir. Consultei aqui o apoio, e aqui no nosso Regimento efetivamente permite que haja intervenções. No entanto, não fala aqui em Presidentes de Junta. Mas, a Mesa entendeu que a Sra. Presidente pode falar, sem entrar em ataques. Apenas dois minutos.”

Ana Tenente Gonçalves (Presidente J.F. Vila Cã, Independente):

“Muito obrigada. Muito boa tarde, Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente, Dr. Diogo Mateus, a todos os caros colegas.

Eu vou ser muito breve. Isto é política, e a política é assim. Eu só quero informar que a Assembleia de Freguesia de Vila Cã, neste momento, já foi mais longe e enviou para o Exmo. Sr. Procurador da República, que enviou para o Tribunal Administrativo e Fiscal, já um processo, do qual eu já fui chamada, para justificar as contas relativas ao exercício de 2018, que foram reprovadas pela Assembleia, que não há nada de mal, não estou a cometer ilegalidade nenhuma. O Orçamento que está reprovado, de 2019, que a Assembleia não aprovou por razões políticas – eu vou ser breve – e o facto da vacatura do secretário, porque a minha Oposição não aceita as minhas propostas. Eu só quero que fiquem a saber, porque isto é política que tem que ser resolvida dentro da Assembleia da minha freguesia. E eu fico muito triste quando vêm para aqui discutir algo que não deve sair da nossa freguesia. Eu peço desculpa, Sr. Presidente, peço desculpa a toda a Assembleia por esta situação. A política de Vila Cã deve ser discutida em Vila Cã, e é triste quando não sabem ocupar o lugar que devem ocupar, e tentam misturar tudo.

Muito obrigada por esta pequena intervenção.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Presidente. Muito obrigada, Sr. Presidente, e muito obrigada, Sra. Patrícia Silva Lopes, pela sua intervenção.

Terminado este ponto, vamos agora fazer a chamada pela segunda vez. Peço ao 1.º Secretário que faça a chamada.”

Manuel Ferreira (1.º Secretário):



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ora, iremos fazer a chamada daqueles que não estavam presentes aquando da primeira chamada.

Sílvio Pedrosa Ramos (não está, falta), João Paulo Antunes dos Santos (é substituído por António Pedro Pedrosa, que também falta), Guilherme Manuel Gameiro Domingues (está presente), Manuel António Rodrigues dos Santos (está presente também), Rui Acácio da Cruz Silva Santos (também está), Sandra Cristina Costa Barros (não está, justificou a falta), Sílvio da Mota Santos (também está), José Manuel Pedrosa Marques (esteve presente, já se ausentou pelos motivos que a Sra. Presidente já justificou), Manuel Virgílio Gaspar Lopes (também está), Manuel Nogueira de Matos (não está), e Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves (está).”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada.”

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos entrar agora no Período da ordem do dia.

Ponto n.º 2.1, Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

Sr. Presidente, quer dar alguma informação? Então, aceitam-se inscrições neste ponto. Quem é que se inscreve neste ponto? Sr. Deputado Carlos Lopes, Sr. Deputado Joel Gomes.

Então, Sr. Deputado Carlos Lopes, faça favor.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente da Câmara, só para lhe dar aqui nota de que aquelas políticas que o senhor acabou de referir há pedaço, que o Município levava a efeito, de facto, no Concelho de Pombal não têm surtido efeito, porque, efetivamente, se nós consultarmos aqui o documento do Instituto Nacional de Estatísticas, verificamos que, de facto, a população do Concelho de Pombal tem vindo a diminuir pelo menos desde 2013. E percebemos que Pombal não tem empregos bem remunerados, e portanto, se calhar é por isso que o Concelho da Marinha Grande está na linha da frente no crescimento da população.

Mas, o objetivo da minha interpelação a V. Exa. não tinha a ver com isto; tinha a ver com uma outra questão, que é a seguinte: Sr. Presidente, na informação que nos fez chegar, na pág. 50 e na pág. 51, vêm referidos alguns aspetos sobre as vias de comunicação. E era aqui que eu me queria circunscrever. Sr. Presidente, e isto por quê? Porque a ponta sul do nosso concelho – e refiro-me concretamente a Albergaria dos Doze, Santiago e S. Simão – é aquilo que – e peço desculpa pela expressão – é a zona abandonada do quintal que é o concelho, porque, de facto, aquela zona está afastada dos principais eixos rodoviários, e existe uma necessidade muito grande e muito urgente de desenravar aquela parte do concelho. Sr. Presidente, desenravar aquela parte do concelho, entre outras coisas, significa abrir uma via estruturante que nos ligue pelo menos – e eu sublinho, pelo menos – à A1 e ao IC8. E para isso, Sr. Presidente, torna-se necessário que seja criado um nó de acesso à A1, algures entre as Meirinhas e as Colmeias. Nós sabemos que já tem sido falado este projeto, mas o que é certo é que, infelizmente, ele não tem tido andamento, tem ficado apenas no plano das intenções. Ultimamente, o Sr. Presidente da Junta, quando foi a abertura da Mostra Gastronómica de Alitém, referiu esta necessidade, e ainda bem que o fez, e lamento que só o tenha feito agora. E lamento por quê? Porque nós, Partido Socialista, já em sede de Assembleia de Freguesia, no mandato entre 2013 e 2017, várias vezes alertámos para esta necessidade.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E eu queria, para terminar, saber se existe da parte do Município a motivação, o empenho para abraçar este projeto, dando-lhe caráter de urgência e dando-lhe caráter de prioridade. E isto por quê, Sr. Presidente? Porque os poucos empresários que ainda vão tendo o arrojo de manter abertas as instalações e unidades fabris naquela zona do concelho desejam arduamente que esta via estruturante seja aberta, porque como aqui há uns anos me dizia um senhor, um motorista de um camião TIR dizia: “Ir de Pombal a Albergaria é uma aventura.” Portanto, nós temos que acabar com isto, e gostaríamos, de facto, que aquela zona do concelho não fosse o quintal esquecido e mal zelado do Concelho de Pombal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Eu vou aproveitar este ponto também para falar aqui em duas áreas, duas áreas em que as freguesias estão completamente empenhadas, e que fazem parte aqui da informação também do Sr. Presidente de Câmara.

A primeira, a educação. Já foi aqui referido, uma das problemáticas que estamos a viver nestes primeiros dias, ou neste primeiro dia de aulas, de apresentações, em que já nos tinham feito chegar também essa preocupação, assistentes operacionais. Mais uma vez, aqueles mil assistentes operacionais, que viriam sabe-se lá de onde, para as nossas escolas, não apareceram. E bateram-nos à porta da Junta de Freguesia, neste caso de Almagreira, a pedir assistentes operacionais, porque as do Agrupamento, uma está de baixa prolongada, e a outra vai-se aposentar – como tem todo o direito à aposentação, e são processos normais que não estão a ser acautelados, neste caso, pelo Ministério da Educação. Solução: a Junta de Freguesia de Almagreira teve que, e vai, contratar uma pessoa para suprir esta dificuldade e esta carência imediata para segunda-feira – ou seja, não vamos estar à espera das mil pessoas que virão do Ministério, porque quando elas aparecerem, certamente serão bem-vindas e suprirão esta dificuldade que temos tido. Porque aí está, as freguesias, ao lado do Município, temos sido parceiros, quer nas refeições, quer nos transportes, e basicamente neste acompanhamento que é feito a nível do recreio.

Uma preocupação que também nos foi transmitida hoje, transportes escolares, e mais uma vez faço esse apelo, como me fizeram hoje de manhã vários pais: continuamos a aguardar serenamente lugares que tenham os transportes assegurados. Eu dou-lhe só dois exemplos: consultei agora mesmo a página da Transdev, Bonitos e Barbas Novas ainda não têm paragem. Portanto, segunda-feira não sei como é que vai ser, segunda-feira é já aí, como é que a Transdev se vai organizar, e por que é que isto não conseguiu ser acautelado, porque estes meninos iam para o Louriçal, e como já não podem ir para o Louriçal, vieram para Pombal, como é que virão. É uma pergunta que eu deixo aqui no ar, os pais já me fizeram chegar essa preocupação hoje de manhã. E a questão dos horários escolares, que, como é óbvio – e chegámos todos a esta conclusão também hoje de manhã, que os horários escolares, é ver as tardes e as manhãs livres, e como é que os meninos que ficam com as tardes e com as manhãs livres, onde é que ficarão e como é que irão para as escolas. É isto que eu pergunto. As escolas, o que se está a perspetivar para o concelho – aí está, se na saúde ainda não há uma visão, mas para a educação já se percebeu que é Pombal e Guia o futuro. Se eu estiver enganado, corrijam-me rapidamente. Portanto, sendo Pombal e Guia, vamos ter que arranjar soluções para que os pais consigam viver nas aldeias – e aí está, criar os seus filhos nas aldeias, e conseguir trazer os filhos, ou para



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pombal, ou para a Guia. E aqui, a parte dos transportes é um problema que nós temos em Almagreira, e certamente todas as freguesias também o terão lá nas suas aldeias.

Outro ponto – também para ser rápido – já o tinha escrito, e vem a propósito desta questão da floresta, que é uma preocupação nossa também. E dar aqui já um voto de louvor a todos os voluntários das brigadas, que o Sr. Presidente de Câmara também já referiu há bocadinho, voluntários, porque quem estiver atento a esta matéria, percebe-se perfeitamente, nos últimos tempos, que o que temos são profissionais. Ou seja, a Proteção Civil em Portugal passou para o nível profissional. Se quiserem ver nomes, desde a FEB – Força Especial de Bombeiros, desde os GIPS, uma equipa especial da GNR profissional, Proteção Civil profissional – ou seja, são todos profissionais dos fogos – os bombeiros também já com equipas EIP's profissionais. Quem é que sobra? Os voluntários, que são os nossos cidadãos que se preocupam com a sua comunidade genuinamente, e que dão horas do seu tempo e da sua vida para proteger os bens dos outros e a vida dos outros. E neste momento, nós temos equipas de Almagreira em vigilância, temos, assim que tivemos este alerta, um Presidente de Junta que saiu e que pediu – e ele tinha-me pedido para dar essa nota, e ainda bem que a Sra. Presidente falou, porque aí está a preocupação, que é sempre a primeira, é a nossa, porque são as nossas comunidades e as nossas populações que estão ali em risco.

E muito rapidamente, um pedido que eu faço – que espero que seja a última vez que eu o faça aqui – que são os caminhos florestais. Sr. Presidente e Sr. Vereador, rapidamente coloquem a empreitada em curso, porque necessitamos encarecidamente que esses trabalhos sejam feitos. É esse o último pedido que eu faço. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Gomes Fernandes.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Boa tarde, mais uma vez. Obrigado.

Ainda sobre o empreendedorismo, e também sobre a natalidade – que está tudo associado – o empreendedorismo está previsto nesta informação. Eu queria apenas dar alguns exemplos, dizendo pouco sobre isto.

Certamente, o meu ilustre colega Carlos Lopes, e o Sr. Candidato a deputado ao Parlamento Português, Joel Gomes, estarão também muito preocupados, para além da natalidade, com os motivos por que não existe natalidade em Pombal, nomeadamente por que é que dois juízos de família foram retirados de Pombal para Leiria, por que é que o juízo de execução, que estava previsto em Pombal, passou definitivamente para Ansião. E portanto, o que é que o Estado Central tem feito, e o que é que eles, enquanto responsáveis políticos e enquanto candidatos ao Parlamento, vão fazer e fazem, se estão de acordo com isto. Exatamente, se concordam, por exemplo, com estas duas pequenas medidas. Mas, lembro-lhes a eles também que os empresários – e a Câmara tem feito o seu trabalho; por exemplo, em abril ou maio tivemos vinte e três empresas a abrir, e apenas onze a fechar, e todos os anos temos tido mais PME's de Excelência. E eu vou lembrar também que sendo Lisboa uma zona com rendimento per capita superior à média da União Europeia, em princípio não teria direito a apoios estruturais, e o Governo arranja maneira de conseguir desviar os apoios estruturais que vêm da Comunidade Europeia, desviá-los do resto do país para investir em Lisboa, nomeadamente no metropolitano. Os fundos estruturais estão a ser utilizados para ampliação do metropolitano. O que é que estes dois senhores – meus amigos, aliás – têm também a dizer sobre isto? A sua revolta, com certeza, a sua indignação deverá ser também muita.

E depois de tanto se discutir a descentralização, a atribuição de meios e recursos aos Municípios, até em debates televisivos, nomeadamente “Prós e Contras”, e todas essas tretas que se fazem,



MUNICÍPIO DE POMBAL

convidam-se Ministros e outras pessoas para darem nas vistas, e poderem exhibir os seus dotes oratórios, mostrando também toda a sua indignação, e no final não temos nada, não temos conclusões, não temos nada, e continuamos como estamos, ou pior – o IC2 cheio de buracos, os investimentos nas infraestruturas não vêm. E portanto, também obviamente que é exigível ao Sr. Joel Gomes que vá junto do seu Governo, e junto dos seus candidatos, dizer: “Eu quero isto”, e dizer hoje aqui, “Eu quero isto para Pombal, eu quero isto para o meu concelho”. A tal variante, ele deve ir junto do seu Governo e dizer: “Eu quero no programa eleitoral do meu Partido, quero ver estes investimentos, estas previsões”. Agora, vir para aqui apenas dizer isto, a linha do oeste, etc., e tantas coisas que nós podíamos aqui falar, a nível da saúde, a nível da justiça, que já falei, e dei exemplos concretos a nível da justiça, a nível de infraestruturas rodoviárias, a nível da habitação, da educação, e sobretudo a nível empresarial, e, atenção, a nível de incentivos fiscais, o que é que efetivamente está a ser feito, depois dos tais debates. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Lopes, se faz favor.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado.

Uma vez que fui interpelado diretamente pelo meu ilustre colega, não gostaria de deixar passar a oportunidade de lhe responder:

De facto, ele está a reaver aqueles dotes oratórios de fazer campanha. Bem-vindo, José Gomes Fernandes, por isso. De facto, já tínhamos saudades desses seus dotes de oratória na campanha eleitoral.

Relativamente à questão do Estado Central e do juízo de família e de menores, o senhor sabe tão bem quanto eu, porque vive em Pombal, qual foi a razão que determinou que os juízos fossem deslocalizados para Leiria, porque, de facto, se o senhor bem se recorda, foi num Governo do qual fazia parte o seu Partido que foi feita a reorganização dos tribunais, e, por exemplo, puseram a Comarca de Porto de Mós a vir tratar assuntos de família e de menores a Pombal, por exemplo. E também sabe que as execuções ficaram definitivamente em Ansião porque o edifício do Tribunal de Pombal não oferecia condições para, de facto, manter aqui esse espaço. E portanto, não estou preocupado com aquilo que o senhor está a dizer, eu gostaria muito mais de o ouvir falar sobre as questões do nosso Município, e dos problemas que afetam o nosso Município. Eu percebo que o senhor tem essa tendência para criticar o Estado Central, porque lhe dá muito jeito. Sr. Deputado, não faça isso; centre-se nas questões do Município, porque é essa a função desta Assembleia, é para isso que nós estamos aqui, é para tratar dos assuntos municipais. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sobre a interpelação do Dr. Carlos Lopes acerca das vias de comunicação, e da zona abandonada, o Município, em articulação com a União de Freguesias de Santiago, S. Simão e Albergaria dos Doze, de 2013 a 2018, investiu naquele conjunto das freguesias – e não estamos a falar aqui de transferência de competências, nem escolas; estamos a falar de investimento puro – cinco ponto trinta e sete milhões de euros (5.370.000€), o que constitui um valor assinalável, e onde de forma bastante visível quem visita estes espaços percebe a requalificação e a aposta, precisamente por partilhar consigo essa apreensão sobre essa excentricidade, sob o ponto de vista espacial, que aquele território tem sobre as principais vias de comunicação. Aliás, foi essa a razão que nos levou a começarmos a trabalhar na abertura da variante desde a rotunda do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Campo de Vale das Éguas, que nos passa na margem direita do Rio Arunca, que nos levou a comprar a casa que está junto ao dito bairro social, no Caminho da Cartaria, para fazermos a melhoria da inserção dessa via com a estrada de Albergaria para Cartaria, que nos levou também a fazer a aquisição dos terrenos para fazermos a ligação junto ao Serradinho, para que se evite aquela curva e contracurva, que dificulta o acesso até àquela zona, o que nos pode levar depois, até numa segunda fase, às Lareiras Pombo, e portanto, através da articulação, nomeadamente com a SABRIL, que nos possa permitir ter ali soluções de circulação melhores. E portanto, esse é um trabalho que temos em cima da mesa.

Por outro lado, no estudo que foi agora apresentado, e que os Srs. Presidentes de Junta das Meirinhas, Vermoil e Pombal conheceram, uma das preocupações que temos é que, de facto, na primeira rotunda que se encontre no Concelho de Pombal, na Freguesia das Meirinhas, haja uma zona que faça a drenagem a partir desse ponto – e vai ser a mesma rotunda que vai dar ligação à autoestrada e à futura ligação ao nó da A1 com o IC2, que seja a linha que possa canalizar para a zona sul do nosso concelho. E portanto, começa a esboçar-se, sob o ponto de vista físico, aquilo que não é apenas uma boa ideia, precisa de ser concretizada. E portanto, estamos de acordo com isso. Mas, como calcula, nós não temos meios financeiros ilimitados para o fazermos, não temos apoios do Estado para o fazermos, os fundos comunitários não financiam vias, e portanto, é um processo que terá a sua rapidez, sendo certo que é um trabalho importante, e eu subscrevo aquilo que disse. Infelizmente não é um problema de agora, se calhar agora vamos pouco mais do que remediar um estrago de uma série de anos.

Sobre as questões que o Sr. Presidente da Junta de Almagreira aqui trouxe, eu tenho aqui a resolução da Assembleia da República, que por acaso é do dia 9 de setembro de 2019 – reparem, praticamente nos últimos dias de funcionamento da Assembleia da República – que foi aprovada, e que faz recomendações ao Governo, no final do mandato – no final do mandato – sobre a requalificação do parque escolar. E então, vem dizer que o Governo “deve proceder à programação das obras de requalificação e de modernização do parque escolar que se encontra degradado, priorizando as intervenções com caráter de urgência, de forma a assegurar as adequadas condições para o funcionamento das escolas e potenciar o sucesso escolar.” Bem, nós estamos a fazer isso nas escolas municipais, estamos a fazer isso nas escolas públicas (como na Guia), e estamos a desenvolver os projetos de sucesso escolar com o nosso Orçamento, agora pontualmente financiado com a candidatura que a Comunidade Intermunicipal apresentou aos fundos comunitários.

Um segundo ponto: “que considere a remoção das coberturas de amianto.” Não há escolas no Concelho de Pombal, da responsabilidade do Município, que tenham amianto. Já não podemos dizer a mesma coisa das escolas públicas, que essas sim estão há anos – como ainda ontem me recordavam, e bem, professores, dirigentes, encarregados de educação do Agrupamento de Escolas da Gualdim Pais, relativamente àquela escola.

“Que planifique a construção de pavilhões desportivos.” Os pavilhões desportivos que têm sido requalificados nos últimos tempos nas escolas públicas – Marquês de Pombal e Guia – foram feitos com financiamento municipal maioritário – tivemos uma pequena participação para a requalificação do gimnodesportivo, ou pavilhão desportivo aqui da Marquês de Pombal. “E que o Governo ponha em sede de Orçamento os meios necessários para o fazer.” Aqui o Parlamento não quis dizer que não sabe de onde é que virá o dinheiro que financiará as mil escolas e os três mil edifícios que vão ser transferidos na delegação de competências – e já lá vamos daqui a pouco – para a esfera municipal, e que se for por aquilo que têm sido os valores que nós temos conhecido, contabilizados, medidos nos nossos cadernos de encargos, não fogem muito de um milhão de euros (1.000.000€). Se essa for a norma, um milhão de euros (1.000.000€) vezes mil



MUNICÍPIO DE POMBAL

escolas, são mil milhões de euros (1.000.000.000€); mil milhões de euros (1.000.000.000€), Srs. Deputados, é um pouco mais do que um terço do Orçamento do Estado, que é remetido todos os anos para as autarquias portuguesas, para todas, que são cerca de dois mil e oitocentos milhões (2.800.000.000€). Estamos a falar de mil milhões (1.000.000.000€). E portanto, já percebemos que isto é tudo para inglês ver.

Eu tenho aqui a comunicação que recebemos no final do mês de agosto, do Agrupamento de Escolas de Pombal, sobre a solução que foi encontrada para a contratação dos funcionários:

“Informa-se que por despacho de 23 de agosto de 2019 da Sra. Diretora Geral dos Estabelecimentos Escolares, são atribuídas a este Agrupamento de Escolas quarenta e duas horas diárias, a converter em contratos a tempo parcial, não podendo estes em circunstância alguma ultrapassar as quatro horas diárias.”

Estão a ver a precariedade? Estão a ver a precariedade? E portanto, isto é a realidade, meus amigos, é assim que as coisas funcionam. Não é aquilo que se diz, é aquilo que se faz. É assim que as coisas têm funcionado. E portanto, indignemo-nos, e não tenhamos medo, da mesma maneira que se diz: “Olhe, a Câmara falhou ali, aqui, fez assim, não fez, e pôs dinheiro ali, e devia ter posto ali”, é a coisa mais normal do mundo, que também nestas matérias o interesse do nosso concelho, dos nossos alunos, das nossas escolas, dos nossos empresários, esteja à frente – esteja à frente – independentemente de quem é o responsável. Então, afinal tanta pressa, tanta pressa para combater os precários, ainda não está resolvido o problema no Estado, a Lei de Execução Orçamental consagrava uma norma específica precisamente para dizer: “Bem, quem ainda não resolveu, tome lá mais um bocadinho de tempo para resolver”, na Administração Central, e já se está a fazer outra vez a mesma asneira? E sabem por que é que é assim? Porque a seguir, quando em 2021 a Lei tiver que ser aplicada, nós, este Município que tem na Assembleia Municipal e na Câmara os seus órgãos, vamos receber escolas que não estão em bom estado, que precisam de muitas obras, que não têm pessoal, e o valor que vamos receber não vai dar para nada. E nós chamamos a isto “descentralização”. Isto é uma irresponsabilidade, Srs. Deputados. Há uma coisa boa neste processo: é, de facto, a expectativa de que se não formos nós, as autarquias, a resolver, o Estado não vai conseguir, e isso é bom. Mas, há uma coisa que também é positiva: é o Estado reconhecer que não é capaz de fazer. E não vale a pena fazer exortações, recomendações do Parlamento ao Governo, porque isto não serve para nada; isto é um descargo de consciência lamentável que não tem consequência prática nenhuma. Primeiro, porque estas recomendações extinguem-se no final da sessão parlamentar; segundo, porque o Orçamento de Estado será feito eventualmente por outras cabeças, e é um reset, e volta tudo à estaca zero. Isto é o que nós temos, Srs. Deputados.

E portanto, acompanho aqui a preocupação do Sr. Presidente de Junta de Almagreira. Esta questão dos transportes escolares é, de facto, um problema complexo, a que devemos aqui acrescentar uma capacidade de resposta das empresas muitíssimo debilitada, que compromete e que leva a que, por exemplo, hoje haja alunos que não têm os cartões de passe para poderem entrar nos autocarros na segunda-feira – hoje, dia 13, às vinte para as seis da tarde (17h40), lamentável, considerando que as turmas estão feitas há muito tempo, mas que mostra como é que as coisas têm funcionado. E portanto, estamos atentos, não concordamos com elas, queremos que elas possam evoluir, mas, Srs. Deputados, o seu a seu dono. O seu a seu dono. Ninguém fique muito triste, porque, às vezes, os Governos que nós apoiamos também fazem disparates, também dizem uma coisa e não são céleres, prometem coisas e elas não acontecem, a vida é assim, e nós não podemos ficar tristes com isso. Aliás, se nós correremos o risco de sermos assim, perdemos o bom discernimento que deve presidir à nossa ação política, e essa deve presidir àquilo que é o interesse público, e na representação e na defesa dos interesses que todos nós subscrevemos, até



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque raras vezes estamos em desacordo naquilo que são os valores mais importantes que em nome dos Pombalenses temos que defender. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente.”

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre os Encargos com a Educação – Ano letivo 2019/2020 – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos entrar no Ponto n.º 2.2, alguém quer inscrever-se para usar da palavra neste ponto? Eng.ª Célia Cavalheiro, faça favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Acerca da educação no concelho, importa referir que saiu recentemente a notícia que o Município participava metade das refeições do escalão B, ficando salvaguardadas as famílias, para não terem que pagar as ditas refeições. E disse-se amigo das famílias, no campo da educação. Ora, amigo das famílias seria se pagasse todas as refeições; isso, sim, ficaria bonito na fotografia, porque isto é uma medida que tem mais de populismo do que de efetiva, o raio de ação é muito pequeno.

Entretanto, acerca da educação, eu fui contactada por um pai, por um encarregado de educação, que depois de ter ido à reunião de uma pré-escola pública, aqui do Concelho de Pombal, ficou chocado, porque ele não tem escalão, penso que os encarregados de educação não são obrigados a entregar os papéis acerca do que recebem, e então vão para o escalão máximo. Foi-lhe pedido sessenta e oito euros (68€) para refeições, e mais cento e picos para ATL, prolongamento das atividades. Como foi um encarregado de educação que me disse isso, tomei a iniciativa de ir à Junta de Freguesia de Pombal, fui perguntar qual era o preço para uma pessoa que não tivesse escalão, ou supostamente tivesse escalão máximo. Para alimentação – alimentação, diga-se, almoço, porque os pais têm que mandar o lanche, e depois depende da escola, se mandam alguma coisa para o meio da manhã, ou não, mas o lanche não está incluído – só para almoços, noventa vírgula sessenta euros (90,60€); para prolongamento, setenta e dois ponto quarenta e oito (72,48€). Se dividirmos estes noventa ponto sessenta (90,60€) por vinte e dois dias úteis, a refeição chega a quatro euros (4€) por criança. Eu bem sei que o pré-escolar não é obrigatório, não faz parte da escolaridade, mas se o Município quer ser mesmo amigo das famílias, se calhar começava por tentar que a refeição aos pais ficasse por um vírgula quarenta e seis (1,46€), que é o estabelecido para o ensino obrigatório. Contatei com pessoas que têm os filhos na escola em Leiria, numa das escolas em Leiria, e verifiquei que no pré-escolar os pais pagam um vírgula quarenta e seis euros (1,46€) por refeição – há participação do restante por parte do Município – e que o ATL é mais barato do que cem euros (100€), o tal prolongamento.

Portanto, como uma casa começa pelas fundações, se calhar antes de investir no 1.º ciclo, devíamos investir no pré-escolar, e criar condições mais favoráveis às famílias que têm crianças no pré-escolar público.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sra. Deputada Elisabete Alves, se faz favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Muito boa tarde. Obrigada, Sra. Presidente. Cumprimentos à Mesa, cumprimentos ao Executivo, a todas as Bancadas desta Assembleia.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Da análise do documento que nos foi dado aqui para conhecimento, da proposta da Câmara sobre os encargos com a educação, e tendo em conta também a portaria em vigor, relativamente à comparticipação das refeições do 1.º ciclo, verificamos que o Estado Português comparticipa a alimentação dos alunos dos escalões A e B – sendo, no A, a cem por cento (100%), e no B, a cinquenta por cento (50%). A medida agora proposta pelo Município tem a ver com a introdução da comparticipação do Município nos restantes cinquenta por cento (50%) do escalão B dos alunos do 1.º ciclo, o que, se não estou em erro, da análise que fiz, tem um custo de setenta e três cêntimos (0,73€) por refeição, a comparticipação do Município, o que representa um esforço do Município, tendo em conta o número de alunos que estão em causa, que não chega a trinta mil euros (30.000€) – ronda os vinte e sete (27.000€), vinte e oito mil euros (28.000€), o que não nos parece ser um esforço muito grande, considerando que, por exemplo, a Câmara Municipal atribui ao associativismo, para os mais diversos fins – alguns deles que não têm utilidade, comparativamente com este, que é o fim da educação.

Portanto, saudamos esta medida, não é um esforço muito elevado do Município, porque, efetivamente, é o Estado que já transfere, relativamente ao escalão A, cem por cento (100%), e ao escalão B, cinquenta por cento (50%), sendo que o esforço do Município são os restantes cinquenta por cento (50%), num valor que não chega a trinta mil euros (30.000€). É só.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado Pedro Pimpão.”

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, caros colegas:

Queria começar, na minha intervenção, primeiro por alguns pontos prévios. A minha primeira palavra é de solidariedade para com os cento e trinta e sete operacionais que estão agora a combater o incêndio no Louriçal, e solidariedade também para com os nossos colegas autarcas que também estão a acompanhar no terreno, naturalmente.

Uma palavra também para a Ana Cardoso, de solidariedade também, juntando-me às palavras da Prof.ª Ofélia relativamente ao falecimento do Artur. Eu fui colega dele enquanto dirigente de escuteiros, e, naturalmente, era uma pessoa também muito dedicada à comunidade. E naturalmente, todos estamos solidários com a sua partida, que devia ter acontecido, naturalmente, muito mais tarde.

Relativamente também ao Centro Social do Carriço, também acompanhar as palavras que o Pedro Jordão há bocado deixou, porque num contexto social como o que nós vivemos, é bom que as nossas freguesias todas tenham a capacidade também de acolher os nossos idosos com as melhores condições, e o Centro Social do Carriço, a vertente de lar no Centro Social do Carriço era uma luta antiga, e ainda bem, e queria felicitar também aqui o meu colega Presidente de Junta, o Pedro Silva, que a Junta também teve um papel importante, porque avançou com o projeto para a obra, mas também à Câmara Municipal, pelo apoio financeiro importantíssimo que deu, e ao Dr. Rufino, e à Diretora Técnica, Brigitte, porque, realmente, o trabalho que lá se faz também é de muita qualidade e merece esse reconhecimento.

Mas, eu queria falar neste ponto – não falei antes, no período de antes da ordem do dia, precisamente porque este ponto suscita-nos algo que deve ser uma intervenção que todos devemos ter ao nível daquilo que eu acho que é o mais importante que nós estamos a fazer, independentemente das funções que cada um exerce, a educação tem que ser uma área vital e assumida como um desígnio coletivo, não pode ser propriedade de ninguém, nem de nenhuma entidade, deve ser um trabalho de equipa. E naturalmente, quando falamos dos encargos com a educação, eu acho que até o nome era muito mais interessante se pudesse evoluir para investimento na educação, porque é isso que o Município faz, investimento financeiro,



MUNICÍPIO DE POMBAL

investimento físico, investimento nas pessoas, e merece esse destaque porque começaram hoje, na grande maioria das escolas do nosso concelho, as aulas – em alguns agrupamentos, outros começam na segunda-feira. E eu acho que a Assembleia Municipal, reunida nesta altura, só tem é que dar as maiores felicidades a todos aqueles que em cada um dos estabelecimentos de ensino do nosso concelho estão empenhados, estão motivados para realmente abraçarem o novo ano letivo, com tantos desafios, com algumas dificuldades – e o Humberto falou aqui de uma das principais dificuldades que nós sentimos no terreno, mas poderíamos falar de outras, como por exemplo, dos manuais escolares. Para além de os manuais escolares não estarem a tempo e horas para quem precisa deles, para as nossas crianças, porque estão atrasados, e os professores não sabem se hão de dizer às crianças se podem, ou não, escrever nos manuais escolares, porque não têm a garantia se depois de escreverem, esses manuais não são reutilizados, e se têm que os pagar. O que acontece, numa reunião que eu tive hoje de manhã, é que uma mãe dizia: “Eu paguei os manuais escolares, e portanto, o meu filho deve escrever nos manuais.” Outra mãe dizia: “Eu não tenho condições para pagar, tive o voucher. Eu também gostava que o meu menino escrevesse.” Quem é que fica com a batata quente nas mãos? É a professora, que perante esta realidade, tem que tomar decisões.

E são estas pequenas dificuldades que tornam o processo muito mais difícil, porque todos somos a favor de que os manuais escolares, se o nosso Estado puder conceder manuais gratuitos a todos, todos somos a favor da medida; agora, é importante que a medida implementada não seja causadora de desigualdades sociais, que é precisamente o inverso do objetivo que se pretende atingir com a medida. Mas, creio que as nossas escolas, os nossos professores, têm capacidade, e têm demonstrado ao longo dos anos capacidade para superar estas situações, e para garantir, realmente, que estas desigualdades não se verifiquem em cada uma das salas de aula.

Mas, Sr. Presidente, eu queria destacar aqui este investimento, porque quando discutimos, e estamos a discutir a descentralização no nosso país, e o papel das autarquias locais na área da educação, estamos a discutir o papel das autarquias locais no séc. XXI, mas tal como ouvi no Dia da Educação um professor dizer, estamos a discutir o papel das autarquias locais no séc. XXI, a preparar o séc. XXII, porque o séc. XXI já está a andar há quase duas dezenas de anos. E portanto, aquilo que nós estamos a fazer é que estamos a evoluir constantemente, o papel que cada Junta de Freguesia, das Uniões de Freguesias, da Câmara Municipal, e da Assembleia Municipal, que eu acho que deve ver reforçadas as suas competências de acompanhamento na área da educação, vai ter no futuro. E eu não tenho dúvidas de que este caminho ainda vai ser mais aprofundado. E estamos a falar, a nível deste documento, de cerca de novecentos e noventa e quatro mil euros (994.000€) que por intermédio das autarquias locais, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, vão chegar às nossas escolas, e é um investimento significativo do ponto de vista do erário público, e que merece esse reconhecimento.

Mas, quando falamos em investimento, não falamos só deste investimento do ponto de vista da Componente de Apoio à Família; falamos também de investimento nas escolas. E eu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, queria aqui agradecer o investimento que foi feito este ano no Centro Escolar da Fonte Nova, que são exigências já antigas da própria comunidade escolar, dos encarregados de educação, e tivemos oportunidade, com o Sr. Presidente da Câmara e com a Sra. Vereadora da Educação, de ir visitar as obras no Centro Escolar da Fonte Nova, e verificar a melhoria das condições daquele estabelecimento de ensino, tal como no ano passado verificámos na Escola de Travasso, na Escola de Escoural, e isto sim é investir em melhores condições para que a educação cumpra com o seu objetivo principal, que é promover uma igualdade de oportunidades. E uma criança, quer estude no centro da cidade, quer estude na periferia, numa aldeia junto da cidade, ou numa freguesia o mais distante possível, deve ter as



MUNICÍPIO DE POMBAL

mesmas condições. E é por isso que este investimento, que é avultado do ponto de vista da escala municipal, merece esse destaque, sendo certo que do ponto de vista da Freguesia de Pombal, o passo agora – e o Sr. Presidente tem esse compromisso – tem que ser dado a curto ou médio prazo, com a Conde de Castelo Melhor, no sentido também de irmos progredindo naquilo que sejam as melhorias das condições escolares, e é um compromisso que já vem desde a construção do novo polo escolar.

Mas, para além deste investimento nas condições físicas, o investimento nas pessoas. Nós tivemos esta semana uma reunião promovida pela Sra. Vereadora da Educação, em que tivemos aqui todos os agentes do concelho que trabalham em parceria com o Município, com os agrupamentos de escolas, na parte da Componente de Apoio à Família. E eu não posso deixar de destacar a importância do investimento nas auxiliares, ou assistentes operacionais, porque a verdade é que nós temos várias entidades que têm responsabilidade na área da educação – a Câmara Municipal tem assistentes operacionais, nós, Juntas de Freguesia, temos assistentes operacionais, os agrupamentos de escolas têm assistentes operacionais, trabalham todas no mesmo sítio, mas com responsabilidades hierárquicas diferentes. E o que é certo é que isto depois cria algumas entropias no processo de aprendizagem das nossas crianças. E o esforço que tem sido feito nos últimos anos – e isso merece o meu destaque – é de haver formação conjunta. A Câmara, e bem, criou um ciclo de formação, e chamou as auxiliares das diversas entidades que trabalham nas escolas a terem formação conjunta. Isso é uma mais valia que vai ficar, com retorno positivo nas nossas crianças, em cada um dos estabelecimentos de ensino, e isso merece destaque.

E falou-se aqui muito em refeições, e as refeições são do aspeto mais sensível na comunidade escolar. Mas, também é importante que nós, em vez de só termos aqui uma atitude crítica, negativa, tenhamos uma atitude crítica construtiva. E nessa reunião, nós tivemos a oportunidade de ver um trabalho altamente meritório, apresentado pelas técnicas Mariana Dias e Juliana, que andaram a fazer por todos os refeitórios do nosso concelho vistorias, acompanhamentos, mas em vez de terem um tom acusatório, elas ajudaram as cozinheiras e as auxiliares que servem diariamente os almoços às nossas crianças a melhorarem os seus procedimentos, a melhorarem as suas competências, as suas capacidades. E eu acho que isso também merece esse destaque positivo, porque é um trabalho terreno, muitas vezes não tem muita visibilidade, e sempre que há algum problema, nós agimos. Mas, também é importante perceber que para lá do problema, há também esse trabalho e essa importância, porque isso também custa, também é investimento, e é um investimento muito positivo. E vou-vos dizer: todo o investimento que for feito na formação das assistentes operacionais, é um investimento bem feito, porque elas hoje passam muito mais tempo com os nossos filhos do que nós próprios, enquanto encarregados de educação. Hoje, as nossas crianças passam muito mais tempo dentro dos estabelecimentos de ensino do que passam em casa. Estão, e garantimos todos, com algum esforço, mas com entusiasmo, que desde as oito (08h00), e muitas vezes desde as sete e meia da manhã (07h30), nós tenhamos estabelecimentos de ensino até às sete da tarde (19h00). Isto significa que neste período de tempo, o tempo que eles passam dentro de uma escola é muito mais do que o tempo que eles passam nas nossas casas. E por isso, aquilo que nós pudermos dar de maiores competências a quem os acompanha no dia a dia é um investimento altamente positivo, que eu queria aqui também sinalizar.

Para além disso, vou terminar dizendo que estamos a discutir as competências que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia vão assumir a partir de 2021, impreterivelmente. E eu queria dizer que eu acho que isso deve ser um desafio e um entusiasmo para todos nós, porque quanto mais proximidade e quanto mais confiança os encarregados de educação tiverem em quem está junto da escola, eu acho que os resultados vão ser sempre mais positivos. E independentemente de os resultados serem mais positivos do ponto de vista do aproveitamento



MUNICÍPIO DE POMBAL

escolar, o resultado positivo é termos crianças mais felizes, com mais autoestima, com mais confiança, e eu acho que isso deve ser um desígnio de todos nós, envolvidos, realmente, nesta que é uma área vital para o futuro do nosso concelho. E por isso, queria salientar esse aspeto, desejando a todos os alunos, aos professores, às auxiliares, aos pais, um grande ano letivo, e que realmente consigamos fazer das dificuldades forças, e com o espírito de equipa que eu senti sempre onde tenho andado, nas escolas, eu acho que nós vamos conseguir superar as dificuldades e fazer das fraquezas forças. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Bem precisamos dessa sorte e desse empenho.

Sr. Presidente da Câmara, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados. Vou tentar ser rápido aqui também em alguns esclarecimentos.

Sra. Deputada Célia Cavalheiro, deixe-me discordar de si quando acha que, de facto, é populismo a questão das refeições. Eu percebo que em Portugal talvez quem consiga ter uma maior noção do que é que significa populismo seja o Bloco de Esquerda, seja provavelmente o Partido mais encartado na matéria. Mas, confesso-lhe que nesta, errou profundamente. Deixe-me dizer-lhe desde logo que tem um conjunto de pressupostos errados. Disse, e bem, há pouco que o pré-escolar não é ensino obrigatório, e como não é ensino obrigatório, não há ação social escolar. E portanto, quais são as regras que o país tem para estabelecer equidade naquela que venha a ser a opção paternal ou maternal para ter as crianças no pré-escolar público? É um conjunto de compromissos celebrados há muitos anos entre a Associação Nacional de Municípios, o Ministério da Educação e a Segurança Social relativamente a essa forma de apuramento de cálculo. Parecerá justo que os irmãos que estão em pré-escolar, um no pré-escolar público, e outro na rede das IPSS's, tenham critérios diferentes? Não é justo. E por isso, nós temos que olhar para aquilo que fazemos nestas matérias de maneira equilibrada. Por quê? Porque isso introduziria no ensino não obrigatório uma evidente discrepância, uma evidente injustiça, e uma afetação dos recursos públicos de forma bastante desigual.

E por isso, quando a Dra. Elisabete Alves faz aqui observações sobre as participações, eu acho que confundiu duas coisas que aqui não podem ser misturadas: uma é o preço de venda das refeições, que está tabelado, de um ponto quarenta e seis (1,46€); outra coisa é um preço de custo. Nesta sala estão os principais responsáveis por estas ações, e quase todos eles pagam mais por refeição do que o valor por que a vendem; quase ninguém consegue fazer ou comprar as refeições a um euro e quarenta e seis (1,46€), ou menos do que isso. Tirando casos, poucos, em que existem contratos em que, mais ou menos, o valor de venda é igual ao preço de custo, normalmente o valor é superior. O que essa regra e portaria estabelece é que em nenhuma circunstância o valor de venda pode ser diferente. E portanto, o que estabelece é que acima do valor de venda, se for, por exemplo, dois euros e seis (2,06€) a compra – para facilitar as contas – que esses sessenta cêntimos (0,60€) que vão entre o valor da venda e o preço de custo sejam suportados em partes iguais pela Câmara e pelo Município. Portanto, não fique apenas nas contas de quanto é que são os valores a que são compradas as refeições, porque tem que as confeccionar, e em muitos casos, o valor com que elas são produzidas é superior ao valor a que elas são vendidas.

E a Sra. Deputada achou que, de facto, o Município fazia pouco. Mas, se olhar para a penúltima folha da informação que aí está, e se fizer a comparação relativa das evoluções, entre aquilo que é o Despacho n.º 84/52, e aquilo que é a proposta da unidade de desenvolvimento social, chegará a esta conclusão: na alimentação, a recomendação da portaria é que sejam, no nosso caso,



MUNICÍPIO DE POMBAL

noventa e seis mil, quinhentos e trinta e cinco euros (96.535€) de despesa. O que a Câmara aqui está a propor são cento e trinta e um mil (131.000€). A senhora diz com simplicidade, são só cerca de trinta e quatro mil euros (34.000€), e eu dir-lhe-ei: são mais trinta e seis por cento (36%) do valor que hoje é investido. Nos auxílios económicos, nem sei se quer fazer a conta, porque aquilo que a portaria propõe são seis mil e oitenta euros (6.080€), e nós estamos a propor vinte e sete mil (27.000€) – trezentos e cinquenta por cento (350%), três vezes e meia mais. Nos encargos totais da ação social escolar, passamos de cento e dois mil (102.000€) para cento e cinquenta e nove mil (159.000€) – são mais cinquenta e cinco por cento (55%). E esta é a evidência. Esta não é a evidência populista; esta é a evidência do auxílio às famílias que mais precisam, porque nós hoje usamos um critério que é o da identificação dessa carência, remetida diretamente pela Segurança Social, que nos diz que este aluno é do escalão A, e este aluno é do escalão B, e o que nós aqui estamos a dizer é que os alunos de escalão B passam a ter um valor equiparado da sua despesa àquilo que acontece no escalão A. Uns acharão que é populista, eu apenas acho que é justo, e tomáramos nós que nessa vontade de termos cumprido o preceito constitucional de termos uma educação tendencialmente gratuita, que temos vindo de forma segura, serena, sustentável, e que espero que muito duradoura, a dar cada passo que não nos leve atrás – que não nos leve atrás, porque aquilo que nós vemos em muitas das matérias sobre o Estado – e ainda há pouco falámos das assistentes operacionais – é que o Estado anda para trás; anda para trás na distância e no tempo que os miúdos têm que andar de autocarro, anda para trás no tamanho das turmas, anda para trás no tempo que os miúdos andam na escola, anda para trás na centralidade das respostas, e anda para trás nos auxiliares que estão nas escolas, para poderem corresponder. Ontem dizia-me a Administração da Escola Gualdim Pais: “Nós chegamos a ter contas de luz superiores ao duodécimo que temos para gastar naquele mês.” E este é o estado das coisas, Srs. Deputados, ter contas de cinco mil euros (5.000€), e ter duodécimos de quatro mil (4.000€), e aqui é que nós percebemos como é que as coisas funcionam. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Sra. Deputada, faça favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Tem sentido o que disse o Presidente da Câmara; agora, gostava que me explicasse como é que, ao contactar uma pessoa que tem uma filha na escola pública em Leiria, apresenta valores mais baixos, tanto para a alimentação, como para o prolongamento. E o mesmo se passou com uma outra pessoa. Eu contatei, além dos dois pais que me contactaram, fiz a pergunta a duas pessoas, e têm todos valores mais baixos do que os que são praticados aqui. Então, as outras autarquias fazem milagres. Se nós fazemos um esforço brutal, as outras autarquias farão milagres, não?”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente, quer responder?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Bem, eu não sei qual é o seu conceito de milagres, nem sabia que na sua ideologia eles existiam, fico contente por consagrar essa possibilidade, que nos dá sempre alegria e esperança. Mas, deixe-me dizer-lhe o seguinte: eu não sei como é que faz essas suas contas, porque se eu tiver um Orçamento de cem milhões de euros (100.000.000€), e gastar um milhão (1.000.000€), gasto um por cento (1%); se eu tiver um Orçamento de cinquenta milhões (50.000.000€), e gastar um milhão (1.000.000€), gasto dois por cento (2%). E portanto, se está a fazer as contas em regime simplificado, ou relativo, eu não consigo chegar a essa conclusão.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

No entanto, deixe-me dizer-lhe o seguinte: há uma coisa que nós temos todos que considerar: se há Municípios que acham que é boa ideia financiar o ensino não obrigatório antes de ter o ensino obrigatório robustamente financiado, é uma opção política, eu não me vou pronunciar, como calcula, sobre as opções políticas dos outros Municípios, da mesma maneira que há Municípios que têm água muito mais cara do que o nosso, porque a concessionaram, da mesma maneira que há Municípios que pagam o lixo mais caro do que o nosso, porque o concessionaram, da mesma maneira que há Municípios que têm rendimentos superiores ao nosso, porque os IMI's são mais caros, tudo isso são as opções que têm que ser vistas na casa de cada um. Uma coisa lhe digo: o que não parece ser justo é que o ensino obrigatório tenha condições mais desfavoráveis do que o ensino não obrigatório. E se nós não tivermos ensino obrigatório com essas condições – e deixe-me dizer-lhe que isto é acintoso a partir do momento em que o 2.º e 3.º ciclo têm regimes diferentes, e a partir do momento em que o Município passe a ter responsabilidades dessa maneira, o esforço que vai ser pedido a esta casa vai ser gigantesco, porque a obrigação é esta. E repare, será talvez, porventura, essa a razão que tem justificado a circunstância de o ensino pré-escolar não ser obrigatório, porque não há espaço para toda a gente. O Parlamento aprovou agora mesmo, esta semana – recebi ontem – uma proposta para recomendar que haja condições para que nas escolas do pré-escolar público haja espaço, sabe para quê? Para os miúdos dormirem. Para os miúdos dormirem. Estamos no séc. XXI. E sabe por que é que isso não existe? Porque o espaço disponível para poder ter os miúdos a dormir nas escolas não existe, e o Estado sabe que na justa medida em que o exija e o determine legalmente, vai ter que arranjar os meios financeiros para o fazer. E no momento em que torne obrigatória essa valência, vai dizer que ele é obrigatório para todos, em todo o território. E eu acredito que, se calhar, se os Municípios tiverem as responsabilidades todas, é muito fácil decretar isto. Mas, claro, nós estamos aqui num país em que tivemos um Primeiro Ministro que disse que ia baixar os impostos, e baixou o IMI, que é um imposto que não vai à conta do Estado, vai à conta do Município. Nós tivemos já no país gente muito criativa, tão criativa que alguns já foram presos. E portanto, veja que temos que respeitar as opções que os outros Municípios têm – se quiser fazer esse estudo e trazer-nos aqui, calculo que a Assembleia tenha muito prazer em recebê-lo – mas nós temos que nos concentrar naquilo que tem sido a nossa ordem, e a nossa ordem tem sido esta, e julgo que tem sido adequada, porque como bem sabe, em muitas das freguesias há soluções mistas, em que há a escola pública e há a escola das IPSS's, que é um bom modelo, nós não temos condições de aumentar brutalmente esta despesa. Temos espaços construídos, o país andou anos e anos a financiar, através do Projeto PARES, quer as creches, quer o pré-escolar, ambas não são do ensino obrigatório, e portanto, nós não podemos estar aqui a divergir daquilo que são as nossas responsabilidades, porque essas, depois, ninguém nos vai perguntar quem é que há de cuidar delas; nós temos de cuidar delas, e estamos a crescer no sentido de que seja melhor. O que eu estranho é que as Sras. Deputadas tenham tanta apreensão quando se está a consagrar aquilo que é o preceito constitucional, a afetar os recursos públicos, e eliminando mais um degrau – como foram os transportes escolares no décimo segundo ano, sim, porque repare, foi um Governo do Partido Socialista que decidiu, e bem, que a escolaridade obrigatória eram doze anos, mas ficou por aí, não veio dizer: “Então, vamos reforçar os meios financeiros para os Municípios, para que eles possam transportar as crianças, e suportar os encargos correspondentes.” Os Municípios que resolvam o modo como o vão fazer, se resolverem. Ainda há Municípios em Portugal que não o fazem, e é ensino obrigatório. E eu pergunto: é justo? É justo que um miúdo tenha que estudar os doze anos – e bem – e que o Estado depois diga: “Agora, vou dar dinheiro ao pré-escolar”? É justo? Não me parece que seja justo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, há uma tarefa a fazer, na justa medida daquilo que tem sido a própria definição legal do caminho que o país quer seguir. Se me perguntar se o pré-escolar deveria ter um ano obrigatório, eu acho que sim, mas admito que a grande parte do nosso país não o consiga pagar. Ainda bem que nós aqui conseguimos pensar desta maneira.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização para reforço de dotações no PPI para os anos de 2020 e 2021 e criação de novo projeto

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.

Vamos entrar no Ponto n.º 2.3, antes de aceitar inscrições, o Sr. Presidente quer falar sobre este ponto? Então, aceitam-se inscrições. Quem é que neste ponto quer usar da palavra? Sra.

Deputada Fernanda Domingues, se faz favor. E a seguir, o Sr. Presidente Pedro Pimpão.”

Maria Fernanda Domingues (NMPH):

“Muito boa tarde. Apresento os meus cumprimentos aos presentes.

Acerca deste ponto, em relação à proposta da Câmara sobre o pedido de autorização para reforço de dotações do PPI para os anos de 2020 e 2021, apraz-me dizer que uma vez que não são nossa prioridade, não quer dizer que sejamos contra. O sentido de voto da Bancada do NMPH é a abstenção. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Deputada. Sr. Presidente Pedro Pimpão.”

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Muito obrigada, Sra. Presidente, Sr. Presidente, caros colegas.

Neste ponto decidi intervir porque eu acho que é importante, porque muitas vezes falamos dos projetos, dos investimentos, das iniciativas, e é importante também contextualizar, do ponto de vista daquilo que é o encargo financeiro que é assumido com esses mesmos projetos, e o impacto positivo que têm no território e na vida das pessoas. E uma vez que neste pedido de autorização de reforço das dotações do PPI está inscrita, ou vai passar a estar inscrita uma verba superior a quinhentos mil euros (500.000€) para aquisição de viaturas para transportes públicos urbanos, eu queria dizer que este é um desígnio que toca a todos, porque quando foi criada a Rede Pombus em Pombal, havia muitas dúvidas se Pombal teria dimensão ou necessidade para ter uma estrutura destas ao encargo do Município, do ponto de vista da sua sustentabilidade, etc. E as dúvidas, creio que ao longo dos anos têm sido dissipadas. E o que é certo é que o Pombus hoje é uma mais valia do ponto de vista territorial, tem sofrido alargamentos – deixou de ser exclusivamente dentro do espaço da cidade, e tem-se espalhado para fora da malha urbana, para a periferia – e creio que com o estudo que está a ser desenvolvido pelo Município de Pombal, de alargar o Pombus a toda a freguesia, creio que isto vai ter um impacto muitíssimo positivo nas dinâmicas socioeconómicas do nosso território.

E por isso, queria destacar isso, que eu acho que é um passo que, de forma consolidada e estruturada, vai ser dado no próximo ano, em termos visíveis para as pessoas e para a vida das pessoas, e que eu acho, ou partilho esse sonho, essa ambição, esse desígnio, que no futuro, a médio e longo prazo, possa também abranger todas as freguesias do nosso concelho. Creio que há condições, a partir do momento em que estamos a dar este passo, e por isso é que vamos dar este passo, que é muitíssimo importante, porque é um investimento realmente avultado na



MUNICÍPIO DE POMBAL

aquisição de novas viaturas, até em termos daquilo que sejam os encargos permanentes que o Município de Pombal vai passar a ter no futuro com a própria rede – sabemos que são encargos avultados. Portanto, há um investimento significativo nesta componente, e eu tenho a certeza de que hoje estamos a dar um passo mais à frente relativamente ao alargamento da Rede Pombus, e a médio e longo prazo, até pelas dificuldades a que nós vamos assistindo pelo nosso país na área da mobilidade urbana, e atendendo também às novas competências que a partir de 2021 os Municípios, e nomeadamente as Comunidades Intermunicipais, vão passar a ter nesta matéria, eu acho que o caminho tem que passar por ir alargando esta rede à malha do nosso concelho, fazendo ligações às sedes de freguesia, e dentro das próprias freguesias, seja numa primeira fase por linhas dedicadas, por transporte a pedido, por marcação, como já se faz noutras concelhos, mas que o caminho pode ser por aí, mas não esquecendo que só pode ir por aí porque este tem percurso, tem este histórico, tem esta evolução sustentada ao longo dos anos, e isso merece o meu destaque, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, o meu destaque positivo, realmente, ao esforço que está a ser feito na melhoria da rede de mobilidade urbana em Pombal, onde o Pombus se começa a assumir como um veículo prioritário para as pessoas, e isso pode ter um impacto muito positivo, que eu espero que vá continuar a ter, na vida e no dia a dia de cada um dos Pombalenses.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Depois, estão inscritos ainda o Sr. Presidente Humberto Lopes, e o Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Não era para me inscrever neste ponto, mas com a intervenção do Pedro Pimpão, tive vontade de intervir, e vou fazê-lo.

Aquilo que eu queria dizer, e concordando com tudo aquilo que o Pedro Pimpão acabou de referir, apenas discordo do Pedro na situação de que seja a médio ou longo prazo para as nossas freguesias. Não pode ser, porque a médio e longo prazo, provavelmente corremos o risco de as freguesias ficarem desertificadas, e ficarem só com meia dúzia de pessoas. E portanto, eu já disse aqui uma vez, penso que o CDS já o referiu mais do que uma vez, inclusivamente, a qualidade dos transportes urbanos hoje distingue aquilo que é um território desenvolvido de um território não desenvolvido. E portanto, eu não tenho dúvidas nenhuma de que o próximo passo para, de facto, nos demarcarmos e sermos um concelho desenvolvido terá que passar necessariamente pela facilidade em chegar aos serviços todos em qualquer momento. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Sra. Presidente, também neste ponto, e mais uma vez volto aqui a falar nos transportes, e como é óbvio, tinha que me congratular com esta opção do Município, e como é óbvio, certamente que este alargamento da Rede Pombus irá contemplar algumas freguesias, e já estamos a trabalhar na beneficiação dos abrigos com essa intenção, de que pelo menos ali àquela franja dos lugares de Barros da Paz e Assenha da Paz... Não, mas é um assunto que já trouxe aqui noutras Assembleias, e como é óbvio, ver inscrito aqui um valor nesta área, é de louvar também essa iniciativa.

E também – e o ponto que me inscrevi era pela recolha dos resíduos urbanos. Por quê? Porque ao contrário de outros Municípios – e já foi aqui falado dos nossos vizinhos, por exemplo, Leiria – que contratam uma empresa privada para o fazer, Pombal continua a assumir este ónus, ou seja, esta área, como sua. E eu acho muito bem. Ou seja, o próprio Município, aí está, tem depois



MUNICÍPIO DE POMBAL

custos da própria manutenção, os equipamentos, os operadores, mas consegue garantir essa qualidade de serviço. E como é óbvio, nós, enquanto Presidentes de Junta, no verão temos sempre estas dificuldades, e fazemos sentir aos serviços o pedido para que seja reforçada a recolha de resíduos nesta altura crítica. E aí está, é de louvar também este investimento nesta área, que o Município consiga requalificar os equipamentos e assegurar este serviço. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente. Passo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Só para dizer que na linha daquilo que tem sido o sentido de voto desta Bancada, vamos votar pela abstenção. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer usar da palavra neste ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sim, muito obrigado.

Agradecer as palavras dos Srs. Deputados que se pronunciaram diretamente sobre este assunto. Também esta expectativa de podermos ter a rede do Pombus, que é uma das matérias que aqui está, com a maior amplitude possível. É verdade que nos últimos oitenta, noventa anos, quando olhamos para as características e a evolução da qualidade do serviço de transportes públicos nos concelhos, Portugal regrediu. É verdade. E é verdade que foi há quatro anos, ou cinco, que foram modificados os termos em que a responsabilidade dos Municípios – que nós, no caso, transferimos para a Comunidade Intermunicipal, e que foi aceite – entenderam que a constituição da Autoridade de Transportes com âmbito multimunicipal (CIM) faria todo o sentido. E é essa a avaliação que agora, com os concursos que estão a ser preparados no âmbito da CIM, também terá que ser feita, para percebermos se, efetivamente, aquilo que nos vai ser proposto nesses concursos corresponde, ou não corresponde, às nossas expectativas, desde logo porque há necessariamente uma expectativa de, sob o ponto de vista do tipo de serviço, da qualidade de serviço, do preço do serviço e da avaliação dos utilizadores do serviço, nós percebermos se estamos ou não estamos a corresponder para esses níveis de qualidade que o deputado Pedro Pinto aqui sublinhava, e bem, relativamente às expectativas de cada um. E nós, de facto, todos os anos investimos muito em transportes – reparem que nós continuamos com uma rede de transportes escolares que assenta essencialmente em cima da rede de transportes públicos. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que se não fosse assim, se tivéssemos apenas uma rede de transportes escolares autónoma da rede de transportes públicos, a probabilidade de as entidades que hoje exploram os negócios dos transportes públicos continuar disponível e interessante era muito reduzida, porque hoje, o maior cliente é o Município de Pombal – como, aliás, acontece na maior parte dos territórios. E rapidamente chegaríamos àquele ponto em que, como acontece aqui já nos concelhos mais a norte de nós, ou mais para o interior, onde os Presidentes de Câmara e as Câmaras têm que deliberar apoios para que os serviços de transporte entre os lugares se façam. Portanto, é uma discussão das mais importantes que temos, e espero que rapidamente tenhamos aqui, da parte da CIM, respostas muito concretas.

Sobre os sentidos de voto, eu não me vou pronunciar, mas eu quero aqui só recordar que a requalificação do Jardim do Cardal, como, aliás, as bolsas periféricas de estacionamento no Casarelo, são matérias que fazem parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que foi aprovado por unanimidade na Câmara, e que o parque desportivo de Abiul é uma matéria que resulta de uma candidatura promovida pelo Governo para beneficiação de equipamentos municipais, aprovada, e que é uma ocasião de nós podermos financiar aquele território.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por outro lado, não é preciso ir muito longe nos programas eleitorais dos Partidos que aqui estão representados para perceber que, de facto, a melhoria dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e a ampliação da rede do Pombus é transversal a todos. E portanto, olhando para isto desta forma muito direta, eventualmente esta novidade que aqui está, que é a única sob o ponto de vista da criação da rubrica, que é o Centro Municipal de Proteção Civil, que resulta também de uma candidatura, poderá aqui criar entre os diversos membros da Assembleia Municipal alguma falta de sintonia. Eu não creio que crie, porque, de facto, é um equipamento necessário. E por isso, estranho essas abstenções, porque elas, no fundo, o que estão a dizer é que apesar de em concreto estas medidas corresponderem àquilo que é defendido pelos Partidos, se calhar porque estão incluídas num processo mais amplo, se entende que devem ser feitas as respetivas abstenções. Creio que com a votação que assim se manifestou, elas serão feitas na mesma.

Muito obrigado, Srs. Deputados.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente.

Vamos, então, à votação do Ponto n.º 2.3. Quem vota contra? Quem se abstém? Este ponto foi aprovado por maioria, com dez (10) abstenções. Muito obrigada.”

A Assembleia deliberou, por maioria com dez abstenções, (quatro do PS, cinco do NMPH e uma do BE) aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Alteração de natureza regulamentar à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos passar ao Ponto n.º 2.4, Sr. Presidente, quer usar da palavra aqui, ou dou a palavra aos Srs. Deputados? Quem se inscreve neste ponto para usar da palavra?

Não havendo inscrições, vamos passar à votação. Quem vota contra o Ponto n.º 2.4? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.4 foi aprovado por unanimidade.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de parte da Rua dos Estudantes – Guia.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer dizer alguma coisa acerca deste ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Só talvez atualizar aqui a informação, desde logo que foram abertas as propostas, e portanto, temos já empreiteiros interessados em fazer esta obra. Entretanto, a Câmara pronunciar-se-á sobre o relatório final. Que os terrenos que são necessários para fazer esta aquisição estão, ou



MUNICÍPIO DE POMBAL

adquiridos, ou em vias de se fazerem as respetivas escrituras, negociados. E portanto, estamos em condições para, o mais depressa possível, podermos entrar em obra, e termos este espaço disponível para funcionar a partir do ano letivo 2021/22. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. Alguém quer intervir neste ponto? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Sr. Presidente, só uma dúvida que me ficou: isto é a criação de uma nova estrada para acesso ao polo escolar?”

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu devia, talvez, ter começado por aí: existe uma via, que é a Rua dos Estudantes, que divide atualmente, na parte sul, a Escola Secundária da Guia e o futuro Centro Escolar da Guia. A proposta é que essa rua, que hoje tem uma dominialidade pública, passe para o domínio privado do Município, o que faz com que, naquele conceito que aqui já tinha sido apresentado, de constituirmos um campus escolar, onde temos concentrado na mesma área territorial o pré-escolar, o 1.º ciclo, o 2.º, 3.º e secundário, elas tenham funcionalmente autonomia, mas que haja fisicamente ali uma concentração dos recursos. Como é expectável que em 2021 o património que hoje é do Estado, através do Ministério da Educação e da Direção Geral do Património, onde está a Escola Secundária da Guia, vá ser transferido para o Município, faz sentido que haja aqui uma ligação física entre os dois espaços, e que não seja interrompida por uma via, desde logo porque facilita a implantação do edifício, e sob o ponto de vista também da sua vigilância e controlo, é bastante mais fácil. Portanto, a ideia é aquele espaço, que hoje tem uma utilização pública, passa a ser do domínio privado do Município, e é integrado funcionalmente, com esta função, e não estando aberto ao público, para que nenhum público além do público escolar possa usar aquele espaço. Ou seja, o domínio público municipal não é suscetível de ser registado – as praças, as ruas, as pontes. A Câmara, quando compra um terreno, integra no seu domínio privado, como se fosse um privado como nós, individualmente. E portanto, o que aqui estamos a propor é a transferência da dominialidade pública, que não está registada, para o domínio privado do Município, de maneira a que o Município possa dizer: “Este espaço está dentro deste espaço público”, e isto precisa da aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal. Ou seja, deixa de ser via pública e passa a ser um espaço que serve o espaço escolar, mas a Rua dos Estudantes desaparece. Portanto, não há aqui uma afetação de moradores, porque ela é periférica, não afeta casas, e portanto, acabamos por ganhar ali cinco metros, talvez vezes cem, quinhentos ou seiscentos metros quadrados que entram dentro da esfera do Município. Estamos a falar aqui de setecentos e oitenta e cinco metros quadrados.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado Manuel António.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Só fazer uma pequena intervenção, ainda por cima tendo sido autarca da Freguesia da Guia – da então Freguesia da Guia – felicitar o Município por mais um passo, e relembrar que não se pare nas outras fases, porque, realmente, este campus escolar vai ser importante, já se percebeu que o ensino público e que os agrupamentos escolares públicos vão, nos próximos tempos, continuar a sofrer estas pressões. Tendo a Guia as características de vila, é importante adequar as condições físicas dos edifícios escolares à procura que se espera que poderá eventualmente crescer, e tendo ao lado a residencial e a CERCI nas mediações, que a Rua dos Lusíadas, dentro de pouco tempo, possa ser aberta, e que o futuro pavilhão gimnodesportivo que urge para a zona



MUNICÍPIO DE POMBAL

oeste do concelho, que nunca chegou a ser construído, e que é realmente um handicap para a zona oeste, possa eventualmente vir a ser enquadrado nos terrenos que estavam em frente à Escola C+S, que infelizmente desapareceram as árvores por consequência das duas intempéries que fizeram desaparecer aquela zona, mas que em tempos foi estudado como sendo um possível espaço de colocação ou instalação do gimnodesportivo, com características que permitam o desporto federado, que é um handicap para aquela zona oeste.

Fica este lembrete, que eu sei que não está esquecido, e que importa referir, e que esta medida é importantíssima para a instalação – como o Sr. Presidente já disse – do Centro Escolar que vai requalificar a freguesia, que nunca teve nenhuma obra desta referência.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer dizer alguma coisa mais?

Então, vamos passar à votação do Ponto n.º 2.5. Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.5 foi aprovado por unanimidade.

Eu não perguntei, mas alguém se opõe a que seja aprovado também por minuta? Assim como os pontos anteriores, alguém se opõe a que sejam aprovados também por minuta? Então, foram todos aprovados por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a execução do Projeto de requalificação e ampliação do Centro de Meios Aéreos / Centro Municipal de Proteção Civil, localizado em Casalinho, Freguesia de Pombal

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer usar da palavra neste ponto? Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Presidente, fico à disposição dos Srs. Deputados, se houver algum esclarecimento adicional.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Então, quem quer usar da palavra neste ponto? Sra. Deputada Ofélia Moleiro, depois o Sr. Deputado Pedro Pinto, e Sr. Deputado Carlos Lopes.

Sra. Deputada Ofélia Moleiro.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Obrigada, Sra. Presidente.

Todos sabemos que este centro, outrora denominado Centro de Meios Aéreos e Ultraleves, tem uma história e um processo muito complicado, com muitos anos já, toda a sua evolução foi acompanhada pelo atual vereador do Pombal Humano, Michael António, e que era vereador com este pelouro em anterior Executivo, e foi um processo complicado, começou mal, teve hipótese de solução por despacho, e a análise técnica, na última reunião de Câmara, já foi feita pelo vereador Michael António, que está dentro do assunto, e nós não estamos dentro da análise da parte técnica. Mas, sabemos que já em 2013 o Secretário de Estado da Tutela emitiu um despacho que permitia a execução das obras naquele Centro de Meios Aéreos, e portanto, nós estamos absolutamente de acordo com aquilo que se propõe agora fazer o Sr. Presidente da Câmara,



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque achamos que esta é uma infraestrutura necessária, importante sobretudo para a Proteção Civil do concelho, como apoio à Proteção Civil do concelho. E portanto, iremos votar a favor, evidentemente.

Só lamentamos é que desde 2013 até 2019, tenha decorrido todo este tempo sem que se tivessem executado as tais obras que eram permitidas por despacho do Secretário de Estado da altura. É isto que se nos oferece dizer, e vamos votar a favor, evidentemente.

Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sra. Deputada. Vou passar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Sra. Presidente, muito obrigado.

Relativamente a este ponto, aquilo que o CDS tem para perguntar ao Sr. Presidente – em primeiro lugar, dar os parabéns ao Município pelo facto de se esforçar para manter estas infraestruturas e estes serviços junto do Município de Pombal. Foi algo que nos preocupou há um tempo atrás, e que nos levou a visitar o Centro de Meios Aéreos, nomeadamente os GIPS, penso que foi de divulgação pública a nossa visita. E portanto, na altura, ficámos com algumas preocupações, porque, de facto, as instalações onde os GIPS atualmente estão já não são condignas da importância que o serviço tem para o Município, e naturalmente que outros Municípios vizinhos estarão interessados em absorver este tipo de serviços, e portanto, o Município de Pombal não pode permitir perder-se este tipo de infraestrutura.

Contudo, a Dra. Ofélia Moleiro já falou sobre esse assunto, queria centralizar-me também no Centro de Meios Aéreos. Sabemos que a história do Centro de Meios Aéreos tem um passado que é o que é; pergunto ao Sr. Presidente se, de facto, estamos aqui a iniciar um processo que poderá levar eventualmente à legalização daquela pista. E pergunto isto porque sei que tempos houve em que a pista foi utilizada, e que foi comentado por quem a utilizou que, de facto, a pista tinha condições ótimas para aquilo que ela, se calhar, até foi prevista. E portanto, as pessoas que a utilizaram passaram um fim de semana em Pombal, almoçaram nos restaurantes de Pombal, pernoitaram nos hotéis de Pombal, e portanto, parece-nos que, de facto, há aqui uma janela de oportunidade para podermos criar aqui uma dinâmica económica que poderia muito bem encaixar. Sei – e não me vou pronunciar sobre as questões técnicas, mas sei que a questão do território que ali está subjacente tem as suas condicionantes, mas pergunto se o levantamento deste interesse público municipal vai ao encontro desta eventual ambição do Município em, de facto, criar a legalização daquele Centro para os fins para que foi pensado inicialmente.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lopes.”

Carlos Lopes (PS):

“Sra. Presidente, muito obrigado.

A Bancada do Partido Socialista nesta matéria também irá votar favoravelmente, até porque entendemos que este investimento é importante para o concelho, até porque nós, no Concelho de Pombal, temos uma grande área florestal, e portanto, este é um investimento que é importante, e também, de alguma forma, vai na linha daquilo que o Governo do Partido Socialista tem definido para a Proteção Civil, no sentido da descentralização. E portanto, estamos aqui, de facto, em sintonia.

Porém, existem aqui alguns pontos que nos preocupam. Já aqui foi dito, de facto, que aquele espaço, aquela infraestrutura nasceu primeiro como uma pista de aerodelismo, teve aqui



MUNICÍPIO DE POMBAL

alguns percalços. Portanto, também não nos vamos meter na questão técnica do licenciamento – isso será para os técnicos – mas, temos aqui uma dúvida: é que o concurso relativamente ao qual o Município se candidatou contempla quatro milhões de euros (4.000.000€) para a zona centro do país. O investimento que está previsto para lá é de dois milhões (2.000.000€). Portanto, temos aqui alguma dificuldade em perceber como é que depois vai ser acomodado aqui este valor.

Também existem ali algumas condicionantes em termos de REN, e que resultam do documento que nos foi remetido. E portanto, entendemos que era importante que o Município, de facto, fizesse aqui uma articulação com as entidades competentes que têm que emitir os pareceres. Isto para quê? Para evitar que depois tivéssemos aqui algumas situações desagradáveis, nomeadamente os pareceres negativos. E portanto, era importante que fizesse esta articulação, para que tudo saísse certinho, porque por acaso já estamos fartos daquela infraestrutura que está ali.

E finalmente, se o Sr. Presidente nos poderia dizer qual era o valor da comparticipação comunitária para esta infraestrutura.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor de usar da palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Srs. Deputados, muito obrigado.

Foi por essa razão que eu, há pouco, perguntei como é que os senhores se podem abster, e depois votar a favor, porque se não houver dinheiro para os anos seguintes, para fazer esta obra, a obra não pode avançar. Coerência, também sob o ponto de vista dos formalismos.

Mas, seja como for, vale a pena aqui separar algumas coisas, desde logo o reconhecimento do interesse público que conhecemos não diz respeito à área que hoje estamos a propor. O Município, depois desse momento, adquiriu outros terrenos, a proposta que aqui está identificada não coincide, porque os terrenos não eram sequer do Município à data desse reconhecimento de interesse público, e portanto, estamos a falar de um espaço, que é o espaço compreendido entre o antigo limite nascente do Centro de Meios Aéreos, do lado da linha, até à linha do caminho de ferro; e aquilo que tinha sido emitido tinha a ver com a zona inundável – e por isso o estudo hidrológico e hidráulico era da zona inundável – e esta zona já não é zona inundável, é zona de máxima infiltração em termos de REN. E portanto, o que aqui estamos a discutir é o reconhecimento do interesse público em sede do regime jurídico da REN, para ocupar o espaço com esta finalidade. E nesses preceitos, está a deliberação municipal, e a consequente aprovação da Assembleia Municipal, no reconhecimento do interesse público municipal deste investimento em concreto. E o investimento em concreto já não é a pista; o que estamos aqui a discutir é o reconhecimento do interesse público do edifício que albergará o Centro Municipal de Proteção Civil, onde estarão o Centro de Meios Aéreos, o Gabinete Técnico Florestal, o Gabinete de Crise e Emergência, o Gabinete de Planeamento e Proteção Civil, a base de apoio logístico e o Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro. E portanto, é fisicamente outra coisa.

A pista tem alvará do INAC; sob o ponto de vista operacional, a pista tem um alvará, posso dar-lhe uma cópia, está lá desde 2014 reconhecida como pista de ultraleves. E portanto, ela faz parte do conjunto de infraestruturas que estão licenciadas para este efeito. A discordância opinativa, e que nós agora vamos apurar até que ponto é que as responsabilidades estão, de facto, e foram equivocadas, é se, de facto, o redimensionamento de algumas manilhas e passagens hidráulicas está feito, e foi feito em tempo, se era preciso o reconhecimento do interesse público para fazer essas obras – porque por maioria de razão, se todas as obras foram feitas sem autorização, e por isso tiver que se fazer um reconhecimento de interesse público para legalizar o processo, sob o



MUNICÍPIO DE POMBAL

ponto de vista físico, temos que perceber se, de facto, à data em que se verificou essa necessidade – e a data que eu já apurei é 2012 – se, de facto, foram tomadas as respetivas iniciativas para fazer esses trabalhos. E são trabalhos simples; são trabalhos simples. Portanto, eu acho que se procurou dar aqui uma dimensão política – que me perdoem. E portanto, como eu não acho que o assunto tenha, sob o ponto de vista político, coisa nenhuma a discutir, por uma razão simples: eu, quando iniciei as minhas funções como Presidente de Câmara, pedi ao Gabinete de Projetos que me fizesse uma relação sobre todos os projetos que estavam em curso. Este projeto não apareceu. O Departamento de Planeamento Urbanístico recebeu um despacho – e nós vamos perceber qual foi o destino que deu a esse despacho, e por que é que não deu, se for caso disso – e portanto, é uma coisa completamente distinta o incumprimento de um despacho, ou o despacho ser respondido para o Presidente da Câmara, ou para o pelouro com responsabilidades, e pô-lo na gaveta. Quem pode dizer isso, lá terá os seus fundamentos para concluir que terá sido posto na gaveta. Nós vamos apurar, com declarações dos responsáveis, de facto, qual foi essa tramitação. Hoje, o processo é muito simplificado, porque ele tem todos os registos informáticos, e vamos perceber em que dia, a que horas, quem leu, quem não viu, quem é que informou, quem é que ficou com a missão, quem é que fez, quem é que não fez, para tentarmos resolver o problema. Esta matéria que aqui estamos a discutir não vai legalizar essa, porque esta tem a ver com um espaço completamente diferente. A outra lá terá espaço, se houver algumas obras a fazer, a terem que ser feitas, se a Ribeira dos Carvalhais tiver que ser limpa, que seja limpa – aliás, não é preciso haver reconhecimento de interesse público para ela ser limpa, ela deve ser limpa – hoje até já faz parte do território que é municipal, foi comprada, entretanto. E portanto, o processo tem esta dimensão.

Portanto, à pergunta do Sr. Deputado Pedro Pinto, sobre se é para legalizar para os fins iniciais, não, não é. O que nós aqui estamos a fazer é a ordem adequada com que as coisas devem ser feitas. Se há um interesse em edificar ali, porque é um complemento a uma infraestrutura que já existe, e é ali que o Município entende que deve fazer, deve suscitar, sob o ponto de vista jurídico, nos termos da Lei em vigor – neste caso, o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional – as autorizações para iniciar o processo. Vamos imaginar que se diz que aqui não é possível; deixa de ser solução para nós, temos de pensar noutra localização. Não é o carro à frente dos bois, que é: vamos fazer, e depois vamos legalizar. O processo aqui está a ser feito com o ritmo normal que as coisas têm. Percebe-se que no passado ele tenha tido outro desfecho, pelas oportunidades, pela necessidade, por uma série de fundamentos. Se o processo está incompleto, vamos perceber como é que está incompleto, se ele está incompleto de morte, ou não está, mas não vamos dar às coisas uma dimensão que elas não têm. Eu nunca recebi do INAC nenhuma informação, nem da CCDR, nem de coisa nenhuma. Portanto, vamos dar a dimensão que as coisas, de facto, têm. Parece que às vezes existe alguma tendência para dar a estes assuntos uma dimensão tão grande, que às vezes pergunto: mas, se isto, de facto, era tão, tão importante, e em 2012 se sabia que era possível ligar umas manilhas, por que é que não foram logo feitas? Vamos ver se os técnicos pensam e concluem aquilo que eu já li relativamente a este assunto.

E portanto, dito isto, não há assim mais perguntas. Sra. Presidente, muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 2.6. Sr. Deputado Pedro Pinto, não ficou esclarecido? Rápido, por favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu percebo a resposta do Sr. Presidente, mas eu, ainda assim, vou insistir na minha pergunta, e vou dar-lhe alguma dimensão política. Para o Sr. Presidente, é ou não é eventualmente estratégico pôr aquela infraestrutura a funcionar de acordo com aquilo que tinha sido previsto inicialmente, e poder potenciar a economia do concelho, naquele ponto de vista que ainda agora lhe relatei, do uso que já foi dado anteriormente àquele equipamento.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer esclarecer?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Deputado, eu não tenho dados objetivos que me permitam hoje concluir que o objetivo original de fazer uma pista de ultraleves e um Centro de Meios Aéreos não esteja conseguido. Repare, aquilo nunca foi uma pista, aquilo nunca foi pensado para ser um aeródromo. O estudo que foi encomendado nunca falou em aeródromo; falou numa pista de ultraleves. E portanto, o que lá está, pela entidade que tutela a aviação civil, é uma pista de ultraleves. As instalações de apoio à Proteção Civil estão lá a funcionar, os reservatórios que tinham que ser concebidos e instalados com salvaguardas ambientais estão lá, as forças operacionais que acompanham os GIPS – aliás, quando este projeto iniciou, não havia GIPS; quando este projeto se inicia, não havia Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro, é uma solução mais tardia do que esta – e portanto, ele até tem vindo a ser reforçado. Ele até tem vindo a ser reforçado, porque o Centro de Meios Aéreos, quando existia, não tinha o GIPS, tinha uma guarnição de bombeiros que acompanhava o meio aéreo, e o meio aéreo, como bem sabem, era um meio aéreo que tinha a tripulação, mas não tinha equipas que faziam primeira intervenção, deslocadas por meio aéreo; isso já é uma matéria que resulta do GIPS. O que existia na altura, parecido com isto, eram os grupos dos canarinhos, e havia em Portugal dois ou três, e nenhuma delas era em Pombal. Portanto, a ideia original era esta. Hoje, ela tem vindo a ser reforçada, o Município fez aquisição de mais terrenos, está agora a dar-lhe uma dimensão diferente. Portanto, eu não tenho dado nenhum que permita dizer que originalmente aquilo que estava previsto não se conseguiu.

Agora, repare: deve ser o Município a promover uma escola? Não, o Município, quando muito, pode responder positivamente aos interesses que associações capacitadas para o exercício desse ensino e de formação apresentem, e ponto final. E para isso, está sempre disponível, como sempre esteve. Portanto, há condições para operar, e é por essa razão que há utilização da pista, quer sob o ponto de vista civil, quer sob o ponto de vista privado, ou da aviação, civil, quer sob o ponto de vista dos meios de combate e proteção civil. E portanto, eu não tenho razão nenhuma que me permita hoje dizer que está inoperacional. Eu não tenho, não sei se alguém tem alguma coisa que nos queira dizer. Eu não tenho. E portanto, os princípios que estavam consagrados foram atingidos, estamos a ampliá-los.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente.

Vamos, então, à votação do Ponto n.º 2.6. Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.6 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que o mesmo seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

**MUNICÍPIO DE POMBAL*****Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios*****Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“Sr. Presidente, quer falar sobre este ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Presidente, talvez na discussão, se houver alguma dúvida, até porque não é a primeira vez que a Assembleia aprova uma área de regeneração urbana, e portanto, já está relativamente familiarizada. Sublinho apenas a circunstância de ser um projeto integrado num projeto mais amplo das Terras de Sicó, que vai ter aqui um circuito muito parecido com aquele que conhecemos, das Aldeias Históricas, como rede de aldeias que têm uma linguagem comunicacional, uma harmonia urbanística e um conjunto de pareências num determinado território, que aqui à volta da Serra de Sicó – e julgo até que de uma forma muito genuína representando essas características muito próprias das aldeias nos vários concelhos das Terras de Sicó, que cada um dos concelhos tem. Aqui, no caso concreto, estamos a falar de Poios, que não exclui – neste caso, estamos a falar da ARU de Poios – evidentemente, que num futuro próximo tenhamos que ter o mesmo cuidado e a mesma atenção para aldeias, como as Ereiras, ou Pousadas Vedras, ou Aldeia do Vale – para falar destas, mas também temos a Alcaria, temos Chão do Ulmeiro, temos uma série de outras. Mas, é um processo que vai ser iniciado com base nesta proposta.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Inscrições, quem se inscreve para usar da palavra neste ponto? Sr. Deputado Pedro Pinto, e o Presidente da Redinha, Paulo Duarte.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado.

Ainda bem que o Presidente da Redinha se inscreveu, porque era precisamente uma das perguntas que eu tinha para fazer, se neste processo foram ouvidas as forças vivas da região, e portanto, se foi tida em consideração a opinião deles em relação a essa matéria.

E também, de uma forma menos positiva, referir que, efetivamente, o cartão de visita da região de Poios ainda continua a ser o CIMU-Sicó. Sabemos que o outro projeto terminou, agora vai abrir um novo concurso, mas, enfim, urge resolver também aquela situação, de uma forma definitiva e bem resolvida. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Redinha, Paulo Duarte, faça favor.”

Paulo Duarte (Presidente J.F. Redinha, PS):

“Sra. Presidente, muito boa tarde. Cumprimento a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e todos os colegas aqui presentes.

Eu não poderia deixar de dar os parabéns ao Município por mais esta iniciativa que visa a Freguesia da Redinha. Mais esta, no sentido de dotar e de fazer com que a Freguesia da Redinha seja finalmente um destino turístico, porque este projeto, embora desenvolvido pela Terras de Sicó – como o Sr. Presidente disse, e bem – é um projeto que visa o turismo. Já hoje falámos aqui de turismo, no caso religioso, e depois do esforço que o Município fez, e está a fazer, para tentar dar um destino digno à Quinta de Santana, pelo qual eu já parabenizei o Executivo também, e agora mais este passo, só tenho de agradecer, e em nome da Redinha, mais este passo, para finalmente tornar a Redinha – porque isto é um pouco repetitivo, e eu ouço isto há vários anos,



MUNICÍPIO DE POMBAL

que a Redinha, no Concelho de Pombal, é um destino turístico de eleição, é uma terra bonita, é tudo e mais alguma coisa; e depois ouço pessoas na Redinha a falar; e isto custa-me – isto custa-me – que inclusive a disposição desta Câmara está de costas voltadas para a Redinha. Eu ouço isto lá. E eu ando a tentar; e estas atitudes, e estas tomadas de posição do atual Executivo vêm contradizer essas coisinhas que se ouvem.

Portanto, o meu agradecimento. E diria, em 1969 houve um senhor que disse que é um pequeno passo para o homem, e um grande passo para a humanidade; este é mais um pequeno passo para o homem, e um grande passo para a comunidade da Redinha. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Presidente Diogo Mateus, quer usar da palavra neste ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sim. Só muito rapidamente, primeiro para informar também o Sr. Deputado Pedro Pinto que o novo concurso está aberto, já tivemos erros e omissões, estamos na fase de apresentação de propostas. Portanto, muito brevemente teremos a apreciação das mesmas e a deliberação da Câmara para o poder adjudicar, para depois ir a visto de Tribunal de Contas, e depois iniciarmos os trabalhos com a maior brevidade.

De facto, e agradecendo aqui a intervenção do Sr. Presidente da Junta, há um conjunto de grandes objetivos que estão gizados para a Redinha que congregam essa grande ideia, mas que precisa de ser materializada em atos, em concreto. E eu julgo que a continuação da regeneração urbana que já se tinha iniciado na zona alta da Redinha, para o Largo Lúcio da Silva, para a Rua Lúcio da Silva, a caminho da estrada antiga e do IC2, que tem continuado, o projeto apresentado e o protocolo celebrado com a Câmara de Soure para eliminarmos a ETAR da Redinha, e termos ali um destino diferente das nossas água pluviais, o projeto que nós desenvolvemos, com o nosso apoio, e que agora, não tendo sido apoiado, vai ter que ter uma solução do GPS para ter um Centro de BTT nas Ereiras, que nós temos que, entretanto, desenvolver isto, o esforço, que julgo que será muito bem conseguido, com a entrega da Quinta de Santana para exploração de privados, para que avance, a resolução, quer sob o ponto de vista dos conteúdos – e já está adjudicada, por exemplo, a grande maquete, que vai fazer ali uma apresentação do Concelho de Pombal e da Serra de Sicó como grande âncora de promoção turística e de apresentação do nosso território dentro do CIMU-Sicó, é também uma decisão que já está a ser desenvolvida, e esta, das Aldeias de Calcário e da integração da Aldeia de Poios, acaba por ser mais um passo.

E portanto, é do somatório deste conjunto de ideias, que são partilhadas e que são desenvolvidas em conjunto – aliás, eu quero dizer que quando em 2007 a Câmara iniciou o projeto do CIMU-Sicó, esse foi o primeiro projeto que na Câmara de Pombal se fez onde, se a memória não me falha, nove entidades se sentaram à mesa precisamente para dar os seus contributos para fazer o projeto. E portanto, a Junta de Freguesia, as Terras de Sicó, os escuteiros, a Associação Portuguesa de Montanhismo e Escalada, a Associação Portuguesa de Espeleologia, o GPS, a Câmara Municipal, a Agência de Turismo Sustentável e o ICNF, porque estava lá – portanto, já vamos em nove – sentaram-se aqui várias vezes nesta sala, fizeram as suas reuniões, conceberam o projeto, além do projetista, e ele foi sendo desenvolvido. E portanto, o que faz sentido é que seja desta forma partilhada, até porque também já temos operadores privados na Redinha, seja sob o ponto de vista da hotelaria e do alojamento em concreto, seja sob o ponto de vista da promoção de caminhos e de circuitos alternativos, muito ligado também aos projetos, por exemplo, que Abiul está a desenvolver, e que também beneficiam evidentemente a Pelariga e Vila Cã, todo o maciço, e eventualmente a parte mais nascente da Freguesia de Pombal, mas que o território de Sicó, de facto, seja aqui um fator de desenvolvimento. Vamos aproveitando este esforço. Por exemplo, finalmente temos aprovada a operação para fazer a recuperação dos Moinhos das



MUNICÍPIO DE POMBAL

Corujeiras. Há quantas décadas ouvimos falar dos Moinhos das Corujeiras? E aqui fizeram-se três coisas: adquiriram-se os moinhos, lançou-se o projeto, arranjou-se o financiamento, e vamos começar as obras – estamos a executar, digamos assim. E isto depois fica integrado em projetos mais amplos, por exemplo, como sejam a Rota dos Moinhos, que dentro da Freguesia de Abiul pode ter aqui outras funções. Portanto, começa a haver fatores – ainda ontem estive até às nove da noite (21h00) reunido com a Junta e com consultores, precisamente a apreciar a proposta de utilização e das várias funcionalidades e dos processos de animação turística, relativamente à Casa do Celeiro dos Duques, que foi adquirida com participação municipal no centro de Abiul, precisamente para potenciar este tipo de oferta. Portanto, estamos a trabalhar numa série de áreas para que todas estas áreas e estes territórios não só tenham estes pontos de apoio, mas simultaneamente tenham produto turístico que seja importante para vender; para captar as pessoas, para justificar a sua vinda, e ao longo de um dia, ou dois, poderem ali usufruir, seja a pé, seja de bicicleta, seja na escalada, seja montanhismo, seja a cavalo, seja de mota, seja apenas alojamento, seja na fruição da paisagem. Esse é o propósito no turismo de natureza, em que fizemos esta aposta, e que aqui estamos a dar vários passos para o consubstanciar.

Muito obrigado também, Sr. Presidente, pelas suas palavras.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos passar à votação do Ponto n.º 2.7. Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.7 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8. Apreciação da informação do Auditor Externo, ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (1.º semestre de 2019).

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se quer inscrever neste ponto? Sr. Presidente, quer usar da palavra neste ponto? Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Presidente, muito obrigado.

Ficarei à disposição dos Srs. Deputados para qualquer esclarecimento.”

A Assembleia apreciou o documento que lhe foi presente;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.9. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 2.º Trimestre de 2019 – Para conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Sr. Presidente, quer usar da palavra aqui, ou damos a palavra aos Srs. Deputados? Quem se inscreve neste ponto? Sr. Deputado Pedro Pinto, se faz favor, e Sr. Deputado Manuel Barros, a seguir.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em relação a este ponto, embora seja só de conhecimento, queria só recordar que o CDS já usou aqui da palavra por diversas vezes para chamar à atenção de que, de facto, aquilo que se fazia sentir em relação à PMU estava a entrar por caminhos que nós consideramos serem perigosos. E de facto, parece que nós tínhamos razão, e fizemos esses alertas atempadamente, em tempo útil. Não vou aqui sugerir aquilo que se deve fazer à PMU, penso que o Sr. Presidente e a sua equipa seguramente que terão pensado em alguma solução; mas, de facto, o core business da empresa foi-se alterando ao longo dos anos – a PMU não é uma empresa recente – e efetivamente as infraestruturas que o Município foi criando foram retirando também algum negócio daquilo que era o core business da PMU. E isso, naturalmente, não havendo o devido reajustamento, quer em termos de peso naquilo que diz respeito à despesa, para compensar os seus proveitos, naturalmente que depois dá no resultado que hoje nos é apresentado.

Só como última nota, e porque, de facto, a nossa matriz assim nos obriga, não é um conselho, mas é apenas uma reflexão: determinado tipo de assuntos – eu percebo que as últimas reuniões do Município são públicas, e são públicas à face da Lei. Contudo, acho que nem tudo tem que ser transposto para a última reunião, e para aquela que é, de facto, pública, porque neste caso em particular, o assunto era demasiado sério para ser tratado como foi, na praça pública. E parece-me que seria – e tenho o Executivo por isso – mais sensato ter resolvido a questão internamente, sem ter dado aquele triste espetáculo a que nós assistimos.

Era só isso. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Membros do Executivo, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento V. Exas.

Uma questão prévia em relação à questão destes trabalhos: Sra. Presidente, estamos a assistir aqui a uma grande influência de campanha eleitoral, e cabe a V. Exa. moderar essas questões. Portanto, nós temos a ordem de trabalhos, as pessoas devem-se pronunciar sobre o objeto da ordem dos trabalhos, admito que as pessoas gostem de extravasar, mas a Sra. Presidente tem esse papel. Peço desculpa, não estou a censurar, quem sou eu, mas pedia um pouco isso, para nos cingirmos ao que interessa.

Em relação a esta questão da PMU, eu também assisti à emissão online da sessão da Câmara em que o Presidente do Conselho de Administração foi ouvido, fiquei surpreendido, realmente. Agora, eu não tenho nada contra que as pessoas sejam instadas a responder, e publicamente, não tenho nada contra isso, até acho que é muito transparente, acho muito bem. Aliás, devo dizer que um dia assisti a uma sessão no Parlamento Britânico, há um órgão que analisa as auditorias do National Audit Office. Portanto, é perante o Parlamento que os gestores públicos vão responder. E um dia vi uma audição gravada, em que o auditor do Reino Unido perguntava ao gestor por que é que ele ainda não se tinha demitido, depois daquela auditoria. Portanto, eu acho que essas questões, devemos é investir mais nelas, para que as pessoas tenham a noção de que quando exercem cargos públicos, têm que responder perante todos.

Agora, isto sugere-me apenas uma questão a colocar ao Sr. Presidente, que é o seguinte: eu li também o relatório de gestão do revisor oficial de contas, e ele conclui aqui com uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

recomendação ao acionista para tomar medidas que consigam o equilíbrio do ciclo operacional de exploração da empresa, e em consequência, a obtenção de resultados líquidos positivos. Duas questões que queria colocar: primeiro, perante aquela audição que foi feita, se mantém, ou não, a confiança no Conselho de Administração. Segundo, se já pode dizer a esta Assembleias que medidas projeta para dar execução a esta recomendação do revisor oficial de contas.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu começava, apesar de ao Presidente da Câmara não competir fazer perguntas, eu estava a fazer um exercício de memória para tentar perceber, naquilo que foi a intervenção do deputado Pedro Pinto, quais é que teriam sido as matérias em que o Município se foi substituindo à PMU para lhe retirar o core business, porque eu não encontro nenhuma matéria; bem antes pelo contrário, já foi com esta administração, comigo na presidência, que se ampliaram os negócios para outras áreas da parte da PMU. Quero dizer que a PMU começou a fazer limpezas florestais por indicação do acionista Município, precisamente porque se percebeu que sob o ponto de vista empresarial, tínhamos uma enorme carência, e não foi preciso arder Pedrógão Grande para nós fazermos isto; tínhamo-lo feito antes, porque percebemos da importância que seria também dotar todas as freguesias de mais um player, mais uma empresa que pudesse ser utilizada, também por eles, mas também pelo Município, para o podermos fazer. E aqui temos uma ampliação do negócio, porque a PMU já tinha alguns trabalhos feitos, numa perspetiva municipal, com as máquinas que tinha, mas não o tinha na prestação de serviços a terceiros. Portanto, eu não consigo encontrar exatamente em que matéria é que estaria a pensar, ou em que matérias é que estariam a pensar sobre isto.

Eu discordo, e acompanho as palavras do Dr. Manuel Barros, e discordo absolutamente de que se mantém os fundamentos que justificam que os assuntos que são muito importantes não podem ser discutidos na praça pública, deixe-me dizer-lhe que os assuntos públicos importantes não devem deixar de ser discutidos na praça pública, porque é aí que nós percebemos, por exemplo, por que é que as coisas acontecem. E o país passa nesta fase um período de inúmeras interrogações, para tentar perceber o que é que aconteceu na banca, o que é que aconteceu nas parcerias público-privadas, o que é que aconteceu num conjunto de negócios, em que a culpa é solteira – alguém assinou contratos, alguém exerceu funções, alguém tomou decisões, há atas, há conforto, há financiamento, e tudo parece uma enorme incógnita, que os contribuintes portugueses nada conhecem. Eu discordo em absoluto disso. Aliás, aquilo que o Dr. Manuel Barros nos trouxe aqui, no exemplo inglês, não é nada diferente do que se faz nos Estados Unidos, desde o princípio, com inquirições do Senado a vários gestores, ou nas comissões parlamentares portuguesas. A diferença é que as comissões parlamentares normalmente o fazem depois do ato consumado, e já muito tardiamente, e se calhar a posição do acionista em algumas destas decisões, devia fazê-lo por antecipação. E eu reitero aquilo que disse, eu não acho que as justificações que sejam dadas por quem tem a missão, tem a confiança e tem a obrigação, sejam diferentes ditas ao Presidente da Câmara, ou sejam ditas à Câmara Municipal. Aliás, eu acho que o princípio da responsabilização às vezes fica confundido com o princípio da confiança. E portanto, não é verdade que a administração de uma empresa faça tudinho – e eu aqui estou a dizer “tudinho” para dizer tudo, tudinho – que seja do agrado do respetivo acionista, porque há um princípio de confiança, de liberdade de ação, que faz com que, por exemplo, possa haver propostas comerciais que tenham uma determinada agressividade para um outro cliente que faz parte desse negócio –



MUNICÍPIO DE POMBAL

aliás, calculo que seja isso que justifica acreditar mais naquele ou no outro, seja num banco, seja numa empresa, condições, prazos, condições de pagamento, meios, prioridades distintas, isso é o negócio, e isso tem que ter uma administração que o faz. O acionista não tem essa missão executiva, não deve ter essa missão executiva.

E portanto, os propósitos da PMU mantêm-se todos válidos, a necessidade da empresa nas matérias onde opera mantêm-se válida. O que nós aqui temos que discutir, já cruzando com a pergunta que o Dr. Manuel Barros nos faz, é: será que a situação resulta apenas por um défice no tarifário ou na tabela de preços? Será que a atuação da empresa não tem, em nenhuma circunstância, o critério da sua gestão como fator tão influente no sucesso da sua missão como os preços? O que é que me interessa ter preços muito bons, na ótica da empresa, que podem ser altos, se eu for altamente ineficiente? Pouco. O que é que me interessa se eu tiver equipamentos que não produzem? O que é que me interessa se eu tiver uma orientação que me penaliza?

E portanto, a empresa é um negócio. A empresa é um negócio. E portanto, aquilo que se espera a quem nós entregamos a responsabilidade é que gira o negócio, resolva os problemas, e as matérias que efetivamente precisam do acionista sejam tratadas dessa maneira. E não pode estranhar ninguém – não pode estranhar ninguém – que se faça essa avaliação. Aliás, não é preciso irmos muito longe; querem recordar-se das vezes que esta Assembleia Municipal inquiriu a administração da Pombal Prof, antes do Sr. Presidente de Câmara? Chegou a haver aqui pedidos para apresentação das contas, que foram pedidos pelo Eng.º Rodrigues Marques, porque achava que não tinha que haver prestação dessas contas. Alguém achava isto bem?

Portanto, o que é importante é que cada um de nós, seja na missão executiva, seja na missão de fiscalização, conheça. A mim, não me estranha nada, porque da mesma maneira que os senhores fazem aqui as perguntas que têm que fazer à minha administração, à minha responsabilidade, aos membros da Câmara que têm poderes, eu tenho o dever de vos informar, e os senhores têm a obrigação, se eu vos der uma resposta – desculpem-me o termo – estapafúrdia, pouco fundamentada, que os senhores digam: “Sr. Presidente, não me parece que o senhor tenha pensado bem na matéria, que esteja a ir por caminhos que conheça, e que esteja no bom caminho.” É preciso que isto aconteça, e ninguém pode levar a mal que isto aconteça. E nós podemos perguntar o que é que aconteceu até eu achar que era importante esta prestação pública de contas. Eu posso contar à Assembleia, se quiserem; não foi uma vez, nem duas, nem três. E se os senhores quiserem ler as atas da Assembleia Geral, em que eu represento o Município em que nós todos aqui estamos a exercer funções, estão lá as minhas opiniões. O que não pode acontecer é termos uma redação que enjeita responsabilidades na administração. E eu aqui não quero saber se é do meu Partido, se é de outra coisa qualquer; a prestação dessas contas é devida a esta casa, que ninguém tenha dúvidas. É devida a esta casa.

E portanto, respondendo objetivamente às perguntas do Dr. Manuel Barros, confiança: mantenho a confiança, esperando que a administração me apresente o seu plano, porque aquilo que a própria administração escreve na sua nota final é, de facto, que há aqui um problema de desadequação e um problema de sustentabilidade, e eu creio que nenhum dos senhores está à espera que seja o acionista que se tenha que substituir ao órgão executivo para o fazer. Quanto muito, posso validá-lo, mas quem o vai fazer é quem lá está, a não ser que diga que não consegue, não quer ou não pode, aí o caso muda de figura. E é assim que as coisas devem ser feitas. Eu bem sei qual foi a posição do acionista Município quando teve que fazer isso para a Pombal Prof – sim, porque esse foi um exercício feito pelo acionista. E se calhar, o que nós temos que perguntar é se, efetivamente, o acionista e quem controla o acionista, que é a Assembleia Municipal, exerceram sempre bem as suas funções de controlo. E portanto, quem exerce as funções públicas não pode, em nenhuma circunstância, ter medo de prestar contas. Os Srs.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidentes de Junta sabem todos muito bem que quando vão à Assembleia de Freguesia ouvirão perguntas; o Presidente de Câmara e os vereadores sabem muito bem que é assim. Mas, por que carga de água é que se há de entender que uma empresa que tem capital cem por cento (100%) público se sinta de alguma maneira dispensada, sempre que o acionista queira, de o fazer publicamente? O que eu tenho de estranhar é não conhecer e não ouvir os fundamentos que justifiquem as opções, e capacidade crítica para analisar as situações e propor as respetivas correções. Isso é legítimo da minha parte, enquanto representante desta casa no capital social daquela empresa, exigir a quem lá está. É a minha obrigação exigir-lo, não creio que nenhum dos senhores diga: “O Presidente da Câmara não tem que se pronunciar.” É minha obrigação exigir-lo, porque é minha obrigação responder-vos. O que eu não posso admitir é que haja inscrições em documentos públicos que comprometem essa separação de funções, e que venham depois de a Câmara Municipal, na Assembleia Geral de finais de julho deste ano, ter aprovado um novo plano e uma nova tabela de preços, ouvir aquilo que aqui está. E por isso, a primeira coisa que fiz foi pegar no telefone e perguntar aos Srs. Administradores: “O que é que os senhores querem dizer com isto? Qual é o alcance das palavras, que não seja aquele que eu estou a tirar, e que não é positivo?” E eles tiveram o direito a ser ouvidos. Eu disse: “Então, os senhores vão-se preparar, e amanhã vêm à reunião de Câmara, explicar à Câmara Municipal.” E vai ser sempre assim, daqui para a frente; vai ser sempre assim, daqui para a frente, porque o Presidente da Câmara não tem que ser aqui o papagaio de serviço, que tem que estar a reproduzir na sua opinião aquilo que são as responsabilidades das administrações. Tenham paciência, tenham paciência. O nível de responsabilidade, a capacidade das pessoas e a atenção a que obrigam na gestão daquela casa, nós merecemos mais, e eu não abduco disso. O fundamento da criação da empresa está perdido? Não está. A necessidade e a essência da empresa estão comprometidas? Não estão. O que é que está a correr mal? Não é nada disto, por isso é que eu disse ao Sr. Deputado que não encontro nenhuma subtração material ou de concorrência municipal que vá competir, bem antes pelo contrário – se calhar, o Município, o que tem feito em demasia é condescendido com essa tolerância, não fazendo os investimentos que se calhar precisava, para dar essa oportunidade. E sabe qual é o ponto em que eu me encontro hoje? Se calhar temos feito mal; se calhar temos feito mal, porque os critérios com que se avalia a prestação dos serviços municipais não são os critérios com que se avalia a prestação da empresa municipal, não são. Os senhores não estão aqui muito preocupados nesta altura se a máquina de arrastos que eu mandei avançar para o Valarinho rende muito ou rende pouco; vai lá estar o tempo que for necessário, a ajudar no rescaldo, porque o serviço público que presta supera tudo isso, e se o Sr. Mário, que está a guiá-la, vai ou não vai ter horas extraordinárias – vai receber as horas que tiver que receber, pelo tempo que lá tiver que estar – ou o engenheiro, ou os serviços de Proteção Civil, a missão é outra. Aqui não, aqui é uma prestação contratual, que tem preços, que tem horas, tem meios, tem eficiência, tem eficácia, tem resultados. Esta é a versão que a Lei das Empresas Municipais estabelece, e não vou dispensá-la. Os administradores têm o direito, e eu acrescento, a obrigação de virem a esta casa responder à Câmara Municipal, porque é a Câmara a quem compete representar – neste caso ao Presidente da Câmara – o acionista. E em concreto, como a Câmara aprecia os documentos, por que carga de água é que a administração estaria vedada de vir aqui e de o fazer? Acho muito bem que o venha fazer, justificar, enaltecer – enaltecer, porque há coisas boas e coisas menos boas – e portanto, é o sistema que quero fazer.

E portanto, vou aguardar, Sr. Doutor, que a administração faça a sua missão, que se acha que há aqui umas luzes vermelhas a piscar, proponha metodologias, eu já propus algumas, e enquanto isso não acontecer, vou continuar a contar com a administração que lá está.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro está o Eng.º Rodrigues Marques, depois o Sr. Deputado Pedro Pinto (a última intervenção neste ponto), e finalmente o Sr. Deputado Manuel Barros.”

Manuel Rodrigues Marques (NMPH):

“Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente Diogo Mateus, V. Exa. foi muito infeliz em fazer a comparação entre a ETAP, que tem por suporte jurídico a Pombal Prof, com a PMU, porque a Pombal Prof, na altura, era uma sociedade limitada, e que tinha três acionistas, um que era a Câmara, e dois pequenos, que eram a Associação Industrial e a Associação Comercial. E era auditada – e V. Exa. sabe isso tão bem como eu – por montes de gente, porque fazia parte de um cravo que, na altura, estava na pirâmide educacional do país. E portanto, não havia razão rigorosamente nenhuma para se politizar uma escola profissional como era a ETAP. E portanto, não tínhamos legitimidade para a politizar. E a partir do momento em que ela vem para aqui, é politizada. Não pode, não deve.

Entretanto, eu lamento que V. Exa. tenha feito este caminho, porque eu dei muito àquela casa, nunca recebi um cêntimo, nem das deslocações que fiz, nem senhas de presença, nem em coisíssima nenhuma – eu, o Manuel, o Delfim, o Narciso, todos nós éramos voluntários tout court, pagávamos para ser voluntários. E portanto, peço, Sr. Presidente, reflita sobre o assunto, e penso que o caminho não foi bem feito.

Por fim, a minha solidariedade ao Eng.º Manuel Carreira, porque é um bom técnico. Não sei o que é que se passou, mas reconheço-lhe valor, não só como técnico, como também foi nosso Presidente de Junta. E portanto, acho que ele está a ser muito maltratado. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Louvo o esforço que o Sr. Presidente fez em deturpar as minhas palavras, mas, de facto, não foi aquilo que eu quis dizer. Eu não disse que era contra os administradores das empresas municipais virem prestar contas. Acho que o devem fazer, e se for opção do Município fazê-lo em público, por que não? Não condenei o conteúdo, condenei a forma.

Mas, para lhe responder também acerca da sua dívida em relação à diminuição do negócio, posso dizer-lhe – e porque tenho experiência pessoal nessa matéria – que a PMU prestava serviços, e presta serviços naquilo que é a limpeza das fossas sépticas aos particulares e às empresas que ainda não estavam servidos de saneamento básico. E portanto, pelo menos desde a abertura da ETAR de Almagreira, isso aconteceu. Se diminuiu em cinco por cento (5%), ou em cinquenta por cento (50%) o core business da empresa, não faço a mínima ideia.

Mas, já agora, tenho uma pergunta interessante para lhe fazer, que é a seguinte: gostaria que o Sr. Presidente – e julgo que aqui não se vai esquivar naquilo que poderá ser a sua falta de documentação nessa matéria – gostaria de saber se o Sr. Presidente me sabe dizer quantos concursos públicos a PMU ganhou, daqueles que foram lançados pelo Município. Talvez fosse interessante perceber que a sustentabilidade da PMU, ao contrário daquilo que, de alguma maneira, poderá querer fazer entender, tem aqui um negócio que estava, e está muito centralizado no Município, por via da adjudicação direta. Portanto, seria também interessante fazermos esse exercício, e percebermos, de facto, qual era o grau de competitividade da empresa em termos de concursos públicos.

E fico-me por aqui. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Manuel Barros, a sua última intervenção neste ponto.”

Manuel Barros (NMPH):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“O Sr. Presidente referiu aqui que tem dívidas que a situação se deva apenas à questão do tarifário. Bom, então, isso adensou também para mim mais a dúvida. E devo dizer, como eu não conheço as pessoas, estou à vontade, numa perspetiva perfeitamente objetiva, não estão para mim aqui pessoas em causa, mas missões. O que é que o Sr. Presidente visa fazer para tentar obter informação das causas? Alguma auditoria? Que instrumentos é que vai utilizar? Essa é uma questão importante, porque se há a notícia da situação de desequilíbrio, se há dúvidas após a audição, o que é que se vai seguir para se conhecer, enfim, a realidade devidamente, para uma ação mais adequada de solução.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, tem a palavra.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, muito obrigado.

Sr. Eng.º Rodrigues Marques, muito obrigado por nos recordar esses tempos, mas talvez valesse a pena sermos um bocadinho mais concretos, e o senhor trazer-nos aqui que nessa altura, pese embora o estatuto jurídico da sociedade ser uma sociedade por quotas, noventa e nove por cento (99%) do capital era municipal, de tal maneira que o Município se viu obrigado a vender vinte e cinco por cento (25%) à ADILPOM, porque nos termos do Tribunal de Contas e das empresas, tinha uma posição de subordinação que lhe daria, sob o ponto de vista objetivo, a necessidade de o fazer. E portanto, eu percebo que seja mais fácil nós escondermo-nos atrás de uma vedação jurídica para fazer aquilo que nós achamos que está certo – que está certo – e o que está certo é que numa posição com noventa e nove por cento (99%), existe manifestamente o conhecimento e o acompanhamento por parte do órgão. Eu não acho mal nenhum nisso. Portanto, não vale a pena falar da questão jurídica; fale de termos pessoas a pensar nos assuntos.

E deixe-me dizer, eu também sou voluntário, sou tão voluntário como era o Eng.º Narciso Mota. O senhor representava uma Associação Industrial que tinha lá capital. Mas, isso é uma questão de circunstância.

Sr. Deputado Pedro Pinto, eu acho que reside na sua cabeça uma enorme confusão entre os concursos públicos e os ajustes diretos. O que a Lei consagra objetivamente quando existem posições dominantes da entidade municipal sobre outras entidades, é que pode utilizar um critério que está previsto e regulado no Código dos Contratos Públicos que se chama contratação in House. E na contratação in House, nada disso se aplica. E portanto, se o senhor me disser que o Município de Pombal deixou cair contratação in House, e desamparou financeiramente, na prestação dos serviços, a empresa municipal, teria razão. Mas, sabe qual é a observação que os Srs. Vereadores todos fazem relativamente a esse trabalho? É que a empresa devia ser gradualmente mais autónoma da faturação municipal. E neste ano, no último ano, até descolou um bocadinho, sobre aquilo que era em anos anteriores. E isto tem sido observação do acionista desde o princípio. E portanto, isso mantém-se absolutamente válido. Portanto, não faça contas a concursos públicos, porque é muito melhor do que isso; a empresa ganha diretamente – aliás, esse, se calhar, é que é o problema, porque a capacidade da empresa, perante o mercado livre, de ser competitiva, é que lhe dá, de facto, essa capacidade e essa ambição; quando ela é muito protegida, se calhar fica agarrada.

E escolheu precisamente um tema, que foi a limpeza das fossas sépticas. E eu vou dar-lhe o exemplo, da minha leitura, repare, de quem não dedica a cabeça sistematicamente aos problemas da empresa: a empresa tem um contrato com a Câmara, de que recebe quase dois mil e quinhentos euros (2.500€) por mês, julgo que são vinte e cinco mil euros (25.000€) por ano, dois mil e picos euros por mês, para fazer a limpeza de fossas sépticas. É a única matéria em que o



MUNICÍPIO DE POMBAL

preço é intervencionado por nós, de maneira a que o preço praticado aos cidadãos seja subsidiado pelo Município. O objetivo da empresa é fazer uma operação que vá até dez mil metros cúbicos por ano, que se dividir pelos duzentos e cinquenta dias de atividade, consegue chegar aos quarenta metros cúbicos por dia. Acha que se a empresa não for buscar negócio, com esse equipamento, a outro lado, consegue suportar o funcionamento deste serviço? Eu acho que não. E portanto, o que se tem que fazer aqui é ganhar uma coisa, que é a eficiência – se eu tenho um custo de operação diário, de um homem, operador, máquina e os respetivos custos, e se tenho vinte e cinco mil euros (25.000€) de receitas do Município, eu, para ser eficiente, tenho que aumentar as minhas vendas, e isso vai da capacidade gestonária. E portanto, merece da parte da pessoa essa agressividade.

Duas coisas que a mim me parecem importantes pensar: primeiro, é importante que o destino final destas águas seja as ETAR's. Mas, faz sentido que um carro que esteja, por exemplo, no Casalinho da Foz, tenha que ir a Almagreira despejar água residual, ou à estação do Louriçal, quando, se calhar, podia usar a rede de saneamento? Ou a pessoa que está a operar não é suficientemente merecedora de confiança para utilizar devidamente a rede de saneamento e fazer menos quilómetros? Porque se fizer mais quilómetros aumenta os custos, perde tempo e perde eficiência. Então, não é melhor os dez mil metros cúbicos serem uma base de trabalho, e não serem um objetivo de trabalho? Claro que sim. E portanto, se eu tenho os encargos, eu tenho é que faturar com os meus equipamentos, e essa é a agressividade que eu acho que é preciso, entre outras.

Mas, o exemplo que deu é um exemplo que não funciona bem, porque esse é um exemplo que foi mal aplicado, que é: este já cá canta – desculpe a expressão – e eu não faturou muito mais. E quando nós comparamos o preço, a mobilização dos equipamentos, o seu custo e a faturação, percebemos: cá está a Câmara a alimentar a situação, sem que exista aqui uma potenciação. Isto não tem nada de mal, é só pôr o mesmo equipamento a trabalhar mais, porque se esse fosse o meu negócio, eu não conseguia pagar as minhas contas. E portanto, é neste trabalho gestonário que reside o trabalho da formiguinha: não se vê, mas tem que ser feito. Porque a seguir, como se isto tudo não bastasse, na altura em que a máquina ficar avariada ou deixar de ter condições para trabalhar, alguém vai ter que pagar a reparação, e eu não quero fazer suprimentos para a empresa, nem quero ter que fazer aqui situações fictícias, não quero. E portanto, a empresa tem que cumprir bem a sua missão.

Dr. Manuel Barros, eu acho que nós não temos razão nenhuma para nesta fase concluirmos que a administração não vai ter tanta preocupação como a Câmara e a Assembleia relativamente àquilo que é a condução daquele negócio em concreto. Se eu fosse administrador, estaria já a trabalhar em tudo aquilo que me disse, até porque, repare: se este relatório, e se esta auditoria feita pelo revisor oficial de contas não for suficiente para tirar conclusões, sempre haverá ocasião de a administração voltar a falar com o revisor oficial de contas, ouvir outras opiniões que eventualmente aqui não estejam escritas, esquartejar cada área de negócio para perceber onde é que há as oportunidades, e propor um plano que na perspetiva da empresa possa resultar. Mas, deixe-me dizer-lhe com muita tranquilidade isto que já estava estabelecido: é que o mais estranho de tudo isto é que as tabelas de preços que tinham sido aprovadas em julho deste ano eram já contempladoras dessa capacidade de ressarcimento. E por isso, eu ainda mais estranho que esta comunicação tenha vindo nos termos em que veio. Percebe a incoerência? Isto é, se a Assembleia Geral – e por que é que não o fez mais cedo? Aliás, se os senhores forem rever a audição, está lá escrito: “O senhor explique lá, de forma direta, por que é que a Assembleia Geral de Acionistas não aprovou a tabela de preços.” E eu vou repetir, eu não aprovei a tabela de preços porque achei inadmissível que houvesse um recálculo da contabilidade, do apuramento do



MUNICÍPIO DE POMBAL

custo de imobilização de uma máquina, que castigasse o Município pela inoperacionalidade da máquina. Por quê? Porque se a máquina trabalhar mil horas, o seu custo de imobilização é mais caro. E se é mais caro, quando o Município tiver que a pagar, paga mais. E isto, meus amigos, é injusto para nós todos, e para os contribuintes que estão lá em casa. É injusto. E eu seria muito trouxe se fizesse isto, e seria muito bem reprimido pelos senhores, se os senhores me perguntassem: “Sr. Presidente, não reparou nisto?” Eu não espero isto; eu não espero isto de um conselho de administração que trabalha para o Município de Pombal, eu não espero isto, como acho que os senhores também não esperam isso de mim. Eu não espero, e portanto, tenho que estar atento. Confio, mas em lado nenhum tenho de ser despassarado. Estou atento, e fiz a pergunta, e foi essa a razão – que, aliás, está exarada na ata respetiva – que levou a que o processo fosse para trás, e a empresa foi recalcular, e apresentou uma proposta. E já na segunda Assembleia Geral, vou dizer exatamente aquilo que disse na primeira audição, uma coisa estranha: então os preços dos privados – porque a empresa tem desde sempre uma tabela para o Município e uma tabela para os privados – o incremento de alguns dos preços, quando eram comparados com a média do mercado – sim, porque, entretanto, eu fui fazer o meu trabalho de casa, disse que queria saber quanto é que esta e esta máquina custam no mercado normal, custa X, custa Y, custa Z, e nós, na maior parte dos casos, tínhamos valores abaixo disto. E portanto, ainda comportava um aumento, continuava a empresa a ser competitiva, contribuía para os encargos da sua manutenção, contribuía para os resultados da empresa, e aliviava a dependência da Câmara. Repare, uma coisa simples, um preço. E os preços da Câmara, em alguns casos, aumentavam mais do que os preços dos privados. E o acionista vai aceitar uma coisa dessas? Não aceito. Desculpem, enquanto estiver atento e tiver cabeça para pensar, e contas para prestar à Assembleia, não aceito. E vou achar que isto foi apenas uma distração, que foi apenas um momento que não foi bem explicado, e vou dar oportunidade, mas não encontrem soluções que não sejam limpas, bem pensadas e fundamentadas, e que nós estejamos todos em condições de dizer que isto é um trabalho bem feito, e é assim que as coisas funcionam. De outra maneira, as coisas não vão correr bem. E se não estiverem a correr bem, sou eu que proponho que elas sejam corrigidas. Não tenham dúvida nenhuma, a principal obrigação é minha. E portanto, há na administração uma atenção redobrada sobre aquilo que tem que existir, e isto não aconteceu à primeira circunstância; aconteceu depois de anos sucessivos – anos, não estou a falar em um, nem dois, nem três – anos sucessivos de observações que tenho vindo a fazer, no sentido de as coisas serem corrigidas. E portanto, elas terão que ir ao sítio. Terão que ir ao sítio. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada. Sra. Deputada Célia Cavalheiro.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Quero fazer apenas uma observação: durante anos, foram feitos reparos, e custa-me que tenha sido nomeado o Eng.º Carreira, em maio, para outro quadriénio. Por que é que o Presidente da Câmara não pensou, se já estava a ver que as coisas iam num mau caminho, por que é que não nomeou outro administrador executivo? Isso faz-me confusão, parece que ele foi bom durante dezasseis anos, desde 2001 a 2017, fez um quadriénio consigo, e depois, se havia já fumo, como se costuma dizer, como é que lhe é dada novamente a confiança.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Gomes Fernandes, se faz favor.”

José Gomes Fernandes (PPD/PSD):

“Eu sei que não devia intervir, mas também sei que já estamos a ter muitos exageros nesta questão. E então, eu introduzo mais uma: será que a PMU, os critérios de admissão de pessoal,



MUNICÍPIO DE POMBAL

não foram um pouco de emprego social? Será que toda a gente está bem capacitada? É culpa da gestão? Vamos discutir isso? Estamos aqui a discutir isso hoje? Ou estão aqui a querer enforçar o administrador? Será que todos os trabalhadores aparecem sóbrios ao trabalho, chegam à hora e saem à hora, e são produtivos? Ou também temos aí muitos trabalhadores – e se calhar a Câmara também tem emprego social, também já vi a Câmara a contratar pessoas por emprego social. Esta é a realidade. E portanto, vamos também saber se a PMU tem uma função social, e vamos deixar de estar aqui a fazer linchamentos de pessoas. Eu fico revoltado com as pessoas que vêm fazer isso, e também fico revoltado quando se vem defender aqui, ou grupos, ou famílias, ou Partidos, com critérios que devem ser de gestão pública pura, simplesmente isso, misturar tudo.

E portanto, deixo também aqui a minha posição de protesto e de revolta pelo que estou a assistir. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer usar da palavra? Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Quero, sim. Muito obrigado.

Começando pelas questões da Eng.^a Célia Cavalheiro: Sra. Deputada, na minha forma de relacionamento com as pessoas, há um tempo para podermos fazer observações, reparos, propostas, esperar reações, ouvir justificações, e a minha vida não se faz assim, “houve qualquer coisa que não correu bem, corra com ele”. Na minha vida, nós temos que dar tempo para que as coisas possam ser compostas. E portanto, admito que veja de maneira diferente, e que ache que porque uma pessoa tem uma qualquer circunstância que possa não correr tão bem, imediatamente deva ser afastada das funções. Eu não acho que seja assim, não concordo consigo. É evidente que cada um de nós depois terá aquilo que para si parece ser um limite admissível para que essa confiança possa existir.

Respondendo aqui ao Dr. José Gomes Fernandes, essa é que é a questão, Sr. Deputado: a empresa municipal começou por ser uma empresa de inserção social. E portanto, há uma coisa que hoje é verdade: se ela começou por ser, e hoje já não é, a prestação tem que melhorar, porque ela já não é empresa de inserção, já não tem financiamento do Instituto de Emprego e Formação Profissional para acolher as pessoas que tinham manifestamente esse défice, e que tínhamos ali uma solução que existia também para fomentar a empregabilidade – e deixe-me dizer, a PMU tem um trabalho inexecutável no nosso concelho sobre a preparação, adequação e formação de cidadãos que vinham em situações muitíssimo vulneráveis, e que transitaram através deste projeto para vidas muito melhores. E essa missão foi terminada a partir do momento em que o financiamento do Instituto de Emprego deixou de existir. E se os senhores forem aqui às contas que estão auditadas, não encontram lá um tostão do Instituto de Emprego para esta missão.

E portanto, há dois tempos. Vai-me dizer, e com razão: “Mas, poderá haver alguns cidadãos que continuam?” É evidente que sim. Mas, compete à administração avaliar as afetações negativas que esses profissionais possam ter para a estrutura global, para o poder fazer. Aliás, repare: o Município, na relação contratual que teve com a empresa, algum dia, sobre essas matérias, tirando observações pessoais, explorou isso? Nunca o fez, o que não significa que não visse, não significa que quem controla cada um dos contratos não constate. Isso faz parte do exercício de controlo, cada um daqueles contratos, cada uma daquelas áreas tem um responsável que avalia a prestação da empresa. Isso é o que tem que ser feito. Agora, eu não acho que se deva estar aqui a fulanizar; eu não acho que se deva fulanizar, porque os critérios que eu aqui estou a dizer são para qualquer pessoa. Olhe, o primeiro a estar debaixo deles sou eu. O primeiro a estar debaixo desses critérios sou eu. E eu não acho que dizê-lo é estar a fulanizar. Mas, alguém espera que



MUNICÍPIO DE POMBAL

quem tenha a confiança, seja dos cidadãos, seja da Câmara, seja da Assembleia, seja de qualquer coisa, que esteja dispensado de prestar contas? Mas que raio de democracia é esta? E porque presta contas, há um linchamento? Mas, alguém acha, quando os senhores me fazem perguntas, e podem ser um bocadinho mais intempestivos naquilo que dizem, e às vezes até desagradáveis, ou nas respostas que eu vos dou, que estamos a falar aqui de linchamentos? Não fui eu que trouxe para aqui a palavra “linchamento”. E portanto, nós temos é que pôr as coisas no estrito ponto em que elas têm que ser discutidas, porque estamos a discutir a qualidade do trabalho de pessoas, de grupos, de uma administração, não temos que fulanizar. Não temos que fulanizar; temos que olhar para os factos e tirar conclusões, e não podemos esconder-nos atrás disso. Fazê-lo é prejudicar uma avaliação rigorosa e isenta, e em nome do interesse público, daquilo que é a nossa missão. Não o devemos fazer. Desculpem lá, eu não tenho que ser nem mais, nem menos exigente, porque é o A, porque deu muito, porque deu pouco. Ou somos, ou não somos. É isso que eu acho que os senhores querem de mim, ou então digam-me que não é. Digam-me que não é. É isso que eu acho que nós esperamos de todas as pessoas que têm essas responsabilidades. E eu não me acho diferente, eu não acho que seja diferente para os outros. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente.

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.10. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Aquisição de Combustíveis a Granel para o ano 2020 – Pedido de Autorização de Despesa e Assunção de Compromissos Plurianuais para Exercícios Seguintes

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos, então, passar ao Ponto n.º 2.10, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Sr. Presidente quer falar neste ponto, ou aceitamos inscrições? Quem é que se inscreve neste ponto?”

Não havendo inscrições, passamos imediatamente à votação do Ponto n.º 2.10. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.10 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja também aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.11. Apresentação da proposta da Câmara sobre a nomeação de novo representante do Município na CPCJ de Pombal, ao abrigo dos artigos 17.º (Composição da Comissão Alargada) e 20.º (Composição da Comissão Restrita) da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – Para conhecimento

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, quer intervir neste ponto? Alguém se inscreve neste ponto? Então, passamos à frente.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.12. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os municípios – Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro (domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“E agora vamos entrar no Ponto n.º 2.12. Sugeria que do Ponto n.º 2.12 ao Ponto n.º 2.28, se não se opusessem, que fossem discutidos em conjunto. No entanto, a votação será individual. Alguém se opõe a esta forma? Então, vamos começar. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Talvez só uma questão de clarificação: até ao Ponto n.º 2.27 são transferências para o Município; o Ponto n.º 2.28 é do Município para as freguesias, que eu acho que devia ser discutido à parte. Portanto, se me permite a proposta, fazíamos até ao Ponto n.º 2.27, e o Ponto n.º 2.28 fazíamos à parte.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Aceite, Sr. Presidente. Então, vamos discutir apenas até ao Ponto n.º 2.27, e o Ponto n.º 2.28 é à parte.

Vamos, então, aceitar inscrições até ao Ponto n.º 2.27. Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor. Primeiro, o Sr. Deputado Pedro Pinto, depois a Sra. Deputada Elisabete Alves, e a Sra. Deputada Liliana Silva, e o Sr. Deputado Manuel António.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ainda bem que vamos discutir todos em conjunto, porque eu também só tinha previsto fazer uma intervenção sobre todos eles, e portanto, facilita-me a vida a mim também.

Quería dizer que, relativamente a estes pontos em conjunto, e como já foi público na última Assembleia, nós divergimos aqui nesta opinião de transferências de competências para os Municípios. E a nossa justificação na última Assembleia foi muito clara, mas eu vou voltar a repeti-la: achamos que, efetivamente, é uma perda de oportunidade de nos podermos ajustar para aquilo que é um futuro que não tem retrocesso, achamos que é uma perda de oportunidade que o Município tem para aquilo que nos traz hoje aqui, e que efetivamente justifica a não aceitação da delegação de competências, que é o reajustamento do quadro de pessoal e da criação de estruturas e infraestruturas, e quadro de pessoal, para, de facto, dar boa conta daquilo que será uma realidade já em 2021 – é já amanhã. E portanto, era isto que queria dizer; basicamente, sendo certo que já percebi, pelas intervenções do Sr. Presidente – que, enfim, foi falando várias vezes que não concorda com elas, mas queria só referir que já em fevereiro de 2019, sessenta por cento (60%) dos Municípios tinham aceitado a delegação de competências, e de facto, dentro desses sessenta por cento (60%) havia muitas Câmaras do PSD. E portanto, não me parece que tenham aqui a ver questões de política, embora no caso do Município de Pombal me parece que, efetivamente, está aqui uma sobrecarga de questões políticas.

E por que é que não concordo? Já agora, só para reforçar a minha ideia, por que é que não concordo que o Município não vá aceitando a delegação de competências: porque, efetivamente, ao aceitá-las fará com que o centro de decisão esteja mais próximo da população. E ao fazê-lo, de facto, vai dar melhores respostas à população, e por sua vez a população seguramente que ficará mais bem servida. Ao não o fazer, as decisões demoram mais tempo, tem as complicações



MUNICÍPIO DE POMBAL

todas de que o Sr. Presidente muitas vezes se queixa, e de facto, parece-me que poderíamos dar um passo em frente naquilo que é a nossa interpretação destas medidas. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado.

Só um esclarecimento: estão inscritos neste ponto o Sr. Deputado Manuel António, o Sr. Deputado Manuel Barros, a Sra. Deputada Liliana Silva, e a Sra. Deputada Elisabete Alves.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, nesta questão de delegação de competências, ou da transferência de competências, a Bancada do PSD naturalmente associa-se à posição que a Câmara tomou. E penso que o princípio de base desta posição é a cautela, é não se ter neste momento a informação toda, principalmente para os dossiers mais críticos, nomeadamente na educação e na saúde, onde no dia 1 de janeiro – de forma figurada – de 2021, ou seja, quando entrarmos com a obrigatoriedade, a realidade da gestão municipal vai ser completamente diferente, vai ser um assumir de responsabilidades, que é um grande desafio, porque depois não vai haver desculpas praticamente nenhuma para imputar para o Governo Central, quando ele, como nós já vimos nas nossas intervenções ao longo desta sessão, não consegue dar conta do recado de coisas muito concretas. E a verdade é que vai sujeitando os seus agentes com responsabilidade nas estruturas dos serviços públicos a darem a cara nas respostas que não têm para dar, e sujeitando muitas vezes ao pedido – como há pouco o Sr. Presidente da Câmara anunciou – ou a pedidos de mão estendida, para que se possa, na segunda-feira, por exemplo, na área da educação, dar respostas para as quais numa gestão normal do ano escolar, em maio estariam resolvidos, para começar no dia 1 de setembro, e não é assim que acontece. E a realidade vai ser um quadro de pessoal muito mais acrescido, porque os assistentes operacionais e assistentes técnicos, quer da área da educação e da saúde, virão integrar os quadros da Câmara, com todas as dívidas que esses agentes têm, de como é que vai ser a sua realidade, porque conhecem uma realidade com uma entidade patronal, e com uma gestão que lhes mete obviamente receio, e numa escala, como o Concelho de Pombal – o Concelho de Pombal não é igual ao da Batalha, nem é igual ao de Óbidos, em que dentro do Distrito de Leiria são concelhos em que a dimensão é muito mais pequena. Nós temos três agrupamentos de escolas, e temos esta realidade pouco esclarecida daquilo que será a oferta na área da saúde, que deixa todo o concelho preocupado, naquilo que serão as suas ofertas.

Por isso, eu penso que mesmo o Governo, e estas decisões que têm vindo a ser tomadas nas transferências de competências, não estão bem esclarecidas e não estão bem definidos os pacotes financeiros – é que não estão mesmo, as obras estão aí para fazer – ainda há pouco se falava do amianto que está na Gualdim Pais, e que já não devia lá estar, por exemplo – e do dinheiro da requalificação de edifícios escolares da rede pública, que estão por fazer, edifícios que deviam ser requalificados, não só o do Agrupamento de Escolas da Guia, que a Câmara em boa hora agarrou, e está à espera da componente financeira do Estado, mas há outros, como a Marquês de Pombal e a Gualdim Pais, que são edifícios de alguma dimensão, e que precisavam de obras de requalificação. E eu estou para ver depois quando chegar a altura de a Câmara ter que pagar. Imaginem que nós tomávamos aqui decisões em que apressávamos a decisão do Executivo Camarário, e eles aceitavam, como muitas vezes algumas decisões dos autarcas são tomadas um bocadinho nesta emoção de prestar um bom serviço à comunidade, sem ter o envelope financeiro assegurado. E essa é que vai ser a realidade mais crua, é quanto é que custa cada uma destas transferências de competências, e se elas depois vão chegar, porque a realidade, é como aquela contratação de que há pouco se falava, de assistentes operacionais num máximo de quatro horas



MUNICÍPIO DE POMBAL

diárias, isso é uma situação de um agrupamento de Pombal, em que essa realidade depois não vai ser permitida ao Município; vai ser outra a realidade.

Por isso, o PSD, naturalmente, associa-se a esta tomada de posição, nos vários pontos vai votar favoravelmente a posição da Câmara, e na esperança de que até ao final de 2020 se esclareçam os pacotes financeiros, principalmente das questões mais importantes, que são a área da educação e da saúde, que serão onde as populações vão sentir mais o impacto da transferência de todas estas responsabilidades para os Municípios.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Liliana Silva, faça favor.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Sr. Presidente, aproveito que me foi possibilitado ter a palavra para agradecer a sua gentileza em relação às palavras que teve quanto ao facto de ser candidata a deputada. Portanto, muito obrigada, Sr. Presidente.

Aproveito as palavras também aqui do colega Manuel António, que fala na educação, e eu vou continuar a insistir. Nós temos o domínio da educação, Ponto n.º 2.22, e efetivamente, Sr. Presidente, eu peço imensa desculpa, mas trinta e três mil euros (33.000€) para Vila Cã em três anos, sensivelmente, e temos escolas como Moita do Boi – e bem, acho muito bem esse investimento, é de louvar esse investimento, mas oitenta e nove mil euros (89.000€) para a Moita do Boi, sessenta e oito mil euros (68.000€) para a Fonte Nova, bons investimentos, e eu continuo na expectativa de que em Vila Cã ainda este ano seja reabilitado.

O Sr. Presidente é bom contador de histórias, temos bons contadores de histórias nesta sala. Eu tinha vontade de contar uma história, mas não o vou fazer. Portanto, faço só um resumo: há uma Maria, que entrou para a escola primária com sete anos, no primeiro ano, aos oito anos escreve uma carta ao Sr. Presidente, em conjunto com os colegas, por aí fora. A Maria vai sair da escola, a Rita vai sair da escola, o Manuel há de passar pela escola, e havemos de continuar nas mesmas circunstâncias. Não era essa a minha expectativa. Eu acho que o Sr. Presidente também sabe que não é por aí. Um bocadinho mais de esforço para a Freguesia de Vila Cã. Se não temos uma Presidente de Junta que tenha impulso, há pessoas em Vila Cã com impulso.

Portanto, deixo essa mensagem, e muito obrigada por esta possibilidade.

Em relação ao Ponto n.º 2.17, Lojas de Cidadão e acolhimento, o nosso Município, e nomeadamente as freguesias, já várias freguesias no nosso Município prestam estes serviços. Portanto, e pegando mais uma vez nas suas palavras – porque eu estou atenta, como é óbvio, às suas palavras – fala na agressividade na rentabilização dos recursos, e o que eu entendo, e o que o CDS entende nesta questão, e que já o transmitimos em sede de freguesia, é o facto de que os meios técnicos e humanos já estão nas freguesias, relativamente ao Espaço do Cidadão. É rentabilizar esses recursos. Portanto, não aceitar estas competências continua a fazer com que se prejudique as freguesias. E somos nós o Município que inaugurou a Loja do Cidadão nas Festas do Bodo.

Portanto, acho que não temos como votar a favor destas propostas, que vêm com esta justificação.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada.

Só lhe queria dizer o seguinte: não entendi muito bem quando a senhora se referiu à Sra. Presidente de Junta de Vila Cã. Enquanto eu aqui estiver, eu não aceito que aos nossos Presidentes de Junta deste concelho seja atribuído qualquer epíteto. Muito obrigada.”

Liliana Silva (CDS-PP):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Sra. Presidente, eu só citei, no fundo, aquilo que foi dito, que falta o impulso, foi o que eu percebi das palavras do Sr. Presidente, e acho que não ofendi ninguém. Se o fiz, peço imensa desculpa.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada, está esclarecido.

Sra. Deputada Elisabete Alves, faça favor.”

Elisabete Alves (PS):

“Muito obrigada, Sra. Presidente.

Relativamente a este ponto, esta Bancada, aquando da decisão de aderir às competências para o ano de 2019, concordou com a proposta da Câmara Municipal no sentido de não aderir enquanto não se clarificassem determinados aspetos que eram considerados essenciais, pelos poucos esclarecimentos à data disponíveis, e ainda relativamente à educação, pela discrepância de valores.

Entretanto, e tendo já decorrido mais de oito meses, e considerando que estas competências iriam, e irão iniciar-se a 1 de janeiro próximo, parece-nos que a Câmara teve tempo para se preparar para este processo no que respeita a algumas competências que urge tornar mais próximas dos cidadãos, sendo que em muitas delas já o Município acompanha e já intervém. Não concordamos que se deva continuar a recusar determinadas competências, com o fundamento de que não temos pessoal, ou porque precisamos de adaptar regulamentos, ou porque queremos mais dinheiro, ou porque queremos mais esclarecimentos. A partir do dia 1 de janeiro de 2021, teremos obrigatoriamente que receber essas competências, e nessa altura não teremos testado a operacionalização destas competências. É urgente pegar já em determinadas matérias e operacionalizá-las, por forma a adquirir experiência que permita depois melhor receber e operacionalizar as demais matérias que aí virão. Aderir já para 2020, quanto mais não fosse naquelas competências menos complexas, seria uma aprendizagem que permitiria uma melhor preparação para 2021. A Câmara Municipal tem que ser mais corajosa.

Adiar a transferência de competências para o ano de 2021 pode colapsar os serviços, atendendo às várias competências em diversas áreas que virão obrigatoriamente para a Câmara Municipal. Assim, e tirando aquelas competências cuja entrada em vigor foi suspensa, ou que não têm aplicação prática pela inexistência de requisitos, as que podem levantar mais dificuldades são as da saúde e da educação.

Na área da saúde, pensamos que seria urgente aceitar já estas competências para 2020, por se tratar de uma área em que a população teria ganhos extraordinários.

Assim, iremos abster-nos naquelas competências que não terão, pelo menos para já, aplicação prática, e em todas as outras votaremos contra a proposta da Câmara, com exceção das competências na área da educação, em que também nos absteremos por entendermos que estando já o ano letivo em curso, a adesão em janeiro de 2020 poderia originar alguns constrangimentos. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sobre esta temática, eu já aqui há uns tempos tinha lançado uma sugestão de esta Assembleia poder fazer um debate sobre descentralização e regionalização. Nós não estamos preparados para aquilo que estamos a decidir, nós não estamos a fazer o trabalho de casa.

E sobre este conjunto de propostas que aqui vêm, eu gostaria de dizer em primeiro lugar o seguinte: o princípio da descentralização é um desígnio constitucional, e é irreversível – uma vez



MUNICÍPIO DE POMBAL

operada a descentralização, ela não pode voltar atrás, sob pena de violar a Constituição, porque é andar ao arrepio da vontade constitucional. A Constituição, enquanto não for alterada, é a nossa carta fundamental, e é aí que nos temos que situar todos. Quando se possa dizer que vêm as competências e não vem o financiamento, bom, mas há um princípio de autonomia local que a isso obriga, e que também é constitucional: nenhuma competência pode ser transferida sem as contas feitas e a transferência. Agora, só se pode transferir o que há. Nós não somos um país rico, que estejamos à espera das arcas cheias de dinheiro que havia há uns anos atrás – não sei se já esvaziaram, ou não, e portanto, agora sim, temos dinheiro, vamos descentralizar. Não, não é assim; temos que distribuir em função do que há.

Agora, dizia o Sr. Deputado Pedro Pimpão, e eu peço-lhe autorização para citar aqui a sua frase, que é importante: a descentralização aproxima a decisão do seu destinatário. É fundamental. Nós andamos aqui todos, todos os dias, a clamar contra o Poder Central – aliás, esta Assembleia, nesse aspeto, se formos ouvir as gravações, não há uma sessão em que não se malhe forte e feio no Poder Central. Tudo bem, acho muito bem. Agora, nós também temos que assumir as nossas responsabilidades. Dizia o Sr. Deputado Pedro Pinto, e tem toda a razão, podemos estar a perder uma oportunidade, porque o caminho não vai voltar para trás.

Agora, há duas coisas aqui a distinguir: descentralização e regionalização. Aliás, as duas são formas de descentralização, mas eu tenho medo é da regionalização, eu tenho medo de criarmos mais um conjunto de parlamentos, e ministérios, e presidentes, etc., e depois não temos dinheiro para pagar essa gente toda. Por exemplo, os nossos vizinhos espanhóis queixam-se hoje de terem dado um passo maior do que a perna. Nós também temos cá dentro alguns exemplos, embora um pouco diferentes, porque são outras periferias e com outras realidades.

Agora, nestas questões, nós deveríamos ter feito o trabalho de casa há mais tempo. Neste aspeto, lancei um repto à Sra. Presidente; a Sra. Presidente, penso que sobre estas matérias, não sei se as acha importantes. Agora, que cabia a ela, digamos assim, convidar-nos a todos, sem estarmos aqui a fazer política, vamos debater estas questões.

Agora, sobre este conjunto que aqui está, eu continuo a deixar este repto: é urgente nós debatermos estas questões, vermos para o nosso Município o que é que nós poderemos fazer por ele. O nosso Município pode estar em condições de ter um conjunto de competências na mão – em rigor, não são competências, são atribuições – que lhe permite acelerar o seu desenvolvimento, e com esta via de descentralização podemos atrasar o mais possível a megalomania da regionalização. E portanto, há aqui, realmente, uma encruzilhada, e este caminho pode ser importante para nos aproximar do caminho mais certo.

Mas, deixando esta questão – e repito o meu repto à Assembleia, a todos, de fazermos uma sessão, em que só há ponto de antes da ordem do dia, ou melhor, sem ordem do dia, para debatermos estas questões, até, se quiserem, trazermos autoridades na matéria, estudiosos, sábios nas matérias, para os ouvirmos aqui, porque os há, e que não enjeitariam vir falar connosco sobre isso, ajudar-nos a entender melhor estes fenómenos. Aliás, quem diz sobre estas matérias, diz sobre muitas outras. O nosso Município não pode ficar parado; no desenvolvimento, todos os dias perdemos tempo. E portanto, nós não podemos perder um minuto nestas matérias.

Agora, voltava-me mais para as questões concretas que aqui vêm, e nós aqui no nosso Grupo precisamos de um esclarecimento para tomarmos aqui a nossa opção e o nosso juízo sobre a matéria. Em todas elas, têm um aspeto comum estas propostas: falta de estrutura do Município. Ora, eu peço desculpa, para manifestar aqui a minha incapacidade de entender o que é que está por detrás disto, porque reparem, por exemplo, há aqui até uma área, que é do domínio da gestão de praias marítimas, em que parece que até o Município já exerce as funções de gestão através de



MUNICÍPIO DE POMBAL

concessão. Se entendi bem o que vem na proposta, esta matéria até já é exercida, mas a título de concessão. Ora, neste caso, até era a transferência definitiva da matéria – deixava de ser concessionário, e passava a ser o dono do negócio. Portanto, aqui até parece haver uma certa incongruência neste aspeto, mas podem haver outros. Ou seja, a fundamentação das propostas, para mim – e pode ser um problema meu, e por isso eu agradeço um esclarecimento – ao invocar apenas problemas estruturais, e não de meios – se fossem meios, podia admitir, nesta fase, mas são estruturais. O que é isso? É este pedido de esclarecimento que eu deixaria em relação a todas estas propostas, que elas têm em comum, de facto, a insuficiência estrutural para assumir estas competências.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Boa tarde.

Como aqui já foi dito por mim, o Bloco de Esquerda é contra a transferência de competências, porque não acredita na municipalização. E então, eu vou votar contra todas as transferências.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada, pela sua intervenção. Sr. Presidente, faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado a todos pelas vossas intervenções.

Eu começava pela primeira intervenção, do Sr. Deputado Pedro Pinto, sobre aquilo que possa hoje constituir uma perda de oportunidade para nos ajustarmos, e esta ênfase no centro de decisão mais próximo do cidadão, e a circunstância de ter classificado esta matéria como uma questão política: é evidente que é uma matéria política. Aliás, se não fosse uma matéria política, o que é que nós aqui estávamos a fazer? Sr. Deputado, convenhamos. E é precisamente por ser uma matéria política que nós temos que olhar para as características da proposta e tirarmos o seu significado, o seu efeito, a sua essência, a sua consequência. Parece-lhe ingénua a circunstância de a decisão ter que ser tomada antes das eleições legislativas? Parece-lhe? A mim não me parece. Pela mesma razão por que a Sra. Deputada Elisabete Alves entende que não faz sentido transferir competências a 1 de janeiro de 2020 para a educação, eu pergunto: então, por que é que pela mesma razão, quando a Lei entrar em vigor em 2021, é no dia 1 de janeiro de 2021? É um disparate. A razão que serve para 2020 está em 2021. E portanto, como se percebe – e aliás, eu tive ocasião de o dizer ao Sr. Secretário de Estado – esta matéria tem uma conotação política elevadíssima. E deixe-me dizer-lhe, eu acho que a discussão que foi gerada no Parlamento, e o acordo feito pelos principais Partidos – porque esta não foi uma solução de “geringonça”, como, aliás, a Sra. Deputada acabou de atestar – mostra uma leitura do nosso território muito deficiente – mas, nós já lá vamos – do PSD e do Partido Socialista. Mas, já lá vamos.

O Sr. Deputado fazia referência àquilo que era esta oportunidade. Como é que nós medimos o efeito daquilo que acabou de dizer? Parece-me que todos nós estaremos de acordo quanto àquilo que deva ser o resultado da transferência. Julgo que a queremos fazer bem, e fazer bem é com melhor consequência para a atividade diária dos cidadãos, com mais rapidez, com uma perceção pública da nossa parte sobre aquilo que efetivamente faz falta, mas também me parece que faz algum sentido perceber, com o tempo e com as decisões que outros órgãos municipais portugueses foram tomando, a satisfação com que outros Municípios vão acolhendo as competências. E quer não seja mais evidente daquilo que é a precipitação do que o Ponto n.º 2.21,



MUNICÍPIO DE POMBAL

em que veio o Governo dizer que, afinal, esta já não é transferida? Como é que na norma de 30 de janeiro de 2019, vem agora o Legislador dizer, através da resolução do passado dia 8 de agosto, vem dizer “cessação da vigência”. Sabe o que é que isto significa? Precipitação, significa má avaliação dos meios, significa má noção daquilo que é a consequência da decisão, impreparação dos territórios para poderem receber em todo o país. É isto que aqui está escrito. E como calcula, eu não acho que seja apenas aqui nesta matéria. Vamos a casos concretos, vamos às questões das vias de comunicação – até porque, há pouco, a deputada Elisabete fez essa referência, que os meses que passaram desde a deliberação de fevereiro permitiam-nos ir percebendo que há aqui matérias que, de facto, fazem todo o sentido. Eu achei que fazia sentido, pelas razões que aqui, na altura, discutimos, perguntar à Infraestruturas de Portugal de que maneira é que a Infraestruturas de Portugal, que era a entidade a quem seriam removidas competências da sua esfera jurídica para a esfera municipal, sob o ponto de vista objetivo, como é que a Estradas de Portugal circunscreviam as competências que, sendo dela, passariam para o Município, uma vez que tínhamos aqui dúvidas do alcance jurídico da conservação vs. gestão. E está aqui a comunicação do dia 6 de fevereiro de 2019 – que eu tive ocasião, aliás, de em reunião posterior discutir isto na Infraestruturas de Portugal, no Pragal. Ainda hoje espero resposta. Passaram sete meses. E eu pergunto-vos: quando a entidade que vai ficar sem a competência não tem noção do alcance das matérias que lhe vão ser subtraídas, como é que nós saberemos aquilo que nos vai ser entregue? E eu pergunto: mas, será que é assim tão difícil sentarem-se as entidades responsáveis e delinearem detalhadamente aquilo que é uma competência que era da entidade? E vamos a questões objetivas: olhe, a publicidade na área urbana identificada passa a ser licenciada pela Câmara? Sim? Diga-se isso. A autorização do atravessamento da via pública na zona urbana consagrada passa a ser do Município? Sim. O atravessamento de linhas hidráulicas, passa a ser do Município? Sim. O acesso às propriedades que existem? Sim. Será que é assim tão difícil? Quando nós fizemos com as Juntas de Freguesia acordos e contratos interadministrativos, é assim que fazemos: sentamo-nos – e os Srs. Presidentes de Junta estão aqui – e discutimos alínea a alínea, esta fica, esta vai, esta é assim, esta é assado. E quando chegarmos, aliás, ao Ponto n.º 2.22, é isso que vamos discutir, das treze competências, as que sim, as que não, as que mais ou menos, como é que é, quanto é que custa, quanto é que vale, há recursos, não há – é isto que eu acho que deve ser bem feito.

Agora, há uma coisa que eu não posso – e também aqui, agora, passando para a intervenção da deputada Liliana Silva, eu peço-lhe o favor que compare, na medida do possível, com proporção, os investimentos entre as escolas, porque se aquilo que acabou de dizer fosse verdade, em que estamos a comparar escolas que têm permanência letiva, que vão ter futuro letivo para funcionarem com aquelas funções, como o caso da Fonte Nova e da Moita do Boi, com os valores que lá estão, e que foram feitas essas intervenções agora, se é justo fazer essa comparação quando daqui a um tempo, quando se abrir o concurso de Vila Cã, dizer: “Então, mas o senhor acha justo ter feito um milhão e duzentos mil euros (1.200.000€) de obra em Vila Cã, e só ter oitenta mil euros (80.000€) na Moita do Boi?” Vamos comparar o que é comparável. A senhora não acharia bem, com certeza, que eu fizesse um investimento de cem mil euros (100.000€) numa escola, para reabilitar a escola, para funcionar um ano. Achariam? Se a senhora fosse Presidente de Câmara, fá-lo-ia? Olhe, eu não o faço, por uma razão de boa gestão dos recursos públicos, até porque isto não diminui, bem antes pelo contrário, as condições com que os alunos estão – os alunos viram, através destas intervenções, reposta uma situação que se calhar há muitos anos já devia existir, mas que agora o fizeram, e não foi por dizer: “Bem, para o ano nós vamos sair, já não fazemos investimento nenhum.” Não, não foi isso que se fez, foi precisamente o contrário.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E há outra coisa que lhe digo, acompanhando as palavras da Sra. Presidente da Assembleia Municipal: por muito que lhe possa custar, a democracia é o melhor sistema. Respeitemos o eleitorado, respeitemos quem exerce as funções com legitimidade, mesmo que não gostemos, mesmo que não confiemos, mesmo que achemos que faz mau trabalho. E eu julgo que a Assembleia Municipal é o sítio, como a Câmara, essencial para se mostrar também a maturidade da nossa democracia. A senhora pode não concordar comigo, pode não gostar daquilo que eu digo, mas a função que eu cumpro durante o tempo em que aqui estiver – aliás, enquanto os nossos mandatos estiverem em funções – tem que nos permitir separar bem estas coisas. É claro que a senhora pode dizer: “Se eu estivesse ali, não fazia assim”, ou não fazia assado, mas por isso é que esta casa funciona, reúne, tem opinião, tem crítica, e vai sendo desenvolvida.

Sobre a questão das oportunidades, deixe-me aqui dizer-lhe uma coisa: nós não precisamos da descentralização para iniciarmos, em 2014, a existência de Espaços do Cidadão nas nossas freguesias. As freguesias de Pombal, as dezassete – não são as treze – por negociação municipal já há vários anos – aliás, há um ano que estão todos a funcionar, quase há dois, porque já estavam quase todas a funcionar na altura das eleições, nem houve cerimónias de inauguração para isso, veja bem – estão as dezassete a funcionar, a cumprir a missão que através do acordo entre a Administração Local e a Administração Central, através da AMA, permitiu o exercício dessa missão. Agora, no direito – e portanto, aqui tem uma aplicação política muito respeitável – eu sinto-me muito mais confortável com o protocolo e com as obrigações que particularmente regulam os termos da relação entre a AMA, o Município e as freguesias, do que uma Lei muitíssimo abstrata e pouco conclusiva relativamente às obrigações. E por isso, se eu tenho uma ferramenta especial, por que é que eu uso uma geral? Aliás, sabe que o regime jurídico nem sequer consagrou a regulação disto? O que é que vai acontecer a seguir? Cai a regra especial que regula os termos atuais, com prejuízo para as freguesias, ou mantém-se a geral? Vamos avaliar.

Portanto, temos que olhar para isto tudo. Não há nenhum prejuízo para os cidadãos. Olhe, houve vantagem dos cidadãos de a Câmara e as freguesias se organizarem e fazerem candidatura, e terem os Espaços, e eu já não lhe posso garantir que com a minuta, ou com a Lei que existe, com os termos em que ela está exarada e está publicada, que nos dê as mesmas garantias, porque, às vezes, nem as instituições, como acabei de dizer relativamente à Infraestruturas de Portugal, sabem muito bem como é que é o seu dia seguinte. E a prudência, como disse o Sr. Deputado Manuel António, a responsabilidade, não pode ser em nenhuma circunstância confundida com a coragem, porque uma pessoa que faz uma coisa com audácia e com vontade, sem medir as suas consequências, para mim não é corajoso; é irresponsável. Admito que o tempero com que nós classificamos as pessoas seja uma ou outra. Olhe, havia uma grande discussão em meados do séc. XIX sobre se a expedição que Shackleton, que foi o homem que foi ao Polo Sul, tinha sido corajosa ou irresponsável, porque tinha ido para o Ártico na altura pior, desprovido de meios – por acaso não morreu ninguém, mas podiam ter morrido todos. Portanto, essa linha, na avaliação das pessoas, pode passar por vários pontos.

Sobre a posição da Dra. Elisabete Alves e a questão do Partido Socialista, e estas palavras da coragem e da responsabilidade, eram precisamente nesse sentido.

As questões da saúde, vamos lá ser objetivos: passar para a saúde era um ganho extraordinário. Será que algum de nós, na sua perfeita consciência e avaliação do estado em que as coisas hoje estão, objetivamente pode concluir que é um ganho? Vai-me perdoar, aquilo que está em cima da mesa é uma manifestação, na minha opinião, inequívoca, de uma desresponsabilidade do Estado Central em resolver as suas competências próprias, por desorganização, inexistência de fundos e vontade política, porque se assim não fosse, o que se fazia era o contrário, estabelecia-se aquilo



MUNICÍPIO DE POMBAL

que é o modelo de organização, e dizia-se assim aos Municípios: “Meus amigos, vocês participaram na construção deste modelo, e agora, em conjunto, vamos concretizá-lo”, não é dizer: “Os senhores agora têm as competências do património”, e a seguir os Presidentes de Junta dizerem que não há enfermeiro, não há administrativo, não há médico, o Presidente da Junta e o Presidente da Câmara, com maiores responsabilidades, porque as pessoas não vão distinguir a responsabilidade material da responsabilidade pessoal e dos recursos humanos, e vão ser confundidas, e vão ser iludidas – vão ser iludidas – com aquilo que é uma pretensa capacidade de resolver o problema municipalmente, e que objetivamente ela não existe. E nós não temos que ser trouxas; nós não temos que ser trouxas. E não encontro nenhum livro de referência mundial que diga à humanidade que tem que ser trouxa, que tem que ser enganada. E esta proposta é uma proposta para iludir, para criar uma falsa expectativa, e para pôr a população contra os autarcas, que não têm responsabilidade nenhuma na organização da saúde, nos termos em que ela está feita, nem têm meios para a poder corrigir, porque não têm competências objetivas para o corrigir. E portanto, fazê-lo sem ter a certeza disto é uma irresponsabilidade. Se o fizermos, é obrigados, porque andamos aqui, e hoje ouvimos vários Presidentes de Junta a fazer exatamente a mesma observação, e achar que as coisas vão mudar a partir desta altura é, no pior dos cenários, ingenuidade pueril. E portanto, eu acho que nós temos a obrigação de proteger os nossos cidadãos. Ficamos melhor? Por quê? Porque a Câmara pode ter meios para fazer as obras, e vai fazê-las? Mas, o que é que me interessa as obras, se aquilo continuar a trabalhar da mesma maneira? O nosso problema nunca foi esse. Os trabalhos que estão a ser feitos em Carnide, na recuperação do Centro de Saúde, estão a ser feitos; os trabalhos que estão a ser feitos no Lourical estão a ser feitos; os trabalhos que foram feitos em Almagreira, estão a ser feitos; os trabalhos que foram feitos em Abiul, foram feitos; os trabalhos na educação feitos em Pombal e na Guia foram feitos. O problema não é esse; o problema é que continua a haver falta de médicos, continua a haver falta de enfermeiros, continua a haver falta de administrativos, e continua a não haver organização para corrigir de cada vez que as coisas falham. E mudam-se os ficheiros, e os Presidentes de Junta são surpreendidos nas costas. Este é que é o nosso problema. E nós temos que estar atentos a isto para perceber qual é a mais valia. Alguma vez algum dos Srs. Presidentes de Junta, que é dono do património, regateou o que quer que fosse relativamente às condições de funcionamento dos Centros de Saúde? A maior parte das Juntas de Freguesia cede património seu, em alguns casos gracioso, teve que pôr elevadores para que as pessoas do Centro de Saúde ficassem no rés do chão, assumindo essa responsabilidade. O problema nunca foi esse. E portanto, estamos a tentar encobrir aquele que é o nosso problema principal, e o nosso problema principal aqui não é o estado dos nossos Centros de Saúde, físico, e aquilo que aqui está a ser transferido é apenas isto. E portanto, isso não é verdade.

Vamos às equipas de intervenção permanente dos bombeiros, que aqui está dito, vamos lá, então, transferir isso para os Municípios. Quem é que propôs aos Municípios portugueses suportarem em cinquenta por cento (50%) as equipas de intervenção permanente, em acordo com o Ministério da Administração Interna? Foi o Estado Português. Mas, é razoável pensar que ainda em dezembro, ainda a Lei não estava em vigor, estava o Sr. Ministro da Administração Interna a fazer em Leiria a subscrição de mais cinquenta equipas de intervenção permanente, e não havia cobertura legal para os Municípios subscreverem, e agora é preciso essa cobertura legal para isto acontecer? Mas, qual é a honestidade que está subjacente a estas propostas? O que é que andamos aqui a fazer? Andamos a iludir, andamos a fingir que agora é possível uma coisa que nós já fazemos há oito ou nove anos – que há oito ou nove anos que existiam protocolos assinados pelo Eng.º Narciso Mota com a Associação Humanitária dos Bombeiros, para ter uma equipa de intervenção permanente? E as equipas que existem em Pombal são suportadas, uma e



MUNICÍPIO DE POMBAL

meia pela Câmara, uma pela Associação Humanitária, e meia pelo Ministério da Administração Interna. Alguma vez foi esta limitação legal que existiu?

Mas, há mais, vamos ao Ministério da Justiça e vamos às competências dos Centros de Acolhimento Temporário. Quem é que é dono do Centro de Acolhimento Temporário de Pombal? Quem fez a obra, fez o projeto e disponibilizou o terreno? O Município de Pombal. Não tem o acordo com a APEPI? Mas, alguma vez isto foi impeditivo para que houvesse uma articulação tripartida? Esta obra teve financiamento comunitário, esta obra tem um acordo de cooperação com o Ministério da Solidariedade Social para funcionar, tem funcionários que são contratados pela APEPI, e que recebem através dos meios que são transferidos para a respetiva instituição. Isto é tudo a fingir, meus amigos, isto é tudo a fingir. Lá que as pessoas que possam ter decidido não tenham bem ideia de como é que isto funciona no terreno, isto é tudo a fingir, porque nada disto que aqui estamos a discutir, ou grande parte destas matérias, é como pintam. Reparem: então, imaginem porventura que o Município de Pombal nem tinha feito um Centro de Acolhimento Temporário, porque não tinha meios financeiros; mas, como não era sua obrigação fazê-lo, nem competência, ninguém o acusava. Mas, a partir do momento em que passe a ser, tem que o fazer. Já perceberam a diferença? Já perceberam a diferença, sob o ponto de vista da responsabilidade, da resposta política, do financiamento, do funcionamento e da capacidade que teremos que ter para investir e eventualmente manter? Estas matérias, meus amigos, não podem ser vistas desta maneira, e nós sabemos, infelizmente, por múltiplas razões, que às vezes estas coisas se atiram, dá-se o passo maior do que a perna – como dizia aqui o Dr. Barros sobre os nossos amigos espanhóis, que se pode ter dado também em algumas matérias na insularidade portuguesa – e percebemos que, afinal, as coisas não são bem assim.

E portanto, eu não acho que tenhamos aqui pressa nenhuma; vamos aguardar, conhecer, falar com os nossos colegas autarcas sobre como é que está a correr, se estão a responder, quanto tempo é que as pessoas esperam, se alteraram o regulamento, se têm os recursos humanos, se está melhor. Mas, alguém que aqui está quer, quando isto for transitado para o Município, que andemos para trás? Eu não quero. Mesmo não concordando, respeito a legitimidade do Governo – evidentemente, nem a questiono – vamos cumprir e vamos fazer melhor. Mas, também me parece que é importante perceber o que é que vão dar estas eleições, para perceber qual é o espírito. Ou alguém tem alguma dúvida sobre as condições de exclusivo interesse político em justificar uma reforma com estas características no período pré-eleitoral, para depois vir apresentá-la como concluída? Eu não tenho, desculpem lá a minha frontalidade, eu não tenho. Já cá ando há anos suficientes para perceber que há histórias que são só para tentar enganar alguns, porque objetivamente não existe esse interesse.

Dr. Manuel Barros, recordou-nos aqui da irreversibilidade da descentralização. Mas, eu vou-lhe dar aqui um exemplo de que aquilo que disse, infelizmente, não é verdade – não é que o senhor esteja a mentir; é porque, de facto, nem sempre o Governo se portou assim: ninguém tem dúvidas de que as responsabilidades dos Municípios no ordenamento do território em 1976 eram umas, e em 2019 são outras, e bastante mais subtraídas. Ninguém tem dúvidas de que a capacidade de um Diretor de um parque natural autorizar edificações no seu parque natural é bastante mais ampla do que o Presidente da Câmara tem. E portanto, apesar de o processo ter vindo para um lado, ele foi sucessivamente subtraído, e às vezes não basta dizer: “Bem, mas quem passa as licenças são as Câmaras”. Sim, mas se não tivermos pareceres vinculativos a montante, eu deixo de ter essa possibilidade. E portanto, o processo já nos mostrou que, às vezes, a teoria funciona bem, mas depois, na prática, o Legislador encontra sempre formas muito habilidosas para se ir desviando das suas responsabilidades. O que é certo é que, de facto, elas vêm, à partida não



MUNICÍPIO DE POMBAL

voltam para trás, mas os termos em que são exercidas é que nem sempre acaba por ser a mesma coisa.

E sobre a sua proposta, que eu subscrevo plenamente – até porque eu me lembro de escrever, quando fui candidato à Junta de Freguesia, um artigo para o jornal “O Eco”, deve ter sido em 2002, que precisamente se chamava “A minha Assembleia”, e onde dizia isso que o senhor acabou de dizer, que achava que a Assembleia Municipal devia ser um espaço onde se ouviam outras opiniões, onde responsáveis por serviços públicos apresentavam as suas posições, e a Assembleia tinha condições para produzir intelectualmente, fazer sugestões, fazer perguntas e melhorar a sua capacidade de fiscalização, de crítica, de pensamento, de avaliação e de desenvolvimento. E portanto, subscrevo integralmente.

Sra. Eng.^a Célia Cavalheiro, fez uma intervenção, eu não tomei nota. Era uma pergunta direta? Era só a posição, exatamente. Muito bem.

Então, Srs. Deputados, muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“Sr. Presidente, não sei se entendi bem, mas pedia que me dissesse, o motivo principalmente determinante, digamos assim, destas propostas, descodificando esta estrutura que está aqui – ou falta de estrutura – é o facto de a transferência das competências não vir acompanhada da conta, isto é, do valor financeiro necessário para o exercício da competência. Dito ainda de outro modo, é a hipotética violação do princípio da autonomia local. É isso? É que se for isto, bom, as coisas são de um modo; se for por uma questão política – política, que também não sei o que é, que política, nós muitas vezes aqui também confundimos os termos políticos, no sentido de politics ou policies. Por trás desta descentralização, até parece que nem está uma “geringonça”, mas está - nem sei o que é que lhe hei de chamar, mas um entendimento entre os dois maiores Partidos. Agora, não sei é se dentro de um dos Partidos há disciplina suficiente para assumir essas questões.

Agora, para mim é muito importante, para o meu juízo, e para nós, sabermos se, realmente, o que está aqui em causa fundamentalmente – naturalmente, para além de outros aspetos, mas se lhe derem a competência acompanhada, digamos assim, do dinheiro necessário, o senhor aceita. É isso?”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, pode responder.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Doutor, infelizmente, nos termos em que a Lei está redigida, mesmo que venha sem o dinheiro, nós somos obrigados a aceitá-la. Essa é que é a questão. O que o Legislador escreveu foi isto. E aquilo que é a nossa preocupação é, e vamos a casos concretos, educação: o levantamento feito ao longo dos últimos meses – que, aliás, já serviu em fevereiro para a nossa decisão – sobre aquilo que são os custos efetivos de funcionamento das escolas, dos seus recursos, e os meios que vão ser transferidos, apresenta-nos um diferencial deficitário para o Município de trezentos mil euros (300.000€) / ano na transferência das competências da educação. E não estamos a avaliar aquilo que são as necessidades dos agrupamentos; estamos a avaliar aquilo que existe. Ora, se nós tivéssemos aqui os Diretores dos agrupamentos e perguntássemos: “Os senhores estão com os níveis de recursos humanos, nomeadamente assistentes operacionais, adequados para o tipo de escola que têm, e os rácios que estão estabelecidos?” Ninguém tem. Ninguém tem. Portanto, uma coisa é aquilo que nós temos, outra coisa é aquilo que nós deveríamos ter; e outros casos são aquilo que nós merecemos ter. Eu estou



MUNICÍPIO DE POMBAL

a pôr aqui este terceiro episódio, do merecermos ter, porque, por exemplo, há mais de vinte e cinco anos que o Município de Pombal tem assistentes operacionais nas pré-primárias, um por sala. O Legislador nunca passou de meio, e o Município não foi, nem para o que tinha, nem para o que a Lei estabelecia; foi para aquilo que devia ter, e é mais ambicioso. Se nós aqui já estamos a partir de um ponto mau sob o ponto de vista da contabilidade, errado, deficiente, sob o ponto de vista daquilo que hoje custa e daquilo que amanhã nós precisamos de repor, porque nós estamos obrigados a cumprir essa norma, há rácios, nós percebemos que os tais mil assistentes operacionais que deviam ter sido distribuídos, e que não vêm, alguns são de Pombal – eu, há bocadinho, apresentei a carta da Direção do Agrupamento de Escolas de Pombal, que eram quarenta e duas horas diárias de assistentes operacionais. Ora, há sete horas por dia, são seis a tempo inteiro, e que não podem ser mais de quatro horas, porque são doze. Sabem por quê? Para não pagarem subsídio de almoço. É a precariedade, está aqui.

Portanto, é isto. Portanto, nós teremos de ser obrigados. Nestas condições, têm que me obrigar, porque eu acho que a proposta está mal calculada, foi apresentada, foi questionada junto da Direção Geral, a entidade reiterou dizendo que estava bem calculado. Sabe o que é que nós achamos que eles se esqueceram de calcular? Os descontos para o fisco, para a Segurança Social, os encargos sociais da contratação; só tem os vencimentos brutos dos empregados, não tem os encargos para a entidade, nem para a ADSE, nem para a Caixa Geral de Aposentações. As contas da transferência estão feitas e são deficitárias, pelas nossas contas. Nós apresentámos a nossa contestação. Repare, objetivamente, se eu quiser pôr assim, acaba por acontecer. Portanto, o que é que vai acontecer? Se isto vingar, o Parlamento vai, através de uma Lei que não tem valor reforçado, pôr em causa o preceito constitucional que deveria ter sido salvaguardado. A questão é esta. E portanto, eu percebo que seja muito mais simpático para o Governo ter sessenta, setenta, oitenta, noventa Câmaras Municipais a morder o isco e a abanar a cabeça, do que quatro ou cinco que ponham isto em causa, porque eu acho que isto, de facto, viola um princípio que deveria ter sido respeitado. Aliás, nem faz sentido nenhum que seja o próprio Governo a propô-lo aos Municípios. Sabe o que é que eu acho mais estranho nisto tudo? É que a Associação Nacional de Municípios tem, nos termos do art.º 42.º da Lei n.º 50, possibilidade reforçada – porque foi ouvida a Associação Nacional de Municípios nas matérias que são produzidas, de Legislação Autárquica, como tradicionalmente acontecia, tinha vinculadamente, através do art.º 42.º da Lei, ou 44.º, capacidade para dizer: “Isto não tem condições.” E aconteceu uma coisa extraordinária, e daí se percebe por que é que a questão é política no sentido mais partidário do termo, que é que alguns daqueles que aprovaram na Associação Nacional de Municípios a delegação de competências, quando chegou à sua Câmara votaram contra. Isto é muito bom para a casa dos outros, mas para a minha não é. Eu não sei que tipo de representantes é que são estes, que fazem coisas destas. Os meus não devem ser, porque eu não quero ser representado assim. E isto aconteceu, e se quiser eu mostro-lhe a relação das primeiras votações, no ano passado – este ano, agora, já não voltei a fazer – para pedir ao gabinete para fazer, e para ver como é que votaram os órgãos sociais. E estão lá as respostas. “Na minha Câmara, votei contra. Ali votei a favor, para todos, mas na minha votei contra, porque isto não está em condições.” Isto é razoável? Desculpem lá. O Sr. Secretário de Estado, quando eu lhe falo assim, disse-me assim: “O senhor é um tipo muito complicado, levanta muitos problemas.” Pois, eu admito que seja muito mais simpático ter um burro à frente que come a palha toda, eu admito, mas a minha missão não é essa, não creio que seja essa que os senhores querem de mim. Eu, pelo menos, quando aqui vier dizer alguma coisa e responder-vos, quero estar consciente, e os senhores podem dizer assim: “O tipo está completamente errado. Os fundamentos deles podem estar bem, eu não fazia assim. Mas, pelo menos pensa nos assuntos, e



MUNICÍPIO DE POMBAL

tem pensamento sobre as coisas”, não é comer a palha toda, porque algumas perguntas destas, que nós perguntamos a alguns autarcas, e eles nem sabem muito bem o que é que estão a fazer. Alguém há de pegar nisto, é mais simpático dizermos que está tudo bem, e tal. Olhe, se calhar as coisas estão bem, e por isso é que depois estão tão mal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente.

Vamos, então, passar à votação. Eu limito-me apenas a dizer os pontos que estamos a votar, sem, no entanto, proceder à leitura.

Quem vota contra o Ponto n.º 2.12? Há três (3) votos contra (do CDS e do BE). Quem se abstém? Há quatro (4) abstenções. Então, o Ponto n.º 2.12 foi aprovado por maioria, com três (3) votos contra, e quatro (4) abstenções. Sra. Deputada Célia Cavalheiro.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Peço que corrija o meu sentido de voto, porque uma vez que a redação da Câmara é votar contra, eu voto a favor da redação feita na Câmara. Eu só estava aqui a ver o título, peço desculpa.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem. Então, são dois (2) votos contra a proposta da Câmara, são quatro (4) abstenções, e foi aprovado por maioria. Está retificado. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com dois (2) votos contra (do CDS). Quem se abstém? Há quatro (4) abstenções, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.13. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os municípios – Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro (domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.13, quem vota contra a proposta da Câmara? Seis (6) votos contra (PS, CDS). Quem se abstém? O Ponto n.º 2.13 foi aprovado por maioria, sem abstenções. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) votos contra (do PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro (domínio das vias de comunicação)



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos ao Ponto n.º 2.14. Quem vota contra a proposta da Câmara? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.14 foi aprovado, com seis (6) abstenções (quatro do PS, duas do CDS). Alguém se opõe a que o Ponto n.º 2.14 seja também aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) abstenções (do PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro (domínio da justiça)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos ao Ponto n.º 2.15. Quem vota contra a proposta da Câmara? Seis (6) votos contra (PS e CDS). Quem se abstém? O Ponto n.º 2.15 foi aprovado por maioria, com seis (6) votos contra, e sem abstenções. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) votos contra (do PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro (domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários, da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.16: quem vota contra a proposta da Câmara? Seis (6) votos contra (PS e CDS). Quem se abstém? O Ponto n.º 2.16 foi também aprovado por maioria, com seis (6) votos contra. Alguém se opõe a que o mesmo seja aprovado por minuta? Foi também este ponto aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) votos contra (do PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.17. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as autarquias locais (municípios e freguesias) – Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro (domínio da instalação e gestão das Lojas de Cidadão, Espaços Cidadão e Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.17: quem vota contra a proposta da Câmara? Seis (6) votos contra (PS e CDS). Quem se abstém? O Ponto n.º 2.17 foi aprovado por maioria, com seis (6) votos contra. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) votos contra (do PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.18. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os municípios – Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro (domínio da habitação)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.18: quem vota contra a proposta da Câmara? Dois (2) votos contra (CDS). Quem se abstém? Quatro (4) abstenções (PS). O Ponto n.º 2.18 foi aprovado por maioria. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com dois (2) votos contra (CDS), e quatro (4) abstenções (PS) aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.19. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro (domínio da gestão do património imobiliário público)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passando ao Ponto n.º 2.19, quem vota contra a proposta da Câmara? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.19 foi aprovado, com seis (6) abstenções (PS e CDS). Alguém se opõe a que este ponto seja também aprovado por minuta? Foi também este ponto aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) abstenções (do PS e CDS), aprovar o proposto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.20. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro (domínio do estacionamento público)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.20: quem vota contra a proposta da Câmara? Seis (6) votos contra (PS e CDS). Quem se abstém? O Ponto n.º 2.20 foi aprovado por maioria, com seis (6) votos contra (PS e CDS). Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) votos contra (do PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.21. Apresentação e discussão da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro (domínio da proteção e saúde animale de segurança dos alimentos) - Para Conhecimento

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.21, é apenas para conhecimento.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.22. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (domínio da educação)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos passar para o Ponto n.º 2.22: quem vota contra a proposta da Câmara? Dois (2) votos contra (CDS). Quem se abstém? Quatro (4) abstenções (PS). O Ponto n.º 2.22 foi aprovado por maioria. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com dois (2) votos contra (CDS), e quatro (4) abstenções (PS) aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.23. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro (domínio da cultura)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Ponto n.º 2.23: quem vota contra a proposta da Câmara? Seis (6) votos contra (PS e CDS). Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.23 foi aprovado por maioria. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) votos contra (PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.24. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (domínio da saúde)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.24: quem vota contra a proposta da Câmara? Seis (6) votos contra (PS e CDS). Quem se abstém? O Ponto n.º 2.24 foi aprovado por maioria. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) votos contra (PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.25. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril (nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e do serviço público de transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.25: quem vota contra a proposta da Câmara? Quem se abstém? Seis (6) abstenções (PS e CDS). O Ponto n.º 2.25 foi aprovado por maioria, com seis (6) abstenções. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) abstenções (PS e CDS), aprovar o proposto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.26. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio (nos domínios da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários, e da gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.26: quem vota contra a proposta da Câmara? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.26 foi aprovado por maioria, com seis (6) abstenções (PS e CDS). Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também este ponto aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) votos contra (PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.27. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto (no domínio da cogestão das áreas protegidas)

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ponto n.º 2.27 (é o último): quem vota contra a proposta da Câmara? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.27 foi aprovado por maioria, com seis (6) abstenções. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com seis (6) votos contra (PS e CDS), aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.28. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Agora, vamos passar ao Ponto n.º 2.28, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

Estão abertas as inscrições. Sr. Presidente, quer falar primeiro, antes de ouvir as intervenções, ou abrimos as inscrições ao Ponto n.º 2.28?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sra. Presidente, se me der licença, de uma forma muito sintética, para explicar também a metodologia que fomos estabelecendo com as freguesias, para perceber como é que este problema se vai resolver.

Aqui está uma matéria onde há assumidamente uma diferença conceptual na forma com que as competências são delegadas. Se por um lado temos o Governo, nas outras matérias todas, a dizer que é assim, e naquela data tem que ser desta maneira, nesta tem que haver um entendimento entre a Câmara e a Junta, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia, para que as partes estejam todas de acordo. E a própria Lei n.º 57 estabelece os termos em que, se houver alguma coisa que não corra bem, volta o processo negocial ao princípio. O que significa que, de facto, temos que encontrar uma solução nesta cordialidade. Vejam como é que pode ser tão fácil, e como é que, às vezes, sobre a mesma matéria, se constroem soluções jurídicas tão diferentes, precisamente para impor as condições. E o Legislador entendeu que não o devia fazer entre Municípios e freguesias, mas já entendeu que o devia fazer entre a Administração Central e os Municípios.

Basicamente, o que nós aqui temos não é propriamente uma novidade para a relação que nós temos com as freguesias. E portanto, o que estabelecemos foi que começámos por identificar as treze competências que a Lei identifica, e eu pedi aos serviços para iniciarmos a primeira discussão com as Juntas de Freguesia, que nos caracterizassem os movimentos, os níveis de procura, as receitas e os meios que estavam envolvidos, sob o ponto de vista regulamentar, tabelas de taxas, recursos humanos, fiscalização, instrução dos processos, todo o sistema que tem que existir e que tem que conhecer para se pronunciar sobre as respetivas matérias. E identificámos nove ou dez onde, de facto, a expressão de procura ao Município, que até hoje tem tido as competências, era muito escassa. Vamos a exemplos: quantas vezes houve licenciamentos em 2016, 2017 e 2018, de acontecimentos ocasionais solicitados ao Município de Pombal? Não houve. Quantas vezes existiram pedidos para recintos improvisados, que normalmente são os circos? Seis vezes. Que receitas é que geraram? E nós começámos a apresentar aos Srs. Presidentes de Junta estas circunstâncias, para se perceber o que é que, na prática, significava para eles, recebendo esta competência, a responsabilidade vs. todo o sistema que tinham que preparar, comparando-o com o serviço que seria prestado, sob o ponto de vista de receber o requerimento, apreciar um requerimento, informar o requerimento, despachar o requerimento, fiscalizar as ações, emitir alvarás e receber as receitas correspondentes, nos casos em que isso se aplicava. E chegámos à conclusão que há matérias em que não faz sentido nenhum, pela sua inexpressividade – significa que se forem transferidas para as freguesias, elas vão ter que se capacitar para o fazerem, e isso custa dinheiro, porque precisam de ter técnicos, ou assistentes técnicos, que conheçam, têm que aprovar regulamentos, taxas, têm que receber requerimentos e dar-lhes o tratamento. Nós hoje já temos um sistema onde todos os requerimentos, de todas as matérias, são entregues nas freguesias, são remetidos para a Câmara Municipal, as Juntas têm os recursos humanos para o poderem fazer lá, suportados pelo Município, e a Câmara paga por cada ato praticado nesta comunicação, cada pagamento que é feito à freguesia, cinquenta cêntimos (0,50€) por cada pagamento, além de suportar os encargos com as tecnologias, com as



MUNICÍPIO DE POMBAL

atualizações de software, com os recursos humanos, e os equipamentos que prestam este serviço dentro do balcão de atendimento municipal.

E portanto, o que aqui fizemos na primeira abordagem – que ainda não está concluída – é fazer a reflexão com as Juntas de Freguesia sobre se, de facto, há um ganho para a freguesia, e de que maneira é que isto é um reforço para as suas capacidades. Nesta primeira fase – e como vos digo, o processo não está encerrado, porque as freguesias decidiram não o aceitar em 2019, nem em 2020 – aliás, uma das razões para fazermos a nossa Assembleia hoje tem a ver com estas datas e os prazos que estão estabelecidos – vão no sentido de provavelmente muitas destas matérias, sendo competências das freguesias, serem tratadas pelo Município. E portanto, as portas de entrada continuam a ser as freguesias, e a comunicação virá para cá. Há outras em que não será assim.

E portanto, estamos nesta fase a trabalhar, e o nosso objetivo é que em janeiro, ou no primeiro trimestre de 2020, tenhamos este processo encerrado, para começarmos a preparar-nos para ele estar a funcionar em 2021. Este é o calendário que nós temos previsto. Os Srs. Presidentes de Junta tiveram as suas Assembleias, apresentaram as suas propostas, as Assembleias pronunciaram-se, todas as Assembleias foram no sentido de que, de facto, não há condições para o fazer. E portanto, o que aqui vos trazemos é isto, dentro desta metodologia, mas, evidentemente, estão aqui os Srs. Presidentes de Junta que participaram nas reuniões. Há outras matérias em que nós temos provavelmente que reforçar os meios, e são três em concreto: a manutenção da via pública – como sabem, nós temos nos contratos interadministrativos celebrados no início deste mandato que disponibilizamos cantoneiros, ou tempos de cantoneiros, às freguesias para fazer isto, com equipamentos para o fazerem; temos agora a questão dos espaços verdes, que não foram contabilizados, e que agora a área dos espaços verdes identificou-os, contabilizou-os, viu quanto é que podem custar, caracterizou-os, e estamos numa fase já muito avançada também disso, que os Srs. Presidentes ainda não conhecem, entretanto conhecerão, porque as rondas negociais, nós já fizemos três, ainda temos que fazer mais uma; e aquilo que já eram competências delegadas, como a questão das vias e dos caminhos. Portanto, estas serão as matérias que nós vamos ter que trabalhar. Eu estimo – e já o disse aos Srs. Presidentes de Junta – que nós podemos estar aqui a falar – porque vamos ter que nos entender quanto aos valores – e que vai haver aqui um incremento bastante substancial daquilo que hoje são os valores transferidos para as freguesias. Nós, como sabem, começámos este mandato com quarenta por cento (40%), já atualizámos para cinquenta (50%), e eu estou convencido de que nós andaremos ali muito perto dos setenta por cento (70%), quando este processo estiver concluído.

E portanto, deve ser feita uma discussão fundamentada, séria, com os Srs. Presidentes de Junta a terem que fazer aquilo que parece ser evidente, que era aquilo que eu esperava que o Governo esperasse de mim, era que se a proposta fosse boa, fosse eu o primeiro defensor da proposta aqui. Ora, se os Srs. Presidentes de Junta têm uma proposta que lhes desagrade, quando chegarem à Assembleia de Freguesia deles, o que é que vão fazer? Não a vão defender. Era o que eu faria. Era o que eu faria. Ou a proposta é boa a montante, e sob o ponto de vista executivo, parece reunir condições para ser executada, com a capacidade crítica e com a experiência dos Srs. Presidentes de Junta, ou pura e simplesmente os Srs. Presidentes de Junta vão dizer assim: “Esta proposta não me agrada, vamos voltar ao início das negociações.” E o que a Lei diz é que, então, volta tudo à estaca zero.

Julgo que vamos conseguir cumprir o calendário, e acentuar aquilo que julgo que nos últimos aos tem vindo a ser feito – já a Câmara tem essa experiência de há vinte anos, qualquer dia – que é termos bons critérios na aferição desses valores, e as transferências do Município para as freguesias, porque como muito bem sabem, o que nós temos que transferir ou comunicar à DGAL



MUNICÍPIO DE POMBAL

é qual é o montante que passa a ser transferido – trimestralmente, se a memória não me falha – para os cofres das freguesias, através do Orçamento Municipal, por retenção na fonte, digamos assim, dos impostos – começamos pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro dos Municípios – e se não for suficiente, temos que chegar à participação variável do IRS, ou o IMI, e outros, que são os valores que podem ter que financiar diretamente as Juntas de Freguesia.

Portanto, é o processo que assim está, não sei se algum dos Srs. Presidentes de Junta quererá acrescentar alguma coisa, mas acho que era importante a Assembleia perceber o que é que já se trabalhou, e até onde é que já se chegou.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. Quem quer inscrever-se neste ponto? Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“Perguntar se corremos o risco, neste processo, de termos umas freguesias que entram no esquema, digamos assim, outras que não entram, e de ficar o Município com dois sistemas, digamos assim; se corremos esse risco. Não deveria haver aqui um movimento prévio, único, concertado, para não se correr esse risco, que depois vai gerar mais desequilíbrios, naturalmente? Portanto, se também aqui, pela mesma ordem de razão por que rejeitámos nos outros casos, se não der essas garantias, também estamos a aceitar que no futuro o concelho seja uma espécie de queijo esburacado em relação à matéria de descentralização municipal. É esta a questão que eu também gostaria de deixar no ar.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer responder ao Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Sim, senhor.

Sr. Deputado, muito obrigado pela sua pergunta. Deixe-me dizer-lhe que as reuniões que nós fazemos são com todos os Presidentes de Junta. E portanto, a negociação é feita em simultâneo com todos, toda a gente conhece as circunstâncias. Por exemplo, atualmente, num dos capítulos, sobre estas diferenças, há freguesias que fazem gestão das suas feiras e dos seus mercados – provavelmente o mais emblemático será o Louriçal. E o Louriçal hoje, a coberto do regulamento municipal – aliás, não foi preciso a Lei dizê-lo, porque nós já o tínhamos há vários anos – exerce as suas funções, tem o seu pessoal que vai fazer a cobrança dos terrados, como acontece, por exemplo, na Feira dos Dez, na Guia, e isso constitui uma receita para a freguesia. Essa matéria será da freguesia. Vamos ao caso onde parece, nesta fase, que não é aconselhável: então e a feira semanal em Pombal? Será que a feira semanal em Pombal tem a mesma configuração que tem a Feira do Louriçal? Primeiro, são duas vezes por semana, precisa de um quadro de pessoal mais disponível para o fazer – porque a feira, são sempre trabalhos de sete ou oito horas de fiscalização, das seis da manhã (06h00) até às duas da tarde (14h00), tem a limpeza do espaço, e não tem propriamente um valor que engrosse as responsabilidades da freguesia, que lhe permita, se calhar, com aquilo que vai criar, pagar a respetiva despesa. Faz sentido que o Município diga que isto é da freguesia, e fique com a despesa? Ou pelo contrário, mantém-se aquilo que tem sido o serviço, com a qualidade que existe, e a Junta de Freguesia fica de fora? No fundo, é isto que nós temos que avaliar, sob o ponto de vista da diferença. Portanto, nós temos que fazer um modelo adequado às circunstâncias.

Vamos à questão concreta: a Feira dos Catorze é uma feira do gado em Vila Cã, teoricamente não está excluída das feiras, porque é uma feira em sentido lato – é o que diz a Lei. Faz sentido



MUNICÍPIO DE POMBAL

que a Junta de Freguesia de Vila Cã tenha que encontrar um veterinário que acompanhe a saída e entrada dos animais, que faça a limpeza e manutenção de uma feira mensal, no dia 14 de cada mês, onde muitas vezes o número de animais que entra não é suficiente para pagar meia hora da veterinária? Mas, nós temos de ter a feira a funcionar. E portanto, é esta avaliação que tem que ser esculpida em função das características de cada local. Mas, julgo que não faz sentido nenhum que, por exemplo, a feira que ao domingo se faz em Vermoil, que acaba por não ter propriamente ali um fiscal, mas que é acompanhada pela freguesia, continue a ser feita, até porque em alguns casos as feiras existem, e de quem é o terreno onde elas são feitas? Da Paróquia, porque são feitas à porta da igreja, a Junta de Freguesia não pode receber terrados nesses locais.

Portanto, há aqui muitas vicissitudes que têm que ser vistas na situação em concreto. Negociaremos sempre com as freguesias. E portanto, academicamente não se pode dizer que todas ficarão com as feiras, porque pode haver umas que não ficam com as feiras. Eu acho que, por exemplo, a Freguesia de Pombal terá dificuldade em assumir o Mercado Municipal – a fiscalização, a limpeza, os seguros, a manutenção. Por quê? Porque a receita gerada não é suficiente para aquilo. Faz sentido fazê-lo? Estamos a comprometer ou não estamos a comprometer a autarquia? Eu acho que estaremos. Vamos dar os meios? Então, vamos imaginar que vamos dar os meios; vamos redundar os meios? Portanto, eu vou ter que pagar aquilo que já tenho – eu, Câmara Municipal, no caso. Portanto, nós vamos ter que transferir para a Junta, ou os funcionários, o tempo da veterinária, todas as matérias de limpeza, para depois a Junta de Freguesia contratar a PMU para fazer a limpeza num espaço municipal que hoje é mantido através disto. Reparem, aquilo que possa parecer nesta fase uma mais valia, deve ser escrupulosamente apreciado, para se perceber quais são as vantagens. Eu acho que só vai trazer entropias – a freguesia teria que arranjar alguém para coordenar esta matéria. Por quê? Porque passava a ter a feira aqui, a feira no Casal Fernão João, o Mercado Municipal, a feira semanal, e eventualmente alguma feira mais pequena que me esteja a escapar na freguesia – já nem estou a pôr as feiras às portas das capelas, aos domingos, no Pinheirinho, por exemplo; já estou a excluir essas. Faz sentido? A apreciação é esta, o que é que temos, quanto é que custa, que meios é que são, e vamos fazer esta discussão.

Portanto, academicamente, eu dir-lhe-ia que não é isso que é desejável, mas as entidades vão ter que se entender. E eu julgo que nenhuma freguesia que hoje tem a missão e que a cumpre – estou-me a lembrar, por exemplo, do Louriçal; o Louriçal deve ter receitas da feira semanal superiores a cinquenta mil euros (50.000€), o que significa que são mais de mil (1.000€) por cada feira, porque são cinquenta e duas feiras por ano, exceto se houver ali problemas no natal, ou na páscoa, e que coincidam no domingo, sobreposições em datas festivas. Tem uma despesa associada, mas percebe o que é que lá está. A Guia fez um grande esforço para que isso pudesse ser também rentável, e passasse a ter outra dimensão, porque tinha encontrado uma solução que, na ótica da freguesia, não era aquela que a população desejava, e reverteu a situação. Portanto, cada um fará a sua avaliação, e depois dirão: “Sim, senhor, eu consigo, eu consigo fazer isto assim”, e pronto, olhe, eu tenho aqui estes recursos humanos, vamos pôr aqui os recursos humanos. É uma discussão que tem que ser feita alínea a alínea, caso a caso, porque vai ter que ser esculpida desta forma. E eu acho que em nenhuma circunstância devemos comprometer, ou estarmos a redundar meios. E agora, quem é que faz o controlo sanitário? Mando lá a veterinária? Mas, a veterinária já é municipal. Vamos ser práticos, vamos ver se nos concentramos na forma ou no conteúdo, e em muitas destas coisas nós já temos uma boa relação, e portanto, deixo sempre ao critério dos Srs. Presidentes de Junta. Tem funcionado bem, e acho que ninguém se sente particularmente discriminado, até porque as discussões são feitas assim, e a nossa ideia é, de facto, identificar logo – aliás, os pontos que eram comuns a todos, os tais nove



MUNICÍPIO DE POMBAL

ou dez, ficaram praticamente todos arrumados no princípio; estes casos mais críticos ficaram para o final, porque precisam, de facto, de mais algum tempo, e vamos concentrar-nos em reuniões muito específicas para cada um deles.

Não sei se respondi, Sr. Doutor; mas é a metodologia.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente.

Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 2.28. Quem vota contra a proposta da Câmara? Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.28 foi aprovado por maioria, com seis (6) abstenções. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

Ponto 2.29. Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos ao Ponto n.º 2.29, Apresentação, discussão e votação dos pedidos de apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

Sr. Presidente, quer apresentar aqui este ponto, ou esperamos pelas inscrições? Alguém se inscreve neste ponto?

Não havendo inscrições, vamos passar à votação. Quem vota contra o Ponto n.º 2.29? Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.29 foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.30. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se quer inscrever neste ponto? Uma vez que não há inscrições, passamos ao ponto seguinte.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto n.º 2.31. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o fornecimento contínuo de inertes para o Concelho de Pombal – Pedido de autorização à Assembleia Municipal para despesas plurianuais.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Então, passamos ao último ponto, aquele que nós aditámos à Ordem de Trabalhos. Ponto n.º 2.31, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o fornecimento contínuo de inertes para o Concelho de Pombal – Pedido de autorização à Assembleia Municipal para despesas plurianuais.

**MUNICÍPIO DE POMBAL**

Sr. Presidente, quer usar da palavra neste ponto? Quem se inscreve? Sr. Deputado Manuel Barros, faça favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“A proposta tem aqui vinte mil contos. Isto são contos de euros? É no terceiro parágrafo, quarta linha.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“É só essa questão, Sr. Deputado? Sr. Presidente, quer responder? Não estou a avaliar a dimensão da questão, estou apenas a questionar se quer falar mais alguma coisa.”

Presidente da Câmara Municipal

“Sr. Deputado, muito obrigado.

Se olharmos para o último parágrafo da proposta, percebemos que o Decreto-lei que regula a emissão destas autorizações é de 1999, e nessa altura, em Portugal, ainda se trabalhava em escudos e em contos. É essa a razão.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Deputado, quer intervir? Faça favor, Sr. Deputado Manuel Barros.”

Manuel Barros (NMPH):

“Com o devido respeito, há um diploma também mais ou menos dessa altura – não lhe sei agora dizer de memória, porque a minha memória já não é o que era – que faz uma conversão automática de todos os valores legais em escudos para euros.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer intervir?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Eu calculo que a aplicação do coeficiente de 200,482 vezes os vinte mil contos dê noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove, cinquenta e oito (99.759,58€). Eu não fiz as contas, mas calculo que seja. Mas, Sr. Doutor, repare, também é saudável que os mais novos saibam que em tempos isto eram escudos e eram contos.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos passar à votação deste ponto. Quem vota contra? Quem se abstém? Este ponto foi aprovado por unanimidade. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Resta-me terminar, agradecendo a vossa paciência, e muito obrigada por mais uma reunião ter corrido desta forma tão harmoniosa.

Até à próxima, até dezembro.”

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e uma horas e trinta minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Manuel Sobreiro Ferreira (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: